



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
CURSO DE MESTRADO EM EDUCAÇÃO**

**“BRASILEIROS E ‘DE ORIGEM’ NA ORALIDADE COTIDIANA
ESCOLAR: EMBLEMAS DE UMA TENSÃO INTERÉTNICA”.**

Dissertação submetida ao Colegiado do
Curso de Mestrado em Educação do Centro
de Ciências da Educação em cumprimento
parcial para a obtenção do título de Mestre
em Educação.

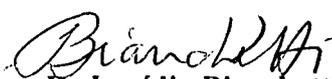
APROVADO PELA COMISSÃO EXAMINADORA em 20/02/2001

Dr. Reinaldo Matias Fleuri - UFSC (Orientador)

Dra. Sônia Aparecida Branco Beltrame – UFSC (Examinadora)

Dra. Gilka Elvira Ponzi Girardello – UFSC (Examinadora)

Dra. Roseli Fischmann - USP (Suplente)


Dr Lucídio Bianchetti
Coordenador PPGE/CED/UFSC


Ancelmo Pereira de Oliveira

Florianópolis, Santa Catarina, fevereiro de 2001.

ANCELMO PEREIRA DE OLIVEIRA

**OS ESTEREÓTIPOS E SUAS VARIÁVEIS
NA ORALIDADE ESCOLAR**

**Florianópolis (SC)
Fevereiro, 2001**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO DA UFSC
PROGRAMA DE APOIO AO PLANO SUL DE PÓS-GRADUAÇÃO

OS ESTEREÓTIPOS E SUAS VARIÁVEIS
NA ORALIDADE ESCOLAR

Dissertação apresentada como requisito parcial
para obtenção do título de Mestre em
Educação. Programa de Pós-Graduação em
Educação, Centro de Ciências da Educação da
Universidade Federal de Santa Catarina.
Orientador: Prof. Dr. Reinaldo Matias Fleuri



03376628

Florianópolis (SC)
Fevereiro, 2001

À minha mãe

Euphrazia Pereira de Oliveira

AGRADECIMENTOS

Quero externar meus agradecimentos a todas as pessoas e entidades que colaboraram na viabilidade desta dissertação, em especial aos indivíduos mantidos no anonimato, sem os quais não seria viável este trabalho. Estendo essa gratidão especial as seguintes pessoas:

- Ao Professor Dr. Reinaldo Matias Fleuri, pela orientação, confiança, paciência e, sobretudo pelo carinho e dedicação.
- Ao Grupo MOVER, pelo carinho e apreço, dedicação e apoio
- À UNOESC, pelo apoio.
- À Giselda Franck e Marilize, pela paciência, pela leitura e sugestões feitas à pesquisa
- Às minhas irmãs Laura, Francisca, May, Carmem e Fátima pelo carinho e incentivo
- A Brunes e Severiano em Memória.
- À Antônia Filippim, pelo carinho, apoio e motivação na pesquisa.
- Ao Professor Marcos Rodrigues pela motivação.
- A Luís Humberto Ferronato pelo incentivo e motivação.
- À Sueli Vieira pela constante motivação e apoio.
- A Benhur Demarco, Frank, Radin, Adelar e Ingo, pelo incentivo e coleguismo.

Esta pesquisa é vinculada ao Projeto Integrado **Educação intercultural: desafios e perspectivas da identidade e pluralidade étnica no Brasil** (CNPq) e à Rede de Pesquisas **Educação Intercultural e Movimentos Sociais: Cidadania e Reconhecimento Identitário no Sul do Brasil** (CNPq – Plano Sul de Pesquisa), coordenados pelo Prof. Dr. Reinaldo Matias Fleuri (UFSC)

RESUMO

O objetivo principal deste trabalho foi o de lançar um olhar interpretativo sobre o conflito étnico existente no Oeste de Santa Catarina e sua emergência dentro do contexto educativo. Para isso, empenhamo-nos em construir uma leitura sistemática de estereótipos presente no discurso praticado na escola enquanto expressão dos preconceitos e das barreiras sociais que se interpõem entre os grupos historicamente constituídos na região. Através do método etnográfico, que inclui a observação participante, analisamos as diferentes variáveis indicativas dos estereótipos enquanto representações sociais assimétricas, construídas por descendentes de imigrantes italianos e alemães, estereotipadamente entendidos como os “de origem” em relação ao grupo minoritário, composto por descendentes de caboclos, negros, índios e mestiços, cognominados pela estereotipia de “brasileiros”. Partindo de uma leitura histórica da composição etnocultural da sociedade brasileira e do Estado de Santa Catarina, em especial da Região Oeste resgatamos, a partir do cotidiano escolar, momentos de negação da alteridade expressos na linguagem cotidiana, enquanto reprodução discriminatória da sócio-convivência destes grupos.

ABSTRACT

El objetivo principal de este trabajo fue lanzar una mirada interpretativa sobre el conflicto étnico existente en el Oeste de Santa Catarina y su emergencia en el contexto de la educación. Para eso, nos hemos empeñado en construir una lectura sistemática sobre estereotipos presentes en el discurso practicado en la escuela como expresión de los prejuicios y de las barreras sociales que se interponen entre los grupos históricamente constituidos en la región. A través del método etnográfico que incluye la observación participante, analizamos las distintas variables indicativas de los estereotipos mientras representaciones sociales asimétricas construidas por descendientes de inmigrantes italianos y alemanes, estereotipadamente comprendidos como los “de origen” en relación con el grupo minoritario compuesto por descendientes de “caboclo”, negros, indios y mestizos, nominados por la estereotipia de “brasileiros” Partiendo de una lectura de la sociedad brasileña y del Estado de Santa Catarina especialmente de la Región Oeste, rescatamos a partir del cotidiano escolar, momentos de negación de la alteridad expresos en el lenguaje cotidiano, mientras reproducción discriminatoria de la socio-convivencia de estos grupos.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO I	
BÁRBARO, PAGÃO OU SELVAGEM: ESTIGMAS DO OUTRO NA CULTURA OCIDENTAL	19
1.1. Os Estereótipos e os Preconceitos como Construção Coletiva	23
1.2. A Função do Grupo Diante dos Estereótipos e dos Preconceitos	26
1.3. A “Barbarização” da Alteridade	29
CAPÍTULO II	
O ESTEREÓTIPO DA RAÇA PURA NO MODELO SÓCIOCULTURAL BRASILEIRO	35
CAPÍTULO III	
UM CONTEXTO HISTÓRICO/ECONÔMICO DE EMERGÊNCIA NO OESTE DE SANTA CATARINA	43
3.1. Os indígenas	47
3.1.1. O Colaboracionismo de Condá	50
3.2. O Tropeirismo	51
3.3. Os Ítalo-germânicos: Novos Rumos e Perspectivas para a Região Oeste	54
3.4. A Imigração Alemã	57
3.5. A Imigração Italiana	62
3.6. A Guerra do Contestado e a consolidação da imagem do Caboclo	66
3.7. A Presença Negra na Composição do Grupo dos “Brasileiros”	71

CAPÍTULO IV

OS ESTEREÓTIPOS COMO MEDIAÇÃO ETNOCÊNTRICA NA CONVIVÊNCIA HISTÓRICO-SOCIAL ENTRE “BRASILEIROS” E “DE ORIGEM”	76
4.1. “Brasileiros” e “de Origem” e a Ausência de Alteridade	80
4.2. “Brasileiros” e “de Origem” e as Representações Sociais no Oeste de Santa Catarina	86

CAPÍTULO V

“BRASILEIROS” E “DE ORIGEM” NO DISCURSO ESCOLAR: VARIÁVEIS DE UMA ASSIMETRIA SOCIAL	93
5.1. Variável sócio-econômica	94
5.2. Variável Físico-estético	98
5.3. Variável Ético-moral	111
5.4. Os Estereótipos e a Socio-convivência nas Interações de “Brasileiros” e “De Origem”	116
5.5. Os “Brasileiros” e a Complexa Reação aos Estereótipos	122

CONCLUSÃO	130
------------------------	-----

BIBLIOGRAFIAS	135
----------------------------	-----

INTRODUÇÃO

O tema das diferenças étnicas tem nos impressionado há algum tempo por seu amplo grau de complexidade e relevância social. Nestas últimas décadas, é crescente o número de intelectuais buscando entender cientificamente este problema, acentuado pela globalização econômica.

Durante o curso de mestrado, nos deparamos com uma perspectiva de interpretação desta temática que, por muito tempo, vem acompanhando nossa trajetória de cidadão, membro de uma sociedade pluriétnica e complexa do ponto de vista das relações entre as diferentes etnias.

De modo particular, nos envolvemos com esse problema a partir do ano de 1983, quando fomos levados a conhecer, no Rio Grande do Sul, o trabalho desenvolvido por entidades de apoio às reivindicações das “minorias” étnicas. Desde então, enquanto negro, passamos a acompanhar o trabalho dos Movimentos de Consciência Negra na busca de igualdade na participação social, política, econômica e cultural do País.

Ao acompanharmos as discussões teóricas e práticas das questões que envolvem o problema étnico no Brasil, passamos a perceber uma grande quantidade de estereótipos, presentes no cotidiano da sociedade. Descobrimos que tais estereótipos revelavam o grau de discriminação vivido pelas “minorias” étnicas.

Trazendo essas discussões para o nosso *locus* de pesquisa que é o Oeste de Santa Catarina, mais especificamente, uma escola pública do município de Joaçaba, assumimos como objeto de investigação científica: compreender como emergem os estereótipos no discurso oral praticado na escola e como eles servem de mediação discriminatória na relação entre “brasileiros” e “de origem”.

Reconhecemos, no Estado e de modo especial no Oeste, a existência de um conjunto de obras voltadas a entender o processo de constituição e interação étnica. Essas obras, de autores como Radin, Renk e Heisnfeld, dentre outros, tendem a primar por um enfoque teórico de resgate histórico da trajetória dos colonizadores ítalo-germânicos ou, então, dedicam-se ao entendimento do problema indígena e da atuação cabocla na Guerra

do Contestado e sua interação com os descendentes de europeus não ibéricos que vivem no Oeste.

Em seu conjunto, essas produções reúnem um patrimônio teórico significativo que auxilia o entendimento da constituição étnica e dos problemas sócio-demográficos da região. No entanto, percebemos a carência de uma leitura científica em torno dos estereótipos e das diferentes formas de discriminação que perpassam a sócio-convivência entre as etnias. Neste contexto, não há como negar a existência de uma lacuna. É justamente nesse campo lacunar que situamos nosso trabalho.

Portanto, nossa pesquisa apresenta um diferencial que a torna inédita, ou seja, é o primeiro estudo científico, que neste contexto espacial, aborda a temática em sua manifestação verbal, a partir da cotidianidade escolar.

O nosso procedimento inicial de investigação foi realizar uma ampla revisão bibliográfica de obras que julgamos importantes como suporte teórico de análise das relações interpessoais. Neste momento, procuramos explicitar como veio se constituindo o processo de negação da alteridade no contexto de formação sócio-cultural do Ocidente.

Num segundo momento, procuramos, a partir da revisão bibliográfica, entender como se deram historicamente as aproximações étnicas na sociedade brasileira. Entender essa questão não foi uma tarefa fácil, pois percebemos que, tanto no senso comum quanto no plano teórico, algumas pessoas insistem na sustentação do ideal da democracia racial no País.

Entendem eles que a falta de igualdade étnica é uma realidade do passado que desapareceu com o fim da escravidão. Por isso, nossa preocupação foi a de resgatar as idéias racistas produzidas entre 1850 até as primeiras décadas do século subsequente. Nesse período, muitos autores defendiam a idéia de que uma das principais causas dos problemas sócio-políticos e econômicos do Brasil consistia na sua constituição étnica, em que prevalecia um elevado contingente de negros, índios e mestiços.

Empenhamo-nos em relacionar esse momento, com o processo de construção de estereótipos destinados a manter um patamar de discriminação entre os grupos pertencentes às etnias mencionadas.

Num terceiro momento, procuramos construir uma leitura da constituição histórica do Oeste de Santa Catarina. Nessa leitura, analisamos como foram surgindo os estereótipos consolidados no tecido social e que, atualmente, servem de referências discriminatórias nas aproximações étnicas.

Em um quarto momento, a partir de uma interpretação da conduta oral de alunos que freqüentam a escola pública, procuramos direcionar nosso foco de análise para os diferentes níveis de estereótipos que se manifestam na escola.

Diante disso, surgem algumas questões que pretendemos responder, ou seja: por que resolvemos estudar a manifestação dos estereótipos no contexto escolar? Quais as razões que nos levaram a estudá-los apenas na perspectiva da conduta oral? Por que escolhemos a escola pública?

Respondendo a primeira questão, diríamos que a escola se tornou para nós um importante local de pesquisa, por três motivos. Primeiramente, ela representa, enquanto instituição social, um espaço de reprodução das ações sociais, através das ações pedagógicas.

Entendemos a reprodução dentro da perspectiva bourdiniana, sobretudo ao afirmar que:

Numa formação social determinada, as diferentes AP, que não podem jamais ser definidas independentemente de sua dependência a um sistema das AP submetido ao efeito de denominações da AP dominante, tendem a reproduzir o sistema dos arbitrários culturais característicos dessa formação social, isto é, o domínio do arbitrário cultural dominante, contribuindo por esse meio à reprodução das relações de força que colocam esse arbitrário cultural em posição dominante (BOURDIU, 1975:25)¹

Aplicando tal entendimento a nossa pesquisa, entendemos que a escola passa a representar um espaço de reprodução dos estereótipos e da negação social; no nosso caso, a negação dos “brasileiros” por parte dos “de origem”.

Em segundo lugar, entendemos que as reproduções sociais que verificamos na escola representam as ações determinadas pelos grupos socialmente hegemônicos, neste caso, os “de origem”. Uma vez que os estereótipos de negação dos “brasileiros” nascem socialmente dentro deste grupo, a escola passa a ser um local importante para analisarmos

¹ A abreviatura AP é utilizada pelo autor para designar o binômio Ação Pedagógica.

o jogo de rejeição e aproximação intergrupala regionalmente constituído na perspectiva da hegemonia dos “de origem”.

O terceiro motivo que nos levou a compreender a realidade a partir da escola está no fato de que em seu interior encontramos as diferentes representações étnicas da sociedade como um todo. Uma vez que é quase impossível estudar a realidade no interior de cada instituição, a escola, por abrigar estas diferenças, tornou-se um local privilegiado para nosso estudo.

Dentro desta perspectiva, salientamos também que, além de abrigar um contingente de variação étnica, a escola é um local onde os indivíduos convivem durante um período significativo do dia e por um tempo relativamente longo, tornando possível a análise do processo de interação étnica.

A segunda pergunta a ser respondida é mais complexa. Não é simples justificar a opção em manter nosso foco de atenção, direcionado de forma exclusiva para a conduta oral. Por outro lado, existem algumas razões que nos deixam tranquilos na manutenção desse caminho: em primeiro lugar, porque todo o discurso praticado na escola representa uma extensão da oralidade que permeia o cotidiano social das pessoas em suas diferentes esferas existenciais.

Se a conduta oral desenvolvida na escola é uma extensão das diferentes vozes praticadas na sociedade de modo geral, então é possível identificar, nas vozes dos alunos, como se constroem os estereótipos que servem para negar socialmente os “brasileiros”.

Em segundo lugar, está o fato de sabermos através de comentários officiosos que, na unidade escolar estudada, não raro os alunos se agrediam oralmente utilizando expedientes estereotipados e discriminatórios. Com isso, podemos dizer que “é através do discurso da interação, então, que construímos os significados através dos quais agimos no mundo” (LOPES, 2000: 249). Neste caso, é através do discurso que se constrói o significado ontológico, ou seja, o conjunto de sentido que constitui a forma de ser “brasileiros” ou “de origem” no Oeste de Santa Catarina.

A valorização da oralidade cotidiana reside no fato de podermos construir um processo de leitura através do qual os grupos mutuamente se caracterizam no complexo polifônico em que se encontram, ou seja as diferentes vozes que ouvimos são perpassadas

de distintos significados que, muitas vezes, representam a negação de um grupo sobre o outro.

A leitura da estrutura mental que acompanha a linguagem cotidiana dos alunos é um trabalho relacionado ao processo pedagógico, porém não incide diretamente na dinâmica do ensino-aprendizagem. Por isso, o que estaremos investigando é como a cultura discriminatória encontra seu caminho cognitivo, no sentido de servir como sustentação de mecanismos discriminatórios construídos com a finalidade de preservar a diferenciação étnica entre os grupos, neste caso, entre “brasileiros” e “de origem”.

Respondendo a última pergunta, entendemos que a escola pública representa um espaço importante, por abrigar um contingente de pessoas oriundas das camadas periféricas da população e com um nível socioeconômico aproximado. Com isso é possível analisar com mais objetividade as diferenças culturais.

Realizamos uma pesquisa do tipo qualitativo, com dois enfoques teóricos básicos, que são o Histórico-filosófico e o Etnográfico. Por isso, não estaremos trabalhando com quantificações, pois queremos “sim, é descrever a situação, compreendê-la, revelar seus múltiplos significados” (ANDRÉ, 1995: 38), estudando os níveis categoriais em que o problema se manifesta.

O primeiro enfoque possibilitou-nos analisar determinados estereótipos contidos na cultura ocidental na história sociodemográfica brasileira e Catarinense. O segundo, nos ajudou na abordagem prática de nossa pesquisa.

Para alcançarmos nosso objeto de investigação, foi necessário que estivéssemos atentos aos seguintes passos metodológicos: analisamos as fontes históricas, discutindo o sentido e o conteúdo histórico das mesmas; realizamos um trabalho de observação participante, conjugado com entrevistas aplicadas num plano individual, em que ouvimos o diretor da escola, dois professores, um ex-aluno da escola e um mestre de obras que realizava consertos na unidade escolar e, num plano grupal, ouvimos alunos previamente selecionados.

Realizamos a pesquisa em uma escola pública da Rede Estadual de Ensino, do Município de Joaçaba. É uma escola localizada no perímetro urbano e, como muitos estabelecimentos públicos de ensino, tinha algumas dificuldades, tais como carência de

material didático, de acervo bibliográfico e de material para as atividades esportivas desenvolvidas nas aulas de Educação Física. Constatamos, também, a dificuldade de recursos para trabalhos extraclasse, como laboratórios e jogos didáticos.

Todas as salas de aula da escola estavam organizadas dentro de um padrão tradicional. As carteiras estavam dispostas em um esquema ordinário, ou seja, todos em fila, voltados para a mesa do professor.

Após uma ampla sondagem das diferentes séries, sempre observando de modo particular a composição étnica delas, achamos conveniente optar por uma turma de 7ª Série.

O grupo apresentava um total de 33 alunos, em idades que variavam de 13 a 15 anos. No que diz respeito às representações de gênero, a distribuição entre os alunos era equilibrada, pois 15 figuravam entre os meninos e 18 entre as meninas.

Do ponto de vista classificação sócio-estereotipada “brasileiros”/“de origem”, constatamos que 23 pertenciam aos “de origem”, sendo 9 pessoas descendentes de alemães e 11 de italianos.

Dentre os “de origem”, constatamos a existência de dois alunos, uma menina e um menino, que pertenciam simultaneamente aos dois grupos. No caso da menina, a mãe era de origem italiana e o pai de origem alemã; o menino tinha a mãe de origem alemã e o pai de origem italiana.

Entre os “brasileiros”, a delimitação étnica apresentava outros componentes. Observamos uma composição heterogênea. Estavam, numericamente, representados da seguinte forma: perfaziam um total de 8 pessoas, entre as quais era possível reconhecer dois indivíduos descendentes de índios, um filho de italiano com índio, um negro, um filho de índio com negro e dois alunos que representavam o protótipo do caboclo da região: eram filhos de português com índio.

O grupo dos “brasileiros” completou-se com um descendente de portugueses, etnia que no passado exerceu o domínio econômico, social e cultural, mas que atualmente

passou a ser incluída entre os “sem origem”. Por isso, julgamos didático inclui-los entre os “brasileiros”.²

Estendemos nossa observação para a participação dos alunos em eventos que envolvessem a escola. Nesse sentido, foi possível acompanhá-los na organização e na participação do desfile comemorativo do Dia da Independência, no ano de 1998.

Em síntese, a pesquisa de campo contou com dois momentos distintos. O primeiro foi um tempo de observação, sem interferência na ordem cotidiana do grupo. Apenas permanecemos na escola, registrando as falas e as atitudes que, em nosso entendimento, traduziam estereótipos e preconceitos.

Deparamo-nos com uma turma bastante agitada sem, no entanto, caracterizar-se como um grupo problemático. As maiores agitações estavam limitadas ao início das aulas, quando os professores encontravam um pouco de dificuldade em estabelecer um clima de trabalho.

O procedimento dos professores em relação à disciplina era diferenciado. Uns primavam pelo silêncio; para tanto se colocavam em antagonismo ao ruído provocado pelos alunos. Outros eram tolerantes e conseguiam trabalhar com o grupo sem qualquer preocupação com o comportamento. Por esta razão, alguns alunos caminhavam em sala, falavam alto e, vez por outra, batiam-se

A maioria dos alunos pertenciam a famílias pobres e eram de proveniência urbana, com a exceção de três, cujos pais, embora estivessem morando na cidade, tinham na agricultura a principal fonte de renda.

Somente um entre eles fazia parte da classe economicamente abastada. Sempre estudara em escola privada e sua presença na unidade pesquisada se dava ao fato de ser repetente e estar com dificuldade em acompanhar o ritmo da escola particular. Por isso,

² A classificação desses indivíduos em “brasileiros” e “de origem”, no caso específico de nossa pesquisa, resultou de um trabalho de observação das características físicas e do sobrenome dos alunos. Com isso, afirmamos que, embora houvesse entre eles este esquema divisional, tal realidade não se explicitava entre esses alunos da forma como determinamos na sistematização deste trabalho.

havia feito transferência, porque queria *passar de ano* pois segundo ele, o estudo na escola pública “*era mais fraco*” e portanto não reprovava.

Tivemos a oportunidade de estar com mais frequência nas aulas de Português, Geografia e História. No entanto, preferimos as aulas de Educação Física, que nos garantiam maior anonimato e, conseqüentemente, permitiam uma observação mais detalhada das manifestações orais que naturalmente fluíam entre os alunos, sobretudo durante as competições esportivas.

A fase de observação estendeu-se por um período de 60 horas/aula e esteve associada a momentos em que acompanhamos, aleatoriamente, os alunos que retornavam, em grupo, para suas casas.

Num segundo momento da pesquisa, passamos à observação interativa. Separamos três grupos com representantes das etnias mencionadas. Durante três seções de encontros, fora do horário de aula estimulamos os alunos para um diálogo direcionado.

Na primeira seção, conduzimos o diálogo no sentido de entender o grau de comprometimento dos alunos com seu grupo de pertença. Por isso, como questão norteadora, perguntamos qual o conhecimento que eles tinham de sua origem étnica.

Na segunda seção, objetivamos saber acerca dos traços físicos que os alunos mais valorizavam em familiares, como elemento estético. Queríamos resgatar, no grupo, o modelo ideal de beleza que valorizavam e, conseqüentemente, o que não aceitavam.

Na terceira seção, buscamos construir um diálogo, mediado pela indagação, acerca das relações afetivas e de lazer. Pretendíamos identificar que tipo de restrições os indivíduos encontravam na família e na sociedade, ao desejarem construir uma união matrimonial com pessoas de etnias diferentes. Nesse sentido, pretendíamos compreender como acontece o fluxo de interação étnica, no momento em que os indivíduos fazem suas opções matrimoniais ou então quando, socialmente, freqüentam os espaços de lazer oferecidos pela sociedade.³

³ Durante essas sessões, tivemos o acompanhamento de outra pessoa externa ao processo, que nos ajudou no registro das falas coletadas.

Os dados que mediaram esse estudo foram coletados mediante apontamentos e gravações em fita; posteriormente foram sistematizados e analisados. Nessa análise, foi possível separar os estereótipos em três variáveis distintas, ou seja, uma variável de natureza sócio-econômica, outra de natureza físico-estética e outra de natureza ético-moral.

Estruturalmente, o estudo está distribuído em cinco capítulos, divididos da seguinte forma: no primeiro, estudamos os estereótipos e os preconceitos como indicadores do processo de segregação na consolidação cultural do ocidente; no segundo, discutimos a constituição do modelo sociocultural brasileiro e o estereótipo da raça pura; no terceiro, analisamos na base histórico/econômica de emergência dos estereótipos, como resultado da tensão/negação étnica no Oeste de Santa Catarina.

Nos últimos dois capítulos abordamos os estereótipos como mediação etnocêntrica na convivência étnica social entre “brasileiros” e “de origem”, partindo da oralidade cotidiana escolar. Para isso, construímos uma leitura em torno dos diferentes níveis de emergência dos estereótipos explicitados na fala cotidiana dos alunos.

CAPÍTULO I

BÁRBARO, PAGÃO OU SELVAGEM: ESTIGMAS DO OUTRO NA CULTURA OCIDENTAL

Neste capítulo, procuraremos resgatar, na formação da cultura ocidental, alguns momentos que julgamos importantes enquanto ilustração dos diferentes embates étnicos, que vêm resultando na consolidação de uma cultura hegemônica, responsável pela negação e minimização sócio-cultural de diferentes etnias.

Para abordarmos o tema da interação étnica, ao longo deste estudo, utilizamos algumas categorias que, por sua natureza, são polêmicas no campo das ciências sociais. Portanto, achamos por bem, no início desta abordagem, discutir alguns desses conceitos, para delimitar o sentido que lhes damos no conjunto de nossa produção.

O primeiro conceito é o de **Ethos**. Na perspectiva de nossa pesquisa, passamos a conceber esta categoria tendo como referência o pensamento filosófico de DUSSEL (1980:60), ao sustentar que ela representa o “caráter de um povo ou de uma pessoa; é o conjunto estruturado de atitudes que predeterminam a ação”.

Na investigação que desenvolvemos, adotamos como referência a segunda parte do enunciado, ou seja, assumimos o **ethos** como “um conjunto estruturado de atitudes”, voltadas a impulsionar a ação de um grupo perante o outro. Com a utilização dessa categoria pretendemos ressaltar as interações de natureza hegemônica e hierárquica edificadas pelos grupos.

O segundo conceito a ser elucidado é o de **Alteridade** que, também, tem sua origem no pensamento Dusseliano e, para nós, é extremamente significativo porque sua aplicação se dá diretamente no campo das relações do homem com seu semelhante. DUSSEL entende alteridade como “o momento em que o rosto do homem se revela como

outro quando se apresenta em nosso sistema de instrumentos como exterior, como alguém, como uma liberdade que interpela, que evoca que aparece como aquele que resiste à totalização instrumental. Não é algo; é alguém” (1980:47).

Podemos dizer que a alteridade no que ela representa de mais amplo, constitui-se na totalidade perceptível do universo do outro, enquanto totalmente outro, transcendido de estruturas que o neguem como sujeito. Com isso, a alteridade se impõe como negação de práticas que remontem ações totalizadoras como a “prisão”, a “tortura”, o “frio da cela”(entendidos como imposição de natureza política e ideológica), o **desfiguramento pela fome**, a negação extremada dos valores culturais e do direito de participação no processo social como um todo.⁴

Portanto, ao olharmos as relações inter-étnicas no Oeste de Santa Catarina, procuraremos contemplar o conjunto de questões que representa esta categoria, para podermos caracterizar as diferenças grupais que florescem neste espaço.

Também estaremos empregando o termo **Preconceito**. Essa categoria está posta, no Dicionário Magno da Língua Portuguesa, com a seguinte definição: “conceito antecipado; idéia errônea e destituída de fundamento; abuso; cegueira moral; credence supersticiosa”.

Num sentido muito próximo, (BERND, 1994: 9) afirma o preconceito como: “conceito ou opinião formados antecipadamente, sem a maior ponderação ou conhecimento dos fatos; julgamento ou opinião formada sem levar em conta os fatos que contestam”.

Os conceitos são bastante próximos e mostram a abrangência dessa categoria. Apontam para duas direções específicas, ou seja, no primeiro, o preconceito é apresentado de forma mais ampla. Envolve de maneira específica o imaginário, quando trata da “cegueira moral” ou da “crendice supersticiosa”. O segundo conceito é mais restrito e está direcionado ao problema das relações entre os diferentes grupos étnicos. Mesmo o termo

⁴ Os termos em evidência fazem parte do conjunto de questões que envolvem o tema da alteridade proposto por Enrique Dussel, a partir do contexto de negação do homem proposto pela ordem econômica que impera na América Latina e na periferia do mundo como um todo. Num sentido análogo, queremos aplicar essa categoria para traduzir a situação de “minorias” étnica e social que se evidencia nas relações dos grupos presentes no Oeste e Meio Oeste de Santa Catarina.

“social”, que poderia dar um sentido de abertura ao conceito, parece estar restrito às interações entre os grupos étnicos.

De forma restrita, podemos dizer que o preconceito, enquanto categoria, traduz, na prática, a falta de flexibilidade entre os grupos, ajudando a definir o posicionamento de um frente ao outro. Sendo assim, tende a absolutizar determinados valores que se transformam em fonte de negação da alteridade. Indubitavelmente, esta situação induz ao dogmatismo, responsável pela construção das imagens sectarizadas e reducionistas que permeiam as relações intergrupais.

^ O **estereótipo** também representa uma importante categoria que perpassa nossa pesquisa. É um termo de origem grega, composto pelo binômio *stereos*, que significa rígido, e *tipos*, que significa modelo. Portanto, estereótipo indica um modelo rígido a partir do qual se interpreta o comportamento de um sujeito social sem, portanto, se considerar o seu contexto e a sua intencionalidade. }

De acordo com o Dicionário Magno, temos a seguinte definição de estereótipo: um “complexo de idéias aceitas sem a mais fundada crítica a respeito de uma situação, classe, raça ou grupo social particularizado; complexo de atos favoráveis ou desfavoráveis, atribuído por componentes de um grupo em relação a outro”.

Em nossa leitura, estaremos adotando, de modo particular, as perspectivas categoriais propostas pela raiz etimológica do termo e, também, a idéia conceitual trazida pelo Dicionário Magno. Essas duas concepções estarão sendo utilizadas de forma associada ao entendimento de TAJFEL sobre os estereótipos. \}

Da teoria Tajfeliana, interessa-nos a idéia de que qualquer classificação pautada por estereótipos traz em si uma identidade social que se produz no interior de uma dada realidade cultural. Por isso, entende que essas classificações convertem-se nas imagens afirmativas ou não, transmitidas pelos grupos em interação dentro de determinadas tradições culturais.

São esses os elementos que estaremos valorizando na leitura dos estereótipos sociais e historicamente construídos na Região Oeste, entre “brasileiros” e “de origem”, em suas aproximações cotidianas.

Como Tajfel, entendemos que os estereótipos envolvem um processo cognitivo. Ou seja, os indivíduos que pertencem a um determinado grupo apreendem a simbologia que envolve a estereotipia e reproduzem-na ao longo da história. Com isso, fica garantida a manutenção das diferenças identitárias entre os grupos.

Os estereótipos representam atribuições de um grupo sobre outro e “podem ser de dois tipos: ou referentes às características não-psicológicas dum grupo (por exemplo a sua riqueza ou poder, condições ecológicas em que vive, sua cor da pele), ou às suas características psicológicas” (TAJFEL, 1982: 156). Ressalva o autor que as fronteiras entre o psicológico e o não psicológico estão imbricadas. Desta forma, podemos dizer que as duas instâncias são intercomplementares.

O autor ao qual nos referimos defende também que o estereótipo funciona como um padrão de significados utilizado por um grupo na qualificação do outro. Fazendo referência ao Dicionário Inglês de Oxford, nos explica que tal qualificação pode ser restritiva e estática, dando ao estereótipo uma função regularizadora e formalizadora das interações grupais. Ou, então, referindo-se a Oliver Stallybrass, representa uma imagem mental simplificadora de determinadas categorias sociais. >

Em nossa discussão, tendemos assumir este segundo plano de abordagem proposto por Tajfel, ou seja, a idéia de “uma imagem mental simplificadora”, visando a entender as atribuições de características psicológicas gerais produzidas historicamente pelos grupos. São essas imagens que, neste contexto, cumprem o papel de criar ou acentuar as diferenças.

Nesse sentido, os estereótipos estarão sendo analisados como um instrumento dos grupos, construído para simplificar o processo das relações entre eles e, nessa simplificação, justificar determinadas atitudes e comportamentos. >

Através da explicitação dessa categoria, pretendemos mostrar como os grupos elaboraram seus mecanismos de defesa dos valores historicamente construídos ou, então, como estereotipadamente produzem as explicações sobre a realidade social e psicológica, responsável pelo estado de hegemonia ou submissão em que se encontram. >

Com essas considerações, queremos valorizar a idéia de que “um estereótipo não é um estereótipo social até e a não ser que, seja amplamente partilhado dentro duma

entidade social” (TAJFEL, 1982: 176). Isso significa dizer que a consolidação de uma imagem estereotipada depende fundamentalmente de um consenso de opinião dos indivíduos que constituem um grupo.

Também utilizamos os conceitos **Discriminação Racial e Racismo** que, na perspectiva de nossa pesquisa, serão usados em oposição a seguinte idéia: “Consiste em sustentar 1) que existem raças distintas; 2) que certas raças são inferiores (normalmente, intelectualmente, tecnicamente) às outras; 3) que esta inferioridade não é social ou cultural (quer dizer adquirida), mas inata e biologicamente determinada” (TORLA, 1997: 31).

O racismo ou a discriminação, em si, representa a capacidade que os indivíduos desenvolvem na construção de um plano diferencial entre os distintos valores e grandezas de natureza étnica, que envolvem a realidade de diferentes grupos que habitam um mesmo espaço.

Por isso, a discriminação racial acontece em um campo bastante restrito e envolve diretamente o espaço da etnia. A esse respeito parece existir uma unanimidade conceitual, apontando que a discriminação racial traduz toda a forma de tratamento desfavorável destinada a uma pessoa ou ao grupo étnico que esta representa.

Em síntese, o racismo traduz determinados juízos intencionais construídos pelos grupos para especificar uma etnia. A explicitação do racismo em forma de juízo ajuda na sustentação das ações discriminatórias que tenham como base as características étnicas. Portanto, podemos entender como discriminação racial todo ato destinado a inferiorizar um indivíduo ou seu grupo, por ter uma determinada proveniência étnica.

1.1. Os Estereótipos e os Preconceitos como Construção Coletiva

No bloco anterior, preocupamo-nos em evidenciar as categorias que estarão presentes em nossa reflexão. No entanto, os estereótipos e os preconceitos estarão permeando toda a nossa produção, como elementos que nos ajudarão na compreensão do complexo relacional que envolve os grupos étnicos no Oeste de Santa Catarina. Portanto, julgamos fundamental o aprofundamento das duas categorias que estarão ancorando a nossa produção.

Inicialmente, diríamos que as sociedades atuais passam por momentos de intensa interação entre grupos e pessoas provenientes de distintos matizes étnicos e culturais. A proximidade dessas pessoas, determinada pelas circunstâncias históricas, faz com que elas desenvolvam várias formas de apreender o universo das diferenças que as caracterizam.

No campo das proximidades, costumam-se as imagens e os símbolos que resultam primeiramente, em uma percepção e, posteriormente, na construção dos juízos que cada grupo vai tecendo do outro. O conhecimento dos símbolos e a percepção dos juízos representa, para nós, um primeiro passo para a compreensão da gênese dos preconceitos e dos estereótipos.

Sendo assim, a estereotipia revela-se como um dos elementos de maior importância, no momento em que cada grupo se coloca na perspectiva de desenvolver uma concepção social e funciona como “creencias que atribuyen características a los miembros de un grupo” (AMANI, 1994: 66).

Podemos dizer que os estereótipos, enquanto formas simbólicas, são construções que contemplam uma estrutura articulada de elementos, que se colocam imediatamente em um estágio de inter-relação, tornando-se assim, uma estrutura analisável e inteligível do ponto de vista formal. São, também, imagens consolidadas dentro de um plano coletivo. É dentro desse coletivo que elas se transformam em um sistema corporificado, simbolicamente compartilhado entre os membros do grupo em oposição a outro.

Mesmo gerados no interior de uma coletividade, os estereótipos e os preconceitos, muitas vezes, aparecem em casos particulares, traduzindo as microdeterminações que demarcam seu nascedouro. Por isso um importante caminho para verificar como eles se manifestam está no estudo do cotidiano, pois, de acordo com alguns autores, o “PRECONCEITO é a categoria do pensamento cotidiano e do comportamento cotidiano” (HELLER, 1970: 43).

Parece-nos que há duas ressalvas a fazer no texto. A primeira diz respeito à palavra “pensamento”. Da forma como está posta no fragmento, não significa teoria. Na verdade, é uma referência à postura do sujeito ou do grupo frente às situações com as quais se depara. A segunda ressalva está na idéia de que discutir a formação do discurso que dá visibilidade

aos estereótipos e aos preconceitos implica também uma sintonia com as macrodeterminações que envolvem as pessoas dentro do grupo.

Trabalhar a temática na ótica do cotidiano não significa encastelar ou restringir a discussão a um espaço específico. Ter a cotidianidade como ponto de partida pode significar um melhor posicionamento do pesquisador para entender essa realidade.

Ao defender a argumentação, a autora afirma que o pensamento cotidiano, por estar fixado na experiência empírica, tende a fazer generalizações e cometer equívocos que resultam em procedimentos de negação do outro.

As generalizações do cotidiano permitem as pessoas assumirem “estereótipos, analogias e esquemas já elaborados por outro” (HELLER, 1970: 44). São esquemas que no comportamento cotidiano envolvem os indivíduos através do convívio diário. O desaparecimento deles faz parte, segundo a autora, de um momento em que os indivíduos são motivados a reavaliar criticamente suas ações no cotidiano.

Por ser oriundo do cotidiano, concordamos com a autora quando defende que o preconceito constitui-se de uma espécie de juízo particular provisório. A provisoriedade está no fato de que, por influência da história, o preconceito pode desaparecer ou, então, sofrer uma alteração em seu sentido original.

A permanência ou não do preconceito e dos estereótipos em uma determinada sociedade depende, fundamentalmente, de sua necessidade como elemento de conciliação e coesão intragrupal, ou seja, na medida em que ele é construído contra o outro, funciona como elemento aglutinador do grupo dando-lhe sustentabilidade.

Até o momento preocupamo-nos em evidenciar a importância do grupo na formulação dos preconceitos. No entanto, estamos convictos de que, quando falamos em preconceitos e estereótipos, é o grupo em si que os produz dentro de uma ampla interação social construída historicamente.

Uma constatação importante, da qual compartilhamos, diz respeito ao fato de que “A maioria dos preconceitos, embora nem todos, são produtos das classes **dominantes**,

mesmo quando estas pretendem, na esfera do **para si**, contar com uma imagem de mundo relativamente isenta de preconceitos”⁵ (HELLER, 1970: 54).

Uma pesquisa da realidade histórica dos grupos em interação revela que grande parte dos preconceitos e estereótipos é proveniente da classe hegemônica. Também é possível diagnosticar na linguagem cotidiana os mecanismos que essa classe utiliza para não ser reconhecida como preconceituosa.

Nos estudos do AMANI, percebe-se também a preocupação em mostrar que os estereótipos são provenientes do meio social, onde, através dos “agentes de socialización” como a família, a escola, a linguagem e os veículos de comunicação produz valores que são transmitidos e que contêm “la visión que tenemos de los outros diferentes a nosotros. Esta diferencia puede ser sexual, física, étnica, por razón de edad, de clase social etc. Los estereotipos se alimentan de estos valores socialmente compartidos” (AMANI, 1994: 72).

O fragmento, além de indicar que a gênese dos estereótipos reside no social e tem sua mediação nos “agentes de socialização”, aponta para o fato de serem tais agentes os responsáveis por sua manutenção no cotidiano da sociedade, permitindo que sejam resistentes às mudanças.

Como vimos, o problema do outro compreende uma realidade universal. Todos os grupos partem de suas culturas para elaborar categorias que servem de argumentos na definição de outros sujeitos, etnicamente diferenciados.

Dessa forma, no Ocidente, a categoria “bárbaro” ou “selvagem”, usadas como diferenciais de grupos, têm a função de reconhecer o outro como um ser inferior. A inferiorização leva necessariamente à construção de uma relação de submissão.

1.2. A Função do Grupo Diante dos Estereótipos e dos Preconceitos

As considerações tecidas, anteriormente, levam-nos a concluir que um grupo não se produz no vazio. Ele precisa da sociedade para existir e ter legitimidade. Na mesma proporção em que ganha legitimidade vai delimitando sua história num determinado

⁵ Grifo da autora

contexto social, político e econômico. Uma leitura acadêmica da história construída por esses grupos representa um verdadeiro enigma para quem se aventura em pesquisá-los.

Nas intervenções acadêmicas, elaboradas com o propósito de explicitar a dinamicidade que envolve os grupos, uma série de indagações vai sendo formulada. Dentre as quais podemos destacar três blocos de questões. O primeiro visa entender os processos que constroem e tendem a manter os grupos em uma sociedade determinada; o segundo questiona a possibilidade de transformação interna e externa dos grupos e o terceiro indaga acerca das relações que os grupos estabelecem entre si.

Ressaltamos que, quando nos referimos à idéia de grupo, queremos dizer que existem algumas condições fundamentais para que ele possa constituir-se como tal. A mais importante delas é a conduta de seus membros, ou seja, um grupo só se define na medida em que o comportamento dos indivíduos que dele fazem parte estiver amplamente determinado pelo sentimento de pertença, conferido pelos indivíduos em três momentos distintos, ou seja: na consciência do pertencimento, na compreensão positiva ou negativa dos valores intergrupais e por fim, no aprofundamento das relações emotivas que é a conjugação dos dois momentos anteriores.

Num sentido mais específico, podemos dizer que o “termo grupo indica uma entidade cognitiva com grande significado para o indivíduo num determinado momento” (TAJFEL, 1982: 288). Ao tomarmos como referência tal pensamento, fica evidente que o grupo representa uma realidade dinâmica. Isso, porque é composto por indivíduos socialmente condicionados pelas transformações que ocorrem na sociedade como um todo

Agregamos a essa concepção a idéia de que os grupos estão social e economicamente determinados, mas se colocam em diferentes posições, no contexto das relações de produção, distribuição e consumo de bens. Também se distinguem entre si, por possuírem distintos capitais culturais.

As considerações representam um primeiro estágio no entendimento de um grupo étnico. Ao contrário de outros, ele apresenta especificidades que não são comuns aos demais. Por isso, entende-se como étnico, o grupo que:

- 1- *perpetua-se, biologicamente, de modo amplo;*
- 2- *compartilha valores culturais fundamentais, realizados em permanente unidade nas formas culturais,*

3- *constrói um campo de comunicação e interação;*

4- *possui um grupo de membros que se identifica e é identificado por outros como se constituísse uma categoria diferenciável de outras categorias do mesmo tipo* (POUTIGNAT, 1998: 190).

Os elementos revelam particularidades que tornam o grupo étnico um espaço onde as pessoas edificam e vivenciam valores historicamente erigidos em uma sociedade. Servem como diferenciação, utilizados para a aproximação ou o afastamento e, também, a construção de fronteiras no processo relacional. Nesse momento, os conflitos tendem a ocupar o centro das relações, interferindo no jogo das interações estabelecendo uma relação prática de hegemonização e submissão, cuja referência repousa na composição entre a realidade econômica e a questão étnica.

Através do confronto, o grupo procura demarcar suas diferenças em relação a outro. Tal demarcação quase sempre é arbitrária e dogmática. Reveste-se de um universo simbólico cuja elucidação envolve a conjugação dos diferentes campos das Ciências Sociais. Esses campos contemplam um leque de questões, dentre as quais destacamos o mundo subjetivo cujo estudo auxilia na compreensão do universo simbólico que envolve o problema das diferenças étnicas.

Portanto, o confronto intergrupar envolve múltiplas questões cujo entendimento requer um olhar multidisciplinar, pois é na conjugação de vários olhares que poderemos apreender a complexidade do problema e sentir que “a função de um grupo é definir papéis e, conseqüentemente, a identidade social dos indivíduos; é garantir sua produtividade social”. (LANE, 1994: 79).

A tarefa de definir papéis e construir um estado de coesão, visando manter a identidade, faz com que os grupos desenvolvam uma reflexão sobre outros grupos. A qualidade da reflexão resulta no desejo de aproximação ou afastamento e, também, na visão que o grupo organiza sobre os indivíduos que se encontram em seu eixo de relações.

Adorno e Horkheimer vêem o grupo como uma importante mediação social e como uma estrutura que possui formas historicamente variadas. Essas variações históricas são fundamentais enquanto elemento que define o posicionamento de um grupo em relação aos demais.

É, por exemplo, a partir do grupo que se consolida o ideal do diferente, do próximo ou do distante. É o grupo que define também o perfil do estranho como “esse enlace entre os registros simbólicos e reais que, num átimo, se nos apresenta no imaginário, lugar no qual tudo se apresenta, no qual tudo vem à luz” (SANTOS, 1998: 157). O texto é ilustrativo, por permitir-nos identificar um espaço que pode constituir-se como ponto de partida dos estereótipos e preconceitos. Esse espaço compreenderia a zona intermediária entre o que a autora chama de “os registros simbólicos e reais”. É neste sentido que o imaginário pode trazer à luz o estereótipo e o preconceito, como formas simbolizadas de uma relação real de violação de alteridades.

Um grupo se forja num jogo de forças que são ativadas ante a ameaça de invasão do “estranho”. Ao ativar as forças, o grupo, sempre entendido como uma coletividade mais ou menos homogênea e com uma história em comum, está buscando conservar sua tradição e sua hegemonia em um determinado território.

Os diversos grupos sociais contemporaneamente são colocados ante uma ampla circulação de formas simbólicas. Elas desempenham um papel fundamental na interação entre os mesmos. Parece-nos que tais formas simbólicas convertem-se nos antagonismos de caráter étnico que afloram em nossos dias, proporcionando o surgimento do racismo propriamente dito.

As divergências étnicas, por serem históricas e sociais, resultam de uma teia complexa, em que entra em jogo uma acirrada disputa por hegemonia cultural e econômica. Como exemplo, podemos mencionar os conflitos que acontecem na Europa, trazendo à tona uma onda de xenofobia, na qual os grupos passam a demarcar conflitivamente seus territórios sociais.

1.3. A “Barbarização” da Alteridade

A discussão proposta anteriormente serve-nos como abertura para a análise que desejamos fazer acerca da crise de alteridade presente em alguns momentos das interações inter-raciais ocorridas na história do ocidente.

Sabemos que é um risco discutir o tema na perspectiva proposta, em função de sua complexidade. Qualquer tentativa nesse sentido, por mais densa que possa ser, jamais abarcará o universo relacional que determinou as interações étnicas construídas no Ocidente, pois envolve um vasto processo de elaboração e legitimação de uma identidade hegemônica e é fruto de um conjunto de classificações e de valores sociais cujo conteúdo tem sua determinação em toda a história econômica, social, política e cultural do Ocidente.

Com isso, percebemos o desafio que representa o nosso desejo de fazer, neste bloco, algumas observações em torno dos diferentes estágios que marcaram a interação entre os povos do ocidente. Assim sendo, as considerações que teceremos servirão apenas como pontos ou referências que permitirão situar historicamente nossa produção.

Fundamentamos nossa primeira referência na formação da *polis* grega, sobretudo pela pertinência deste momento. Ela parece sintetizar, num prisma racional, o nascedouro das dificuldades entre os povos. Pela primeira vez na história do ocidente, o homem estabelece fronteiras entre os grupos étnicos.

O surgimento da *polis* serviu como ponto de partida para a formulação de categorias diferenciais entre os povos. Fez com que o pertencimento étnico representasse um componente fundamental, por condicionar a partir de uma classificação étnica as ações econômicas, sociais, políticas e interpessoais de uma determinada camada da sociedade.

Num contexto mais específico, o pertencimento étnico serviu para definir o lugar social do sujeito em uma sociedade que, ironicamente nasce sob uma base teórica que valoriza de modo particular a democracia. Nessa visão de democracia, o problema da etnicidade é posto de forma maniqueísta

O “bárbaro” é colocado em oposição ao “não bárbaro” e como categoria representa um importante legado da Grécia Clássica ao processo racional de formação da visão de alteridade presente no ocidente, uma vez que

O conceito de “bárbaro” nos foi legado pela Antigüidade grega. De início, o termo designava simplesmente os povos não-gregos, considerados estrangeiros. Mas já no século IV predominou a pretensão pejorativa do termo; os autores gregos começaram a qualificar como “bárbaro” os povos que diferiam deles – como os asiáticos – por não demonstrarem apreço pela polis, pela língua helênica e pelos ideais literários e artísticos das cidades-estados. O conceito de barbárie aqui diz, pois, da inferioridade do outro: bárbaro está fora do domínio da lei e é, portanto, não humano. (MONTEIRO,1997:51)

O texto é rico, por permitir o entendimento da categoria “bárbaro” e por apresentar um conteúdo simbólico de negatividade, incorporado ao processo civilizatório do ocidente, responsável por sua sustentação até os nossos dias.

A Categoria “bárbaro,” conforme mostra o fragmento, não surgiu do nada. Grandes pensadores como Platão e Aristóteles ajudaram a dar a essa categoria a força de negação que ela adquiriu no ocidente. Lembrando a teoria de Dussel, diríamos que bem antes, Parmênides, com sua discussão sobre a existência do “Ser”, teria contribuído para criar uma base de separação entre o “Ser” (homem grego) e o “não Ser” (o “bárbaro”). Tais argumentos evidenciam que “Enquanto outro incondicionado, exterior; o outro como outro consiste num não-ser. Além do horizonte do ser, o outro é o bárbaro (que não é homem para Aristóteles)” (DUSSEL, 1980: 51).

O pensamento de Dussel revela que as elaborações erigidas em torno do “bárbaro” cumpriram uma importante tarefa. Serviram, no Ocidente, para estabelecer fronteiras socioculturais e econômicas entre povos e civilizações. Traduziram-se na capacidade de abarcar o fundamento das diferenças étnicas. Por outro lado, representaram, também, o ponto de partida para a construção da negação e da afirmação de determinados valores construídos por grupos étnicos.

Na Europa Medieval, a idéia de “bárbaro”, enquanto categoria distintiva dos povos, passa a bater de frente com o ideal Teológico. O conflito estabelece-se, principalmente, diante da doutrina cristã. A Igreja Católica pregava uma nova visão espiritual, calcada no ideal da fraternidade, criando assim, um desconforto, uma vez que o outro não poderia mais ser compreendido como “bárbaro”. A solução para o problema foi a de fazer uma transferência do entendimento para o “não cristão”, o “sem alma”.

Durante a Idade Média, o olhar sobre o outro, no mundo ocidental, ficou praticamente matizado pela escatologia. A fé católica passou a ser o elemento sobre o qual se construiu a visão da alteridade. Com isso, a transferência do ideal de “bárbaro” para o pagão representou um momento de dominação e imposição cultural com conseqüências que se estendem até nossos dias.

A formação da *pólis* e a consolidação do ideal cristão-católico representam dois momentos importantes da história Ocidental. Ilustram os equívocos cometidos na interpretação das relações entre grupos de distintas origens e preceitos. Como vimos, os

gregos entendiam que os não gregos poderiam ser escravizados e, por representarem um subgrupo na hierarquia humana, era justo que servissem a senhores. O estágio de anomia atribuído pelos gregos aos estranhos, garantia o direito do exercício de hegemonia.

No medievo, a Igreja Católica faz uma adaptação do pensamento grego. Impõe um outro *ethos* de dominação e subjugação de indivíduos e grupos que se encontravam fora dos seus limites. Um exemplo característico desta questão é o caso dos judeus na Espanha, quando viviam em um momento em que “O terror se espalhou por Castela, Aragão, Catalunha, Valência e Sevilha. Os que não foram mortos por sua resistência religiosa, viram-se obrigados a aceitar o batismo ou então a assumir nomes falsos, refugiando-se em Portugal” (CARNEIRO, 1983: 45). O texto mostra um momento especial da relação entre dois universos religiosos, onde a hegemonia católica impôs uma nova ordem aos judeus.

Uma das conseqüências do impasse gerado entre cristãos e judeus naquele período resultou, posteriormente, no preconceito religioso e étnico contra os cristão-novos que viviam na Península Ibérica. Foi um tempo em que as relações sociais assumiram características racistas e tinham como base de sustentação simbólica a ideologia cristã.

A visão maniqueísta das relações étnicas construídas pelos gregos repete-se nas grandes navegações e também no processo de colonização européia. Nos dois momentos, o “bárbaro” é transformado em “selvagem”, “primitivo”, aquele que não tem condições de assimilar o mundo “civilizado” dos europeus.

Uma nova práxis estabelece-se na interação étnica e cultural. Pela dominação social e cultural, o “selvagem” é coagido a participar de um sistema diferente do seu. É obrigado a realizar atos contra sua natureza, ou seja, contra sua própria essência histórica.

Com isso, o outro perde suas referências socioculturais; é levado a assumir uma nova visão de mundo, a abandonar seu próprio universo simbólico e a aderir a um mundo hegemonicamente imposto.

Tudo isso acontece de diferentes formas: pela força, pelo castigo, pela desagregação grupal e psicológica. Tomando como exemplo o modelo imperialista, podemos dizer que:

Na essência do ethos da dominação imperial, encontra-se a certeza disciplinada do burocrata ou do fanático (mais perigoso por sua consciência tranqüila e até virtuosa, que o facinora) que cumpre diariamente seus deveres pátrios e religiosos com escrupulosa

consciência moral de fazer avançar o caminho da civilização, da cultura, da democracia, da liberdade... (DUSSEL, 1980: 78).

O texto nos dá uma idéia do conteúdo e da consistência de uma nova práxis, produzida durante a expansão ibérica e o colonialismo, que entendemos como um dos férteis nascedouros de estereótipos e preconceitos, com destacado papel na manutenção das desigualdades étnicas, reforçando o sectarismo em que o negro e o índio, ambos entendidos como “destituídos de alma”, ficam vulneráveis ao ritual da escravização e da subjugação.

Julgamos de grande importância as considerações tecidas acerca da interação étnica no Ocidente. São ponderações que, mesmo genéricas, ajudam a compreender como o homem ocidental dinamizou a questão da diferença ao longo dos tempos. Foi um extenso período de negação e imposição de ordem ideológica, econômica, política e cultural. Não raro, na construção dessas diferenças, tem-se percebido a influência das ciências sociais, como a Antropologia, a Sociologia, a História e até a própria Filosofia. Seus instrumentos de interpretação do universo social nem sempre foram utilizados para garantir um plano de equidade entre os homens. Pelo contrário, muitas vezes estiveram a serviço das classes hegemônicas. Foram responsáveis pela manutenção de ideologias que serviram como elemento de dominação de um povo sobre o outro.

Num impasse, que envolve as Ciências Humanas e a questão da alteridade, há outra realidade a considerar, ou seja, a existência de uma acentuada discrepância entre o conhecimento abstrato formulado em torno do outro e as políticas de vizinhança que os grupos estabelecem entre si. Em tais políticas, reside a dificuldade da aceitação de outras possibilidades de manifestação da alteridade em um dado espaço de convivência social.

A discrepância revela que “na existência cotidiana de hoje, seja na Europa ou em qualquer outra parte do mundo industrializado, as relações humanas são atravessadas e muitas vezes determinadas por diferenças materializadas na variedade dos modos de crer, perceber, trabalhar, vestir-se e parecer somaticamente” (SODRÉ, 1999: 17).

O fragmento evidencia um conjunto de diferenças de origem cultural que, vistas dentro de uma interação equitativa, são fundamentais dentro da composição de uma sociedade. Porém, no momento em que a interação acontece entre grupos hierarquicamente distribuídos na sociedade, tende a transformar-se em um conjunto simbólico responsável pelos estereótipos e preconceitos.

Percebemos, também, que a globalização econômica e tecnológica, por sua dinâmica interna, tende a nivelar culturalmente as diferenças, o que resulta em conflitos que revelam posições etnocêntricas. Com isso, os grupos solidificam cada vez mais suas fronteiras. De forma paralela, podemos perceber o surgimento de um discurso repleto de estereótipos e preconceitos.

No contexto da realidade brasileira, esse discurso, como veremos no capítulo seguinte, apresenta um componente especial. Tem suas origens no traumático processo de interação étnica, social e econômica, vivido pela sociedade brasileira atravessada por longos anos de escravidão e de uma sistemática marginalização econômica sobre uma camada significativa de pessoas composta por não brancos, socialmente categorizados como o “grupo minoritário”.

CAPÍTULO II

O ESTEREÓTIPO DA RAÇA PURA, NO MODELO SOCIOCULTURAL BRASILEIRO

O Brasil é, reconhecidamente, um País pluriétnico. Seu território abriga um variado contingente populacional em constante interação, em que percebemos uma aparente harmonia entre os grupos, criando, no conjunto social, um clima de convivência democrática. No entanto, a realidade empírica e as construções teóricas revelam uma outra situação. Indicam a existência de históricas fronteiras entre os grupos étnicos, envolvendo de modo particular índios, negros e seus descendentes.

Tal realidade mostra-se, inicialmente, como legado da colonização e escravidão, perpetuando-se em teorias e práticas onde, implícita ou explicitamente, é possível perceber a existência de preconceitos erigidos com o propósito de delimitar o “lugar” de cada grupo no contexto social.

Por isso, os antagonismos, as idéias preconceituosas e a formulação de estereótipos são realidades que “nasceram” com o Brasil. Já no período colonial, negros, índios e mestiços eram considerados inaptos a participar da sociedade. Contemporaneamente, os herdeiros destes grupos, em uma outra perspectiva, são vítimas dos mecanismos de diferenciação étnica construídos ao longo da história nacional.

As bases dessa visão, matizadas pela diferença, provêm de dois universos distintos. O primeiro, de caráter histórico, está relacionado ao processo que delimitou as relações étnicas na Península Ibérica no a priori da chegada portuguesa ao Brasil. Como diz a História, no final do Século XV, o desejo de transformar a Espanha em uma grande potência produziu uma implacável perseguição aos judeus. A razão econômica que motivava essa perseguição foi ocultada pela justificativa étnico-religiosa.

Ao fugir da Espanha para Portugal, o grupo encontrou um contexto discriminatório semelhante ao daquele que estava vivendo. Mesmo tendo aderido à fé católica (cristãos novos), não conseguiram apagar a fama de “Maus cristãos”. Por isso, muitos foram condenados à fogueira e à prisão perpétua, ficando visível o processo de preconceito instalado contra esse povo.

A aversão aos judeus, por diferentes razões, estende-se, paralelamente, aos mouros e ciganos. Por isso, ao chegarem ao Brasil, os portugueses já traziam consigo uma história de negação étnica, cuja transferência passa a ser imediata sobre os índios e, posteriormente, sobre os negros e mestiços.

O segundo, foi a secular permanência do Brasil dentro de um sistema escravocrata, permitindo um enrijecimento das relações inter-raciais. Por outro lado, contribuiu para a formulação dos estereótipos e dos preconceitos, em que, legalmente, foi instituído o sistema de segregação. Teve início, nesse momento, a definição dos papéis sociais, em que, numa visão étnica, cabia ao grupo “inferior” assumir a condição de escravo servidor.

A escravidão não deve ser vista como a única causa do descompasso entre as etnias que passaram a viver no Brasil. No entanto, ela representa um momento especial na explicação da complexa relação estabelecida entre as etnias em conflito em tal momento, pois, em parte, teve sua justificação em teorias evolucionistas provindas da Europa, que influenciaram de forma significativa a formulação de um entendimento discriminatório sobre a questão étnica no Brasil.

Ao tomarem de empréstimo os fundamentos da Biologia, tais teorias foram utilizadas para compreender, partindo de parâmetros físicos, a diversidade que caracterizava o universo cultural e étnico do Brasil. No centro da discussão estava a preocupação em explicitar o contexto de “inferioridade” étnica que envolvia os índios, os negros e seus descendentes. Com critérios de natureza genética, preocupavam-se em construir uma análise das manifestações culturais, enquadrando os grupos como inferiores ou não.

As teorias racistas passam a ser defendidas por um grupo de intelectuais, cuja produção deu-se mais especificamente no final do Século XVIII e durante boa parte do século XIX. Entender esse momento significa o ponto de partida para a compreensão das diferentes formas de manifestação do preconceito existente na sociedade brasileira. As

diferentes instituições, em especial a escola, foram absorvendo essas teorias e adaptando-as aos seus respectivos contextos. A escola, na tarefa de trabalhar com o conhecimento, sustenta paralelamente as diferenças étnicas propostas pelas teorias racistas.

A escravidão, somada às teses racistas cujo objetivo era mostrar o quanto negros, índios e mestiços eram “nocivos” ao desenvolvimento do Brasil, não foram os únicos elementos a serem destacados na construção dos estereótipos e dos preconceitos. Mais tarde, a Política de Imigração deu uma outra conotação a essa realidade, ao colocar em confronto, sobretudo no Sul do Brasil, os italo-germânicos com índios, mestiços e negros.

O texto que segue, confirma o que dizemos ao propor que: “Assim, quando as primeiras massas de imigrantes europeus chegaram ao Brasil, em fins do século XIX, aqui encontraram uma população de brasileiros natos, resultantes da miscigenação de três povos durante três séculos, ou seja, aproximadamente quinze gerações”. (AZEVEDO, 1987: 41).

A interação, no contexto descrito foi traumática, pois o desejo de se consolidar uma hegemonia italo-germânica resultou em atritos entre tais grupos e na fragmentação cultural dos povos que se colocaram em um processo de interação com tais imigrantes.

As colocações propostas permitem-nos afirmar que o tema do preconceito no Brasil faz parte de um antigo debate que permanece latente até nossos dias. É uma realidade que se mantém subjacente dentro do contexto social e mostra que:

O racismo na sociedade brasileira é tão implícito nas concepções de relações sociais, que seus protagonistas não se percebem racistas. Toda a carga da herança cultural que modelou a sociedade brasileira é tão fundamentada no racismo, que nem os próprios negros escaparam à assimilação de sentimentos contrários à raça negra (AZEVEDO, 1987: 48).

Na verdade, é toda esta complexidade que tem alimentado discursos e procedimentos nos distintos espaços da sociedade brasileira.

Segundo Azevedo, foi nas décadas finais de 1800 e nas primeiras décadas do século subsequente que um grupo de intelectuais, fundamentados nas Ciências Sociais, passou a endossar as teorias raciais de Gobineau e Lapouge, construindo argumentos que defendiam a existência de uma raça superior em oposição à outra inferior. No corpo dessas obras a discriminação é dirigida à população negra que vive no país ou, então, aos mestiços considerados inferiores.

Dentre os teóricos que incorporaram o pensamento preconceituoso acerca da dinâmica racial no Brasil, encontramos Sílvio Romero. Em seu trabalho, fica nítida a idéia da formação de uma “sub-raça”, fruto do cruzamento entre brancos e os “povos dos trópicos”, tendo como resultado a formação de uma raça inferior que tenderia a desaparecer no processo de seleção natural, dando lugar à consolidação em definitivo da raça branca. Em sua produção, elabora uma visão pejorativa do negro, pois entendia que:

O Brasil não deve contar seriamente com os índios e negros como elementos de uma civilização futura, ainda que estenda até eles os benefícios do ensino primário. As futuras gerações do Brasil, se for aproveitada a colonização alemã, constituirão um povo misto de brasileiros propriamente ditos, portugueses e alemães. Os descendentes do novo povo misto, serão superiores a seus antecessores, portugueses e alemães (SODERÉ, 1984: 72).

O texto revela que, somente os indivíduos brancos europeus, estariam em uma situação favorável à construção de um verdadeiro País.

Um outro teórico importante desse período foi Euclides da Cunha. Para ele, os não brancos, em especial mulatos e cafuzos, não apresentam qualidades suficientes para contribuir com o processo de desenvolvimento do país. Desenvolve um descrédito absoluto dos mulatos, não admitindo a mistura de raças.

É importante frisar que o jagunço é uma exceção na visão deste autor. Ao contrário do mulato, visto como desequilibrado, o jagunço, fruto do cruzamento do branco com índios, representaria a matriz de uma raça forte.

Outro importante autor foi Oliveira Viana. Atribui-se a ele um grande número de produções sobre o processo de formação étnica no Brasil. Em uma obra denominada “Populações Meridionais”, o autor deixa transparecer, com toda a veemência, o espírito preconceituoso que reinava em seu tempo.

Ficou cristalizado na obra de Viana que o sangue dos brancos era o mais puro, em que transparece o entendimento de que os arianos representam o grupo étnico cuja hegemonia sobre os demais seria um “direito natural”.

Embora no pensamento de Sílvio Romero o problema racial tenha adquirido dimensões importantes a ponto de ser considerado “*mais importante que a do meio*”, Oliveira Viana é o autor que, teoricamente, melhor representa os ideais preconceituosos de

sua época, por mostrar-se o mais convicto em sua tese sobre a superioridade racial do branco europeu.

Ao longo de sua teoria, é possível perceber um princípio de estratificação étnica, sobretudo quando “divide a sociedade em raças inferiores e superiores, deixando-se identificar por um forte “arianismo”. A mestiçagem, segundo o autor, levou à decadência a qualidade dos arianos. A “ralé” seria formada pelos mulatos, mamelucos e cafuzos” (CARNEIRO, 1983:30).

O fragmento é representativo. Além de traduzir o pensamento de Viana, consegue incorporar o espírito reflexivo dos teóricos filiados a essa forma de pensar, revelando dois mundos distintos polarizados pela raça nobre e a inferior. Num certo sentido o pensamento recoloca a velha discussão em torno do “Ser” x “não ser” de Parmênides. Simboliza o “Não homem”, presente na discussão de Dussel, ao referir-se aos indivíduos periferizados que habitam a América Latina.

Ao reportar-se à imigração, Viana se mostrou radicalmente contra a entrada de negros no Brasil. Admitia que o fato de esse grupo ter se constituído numericamente em um dos mais significativos na formação demográfica do País representava um problema, pois ele era o retrocesso do País.

Outro importante teórico que completa a plêiade de escritores racistas é Nina Rodrigues. Ao reconhecer, como os autores já identificados, que existem raças que são superiores às demais, desenvolve uma teoria aberta contra negros e índios.

Tendo como influência o pensamento de “Spencer, Nina Rodrigues explica que a fraqueza, a indolência e a imprevidência dos mestiços seriam herança do selvagem” (CARNEIRO, 1983:32). É importante ressaltar que as características descritas por Nina Rodrigues acerca do mestiço reaparecem em regiões de predominância ítalo-germânica e passam a significar um elemento de distinção étnica.

Portanto, serviram ao propósito dos descendentes de italianos e alemães para estabelecer uma relação de hegemonia. É a partir desse contexto que se passa a falar de uma “índole cabocla” ou do jeito dos “brasileiros”, em referência a indivíduos de pele escura, frutos da mescla das culturas indígena, portuguesa e negra.

Retornando ao autor mencionado, parece-nos “interessante notar que os estudos de Nina Rodrigues sobre as culturas negras decorrem imediatamente de suas premissas racistas; se é verdade que procurará compreender o sincretismo religioso, é porque o considera como forma religiosa inferior”.(ORTIZ, 1986: 20).

Seguindo a mesma lógica dos autores anteriores, Nina Rodrigues, como mostra o fragmento, admite a existência de uma raça superior e outra inferior: a primeira, representada pelo branco europeu; a segunda, pelos negros, índios e mestiços, que representavam um entrave para se construir uma verdadeira nação.

Na reflexão sobre a questão racial e a identidade no Brasil, Nina Rodrigues representou um dos autores mais contraditórios como sugere o seguinte texto:

em uma de suas obras, da viva simpatia que o negro lhe inspirava. Entretanto, era a simpatia claramente expressa no íntimo contato que ele tinha com as populações negras da Bahia (especialmente os adeptos do candomblé), e as exigências impostas a um homem de ciência, médico de formação e etnólogo por opção, com compromisso manifesto de contribuir para o progresso e o desenvolvimento da emergente república brasileira, impõem-se questões que transformam a simpatia subjetiva em aversão racionalizada. (MATTOS, 1998: 48).

No texto, o autor é contraditório. Constrói uma afirmação sobre a inferioridade dos negros, tendo como modelo a “incapacidade” deles em assimilar por completo os elementos católicos. Particularmente, o sincretismo representava o exemplo mais cabal da inferioridade negra, porque não conseguiam sequer ser parecidos com o branco. Por isso, “O sincretismo atestaria os diferentes graus de evolução moral e intelectual de duas raças desiguais colocadas em contato”. (ORTIZ, 1986: 20).

O que está em jogo na discussão de Nina Rodrigues é sua preocupação em mostrar a dificuldade em se construir no Brasil um Princípio Nacional de Cultura, tendo como base um povo marcado pela presença negra, mestiça e indígena.

Em seu estudo sobre preconceito Racial no Brasil, CARNEIRO, 1983 destaca o pensamento de Azevedo Amaral. Identifica na obra “O Brasil na Crise Atual” escrita em 1934, mais um momento importante de florescência das idéias preconceituosas e racistas, onde o referido autor retoma o pensamento da degeneração cultural, por influência da mestiçagem. Defendia ele que a raça branca deveria impor sua supremacia aos africanos e indígenas, como condição de evitar a decadência e também a esterilidade da nobre raça.

Na teoria desses autores, há algo em comum que precisa ser salientado. Preocupavam-se em demarcar um território étnico de hegemonia branca, como o baluarte de uma nova ordem social que deveria ser construída. Com isso, queremos dizer que a questão do preconceito e dos estereótipos criada em torno de negros, índios e mestiços, remete, necessariamente, a um projeto político que se tinha em mente. Muito mais que isso, havia nos discursos um ideal de nação a ser construída longe da presença de grupos inferiores.

O que se pode destacar, através destes teóricos, é o velho maniqueísmo que colocava em estado de dualidade a raça pura x a raça impura. O culto x o inculto, voltando, assim, ao ponto de partida prefigurado pelo choque entre o bárbaro x o não-bárbaro.

Os teóricos se mostram preocupados com a realidade por eles constada de que, em um a priori, era impossível o Brasil vir a constituir-se uma verdadeira nação, até que não se completasse o trabalho de “purificação”.

Visto na perspectiva dos intelectuais do período mencionado, o problema da miscigenação é grave, porque tais intelectuais estavam preocupados com a elaboração de uma identidade cultural brasileira. Nesse sentido, surge a pergunta: como construir uma identidade, ou como demarcar um processo cultural, ante bases tão frágeis?

Ao diagnosticarem a “fragilidade” das bases populacionais do Brasil, em função da mestiçagem, os autores preconceituosos entendem que “O ideal nacional é na verdade uma utopia a ser realizada no futuro, ou seja, no processo de branqueamento da sociedade brasileira” (ORTIZ, 1986:21). A ideologia do branqueamento teve um duplo sentido: de um lado ela serviu para manter um amplo processo de negação do negro; de outro, fez com que uma parcela da população negra assimilasse tal ideologia e passasse a adotar padrões socioexistenciais remontando o universo branco.

A análise das teorias raciais de caráter discriminatório contra negros, índios e mestiços, que muito influenciaram o imaginário do povo brasileiro, está longe de ser esgotada; pelo contrário, coloca em pauta o problema da identidade nacional, requerendo, dessa forma, a construção de novas referências que ajudem no entendimento das inter-relações no País.

Embora a relevância da temática seja relativizada, dentro do conjunto social, é importante ressaltar que a questão merece uma abordagem consistente, para que se possam superar os traumas, provocados pelo desequilíbrio nas relações étnicas construídas na História do Brasil.

Por suas dimensões, o Brasil é considerado o País-continente, tanto na extensão como nos diferentes complexos regionais que abriga. O Oeste de Santa Catarina representa um desses complexos, com uma trajetória histórica, econômica, política e social que, mesmo interligada ao processo da nação como um todo, apresenta especificidades, decorrentes dos fatores que delimitaram a composição desse espaço.

No capítulo que segue, procuraremos restringir nosso olhar para as especificidades históricas que determinaram a composição étnica da Região Oeste de Santa Catarina, tendo como referência o desenvolvimento econômico e suas conseqüências nas relações entre as etnias envolvidas na composição histórica do território mencionado.

CAPÍTULO III

UM CONTEXTO HISTÓRICO/ECONÔMICO DE EMERGÊNCIA DOS ESTEREÓTIPOS NO OESTE DE SANTA CATARINA

Neste capítulo, estaremos fazendo uma abordagem histórica da composição étnica do Oeste de Santa Catarina. Nela identificaremos como foram sendo desenhados os estereótipos que confirmam um processo de tensão e negação étnica na região.

Por ser polarizada, a tensão apresenta, de um lado, os descendentes de imigrantes italianos e alemães e, de outro, os descendentes de índios, negros e mestiços, que precederam tais etnias na ocupação regional.

O fato de termos criado um campo de unificação ítalo-germânico não significa que estas duas etnias comportem um mesmo padrão cultural. Pelo contrário, entendemos que a relação entre estes dois grupos é repleta de conflitos e tensões no que tange ao universo da alteridade. Na realidade, são grupos com *ethos* diferentes, com perspectiva de mundo diferente e uma distinta visão organizacional nas relações socioculturais.

Com isso queremos dizer que não pretendemos homogeneizar dois mundos culturais completamente distintos. A construção de um campo de unificação ítalo-germânico só tem sentido quando visto na perspectiva da interação destas duas etnias com o grupo de acolhimento.

Dessa forma, os elementos que nos levaram a colocar as duas etnias em uma mesma margem são precisamente dois, ou seja, o primeiro diz respeito à ascendência europeia que os unifica, neste espaço, como os “de origem”; o segundo, é a relação cultural que as duas etnias estabeleceram com a população que os precedeu.

Embora sejam evidentes os riscos que corremos ao buscar criar um campo de unificação entre os dois contextos étnicos, parece-nos importante e didático manter essa

Nem todos os autores concordam com essa teoria. Para alguns historiadores, o fato de que Nuñez tenha passado pelo Planalto Serrano e Oeste de Santa Catarina, constitui-se em um episódio lendário, como diz o seguinte fragmento:

Desses primeiros séculos de ocupação européia no Sul do continente há, pelo menos, dois episódios dignos de nota. O primeiro é a lenda da passagem de D. Álvaro Nuñez Cabeza de Vaca pela região Oeste entre 1541 e 1542. Porém, com base nos próprios relatos de Cabeza de Vaca, no século passado, o Barão do Rio Branco mostrava que o itinerário do espanhol, que partiu do litoral de Santa Catarina para atingir Assunção (Paraguai) por terra, seguiu pelo Norte de Paraná e não pelo Oeste Catarinense (D'ANGELIS, 1995: 146).

Embora haja contradições nas afirmações em torno do processo que determinou o desbravamento do Sertão de Santa Catarina, fica evidente que esta região foi dada a conhecer num período muito próximo à chegada portuguesa ao País.

Ao negar a passagem de Nuñez, o autor faz uma referência significativa quanto à presença branca no Oeste quando diz que “O segundo episódio importante é a presença do militar alemão Ulrich Schmidel (servindo ao governo de Pedro Mendonza, em Assunção) que entre 1552 e 1553, teria atravessado o Peperi-Guaçu e chegado à margem direita do Rio Uruguai, aproximadamente na região de Palmitos” (D'ANGELIS, 1995: 146)

O envio da comitiva à região Oeste tinha, por parte da Coroa Espanhola, o objetivo explícito de levantar dados cartográficos. No entanto, o militar relata também o contato com um determinado grupo de índios identificados com os Guaranis.

Entre os anos de 1646 e 1649, os Jesuítas elaboraram uma Carta Geográfica que inclui parte do território do Oeste do Estado. No mapa, os religiosos identificam, entre os rios Iguaçu e Uruguai, um aldeamento indígena, revelando, portanto, mais uma parcela deste território.

Podemos dizer com mais veemência que a região, com seus legítimos habitantes, passou a ser conhecida através da passagem dos bandeirantes paulistas, que se deslocavam ao Rio Grande do Sul, na captura dos índios que viviam nas missões Jesuíticas.

Em seu itinerário, os bandeirantes estabeleceram contato com a população aborígine que vivia nesses domínios. Foi um contato breve, mas que demarcou um primeiro estágio de interação entre o índio e o branco português.

O olhar do bandeirante para a população indígena que vivia no território em questão, foi diferente do que aquele para os que viviam nas missões. A “baixa cotação” desses grupos no “mercado” de escravos garantiu que não tivessem o mesmo destino dos Guaranis das Missões.

Ficou evidente, no primeiro contato entre índio e bandeirante, a atualização de uma visão etnocentrada. Por ser classificado como um grupo exacerbadamente bárbaro, o índio da Região foi inicialmente desconsiderado como objeto econômico, uma vez que seu estado de barbárie identifica-o como um grupo culturalmente inepto para o mesmo sistema de servidão reservado aos Guaranis.

No entanto, a lógica muda quando se trata da dominação erótica. Repete-se aqui o mesmo processo ocorrido na América em geral, como salientam alguns autores ao afirmar que: “no processo da conquista da América, o europeu não só dominou o índio, mas também violou a índia. Cortés se juntou com Malinche, uma índia, mãe do mestiço. O *ego cogito* funda ontologicamente o “eu conquisto” e o *ego fálico*, duas dimensões da dominação do homem sobre o homem” (DUSSEL: 1980: 88).

Com isso, queremos dizer que os bandeirantes, em sua passagem por esta região, optaram pela segunda forma de dominação. Isso é possível perceber no aparecimento de uma população mestiça.

O processo de submissão inicia-se neste período e adentra a história. Um depoimento, afirmando que “*Minha avó era “bugra” e meu pai caçou ela no mato*”,⁶ nos dá uma dimensão de tal realidade. Mostra o exato momento em que a violação da alteridade se dá de dupla forma. O indígena sofre a violência de sua cultura e, também, é violado enquanto membro de um grupo étnico diferente.

As considerações elaboradas indicam que o desvelamento do sertão de Santa Catarina veio ocorrendo de forma lenta e enigmática, sendo um quadro característico da ocupação do interior do País. No nosso caso, a questão adquire uma característica especial. Como observamos, também os espanhóis tinham interesse em demarcar território na

⁶ Fala de uma professora pertencente a Rede Estadual de Ensino, formada em Pedagogia e que atua no magistério desde 1985

região, o que motivou os conflitos por questão de limites. Primeiramente, entre Portugal e Espanha e, posteriormente, entre Brasil e Argentina.

O impasse resultou mais tarde no propósito do Governo Brasileiro em estabelecer um plano de ocupação da região que incluía a vinda de imigrantes europeus não ibéricos. Tudo isso fazia parte de uma estratégia geopolítica que não foi acompanhada por um processo racional, em que não se reconheceu o direito da população que vivia no espaço.

Tais argumentos nos levam a concluir que a chegada dos imigrantes ítalo-germânicos ao Estado de Santa Catarina e, também, à Região Oeste, foi precedida por uma história que envolveu a população indígena, o tropeirismo e o problema geopolítico.

3.1. Os indígenas

O estudo da população indígena é fundamental para o entendimento do processo que envolve o povoamento do Oeste de Santa Catarina. Ele revela o primeiro momento em que, na Região, ficou demarcada a violação da alteridade.

No contato dos indígenas com o branco, repetiu-se o confronto entre o “bárbaro” e “civilizado”. Percebe-se, nesse momento, que os mecanismos de exclusão, existentes na sociedade brasileira, assumem um novo contexto, englobando características da sociedade regional.

O estudo acerca da história do índio na região é embrionário. O empenho dos pesquisadores tem sido respaldado pelas pesquisas arqueológicas, que permitem estabelecer um mapa bastante aproximado dos domínios territoriais dessa população.

Os estudos valorizam a presença de três grupos, ou seja, os Guaranis, os Kaingang e os Xokleng. Como descreve o texto, estavam espalhados no território de acordo com suas habilidades, hábitos e costumes:

a área de mata subtropical no Oeste Catarinense como ocupação Guarani, sobretudo ao longo dos grandes rios e excetuando as bordas de campo. Por outro lado identificaremos como ocupação Kaingang, a mata de Araucária e seus campos intermediários. E, como ocupação Xokleng, identificaremos os campos de Lages, Curitibanos e Caçador e as matas de Araucárias a leste deles. (D'ANGELIS, 1995: 145).

No contexto regional, a população indígena encontrava tudo do que necessitava para viver. Nos bosques de pinhais, praticavam a coleta de mel, frutos e raízes. A fauna rica em animais dava-lhes a segurança de uma alimentação farta. No período de pinhão, contavam com uma preciosa e nutritiva fonte de alimento adicional.

A forma de ser desses indivíduos contemplava o elementar, ou seja,

entre as excursões de caça e coleta, à vida fluía. Os homens fabricavam arcos e flechas, lanças e diversos outros artefatos necessários ao cotidiano. As mulheres teciam com fibra de urtiga mantas que serviam de agasalho nas noites de inverno; cuidavam das crianças; faziam pequenas panelas de barro e cestos de taquara para guardar alimentos; limpavam animais; cuidavam do preparo da comida; colhiam; estocavam e maceravam o pinhão e com ele faziam um tipo de farinha; cozinhavam ou moqueavam peças de carne dos animais e aves abatidos; preparavam bebidas fermentadas com mel e xaxim (SANTOS, 1998: 57).

O relato acerca da vida dos Xokleng traduz um pouco do que representava a vida cotidiana desses povos. Embora fossem mais nômades, os papéis sociais e as relações de gênero eram bastante próximos, também entre os Guaranis e os Kaingang.

O Estado de Santa Catarina, do Planalto Serrano ao Oeste, por um longo período, conforme verificamos, funcionou como um corredor por onde passavam tropeiros e bandeirantes, ambos com objetivos diferentes, ou seja, aprisionar índios das missões e conduzir o gado do Rio Grande do Sul para São Paulo. Os dois momentos representaram, de forma objetiva, o primeiro confronto dos povos indígenas, com o homem branco.

A historiografia regional aponta que os dois povos entenderam de forma distinta a relação com o homem branco. Cada grupo encontrou sua forma de agir diante do estranho. Como diz o texto, os Kaingang

Tinham contatos estáveis com missionários e agentes governamentais, colaboravam com as autoridades para atrair os grupos isolados, trabalhavam de modo mais ou menos coagido na construção de estradas e no desmatamento da floresta e, embora continuando a praticar a caça e a colheita de pinhões, cultivavam a terra (BRUNELLO, 1998: 112)

O estreitamento das relações entre esse povo e os missionários determinou a forma como tais indivíduos passaram a considerar os portugueses. Por isso, ofereceram pouca resistência à assimilação dos costumes e do modo de vida dos brancos.

Portanto, a atitude dos Kaingang, de um lado facilitou a situação dos portugueses e, por outro, serviu para fragmentar, de forma acelerada, o modo de ser dessa população. Por

isso, em um curto espaço de tempo, foram obrigados a sobreviver dentro dos padrões determinados pelos “estrangeiros”. Tiveram suas crenças e costumes alterados e a subjugação teve seu dinamismo facilitado pela postura passiva do grupo, em relação ao colonizador português.

O mesmo não ocorreu com os Xokleng. Num gesto de proteção, o grupo procurou manter seus escudos levantados. O estranho foi considerado uma ameaça. Ao sentirem a violação de seu espaço por bandeirantes e tropeiros, colocaram-se em posição de alerta. Como salienta Brunello, procuraram diferentes formas de reagir.

A primeira reação foi de fuga. Evitavam o contato com os forasteiros. Não aceitaram tampouco a “generosidade” dos missionários e mantiveram-se o mais longe possível dos portugueses.

A Segunda forma de reação foi o ataque. Construíram grupos de resistência. Protegidos pela mata, uniram-se na defesa da integridade física e cultural. Buscaram, de todas as formas, impedir a usurpação de seus territórios.

Durante o período de aproximação dos portugueses, o grupo manteve uma postura de enfrentamento. O confronto estendeu-se até a chegada da família Real, quando então o Rei enviou tropas militares com a finalidade de neutralizar a ação destes índios. Os contínuos confrontos com as tropas militares e a hostilidade dos colonizadores, produziram uma redução significativa do grupo.

A partir de então, ele sofreu um processo de divisão. De um lado ficaram os refratários, que não aceitaram a submissão e, de outro, os colaboracionistas, ou seja, os que aderiram ao processo de ocupação branca.

Pensando em tirar partido da situação os colaboracionistas lançaram-se contra seu próprio povo. Por conhecerem a região, passaram a desempenhar um papel fundamental como garantia da permanência dos invasores. Enquanto instrumento de manobra, reuniam os elementos necessários para a segurança das famílias portuguesas, que procuravam assentar território neste espaço.

3.1.1. O Colaboracionismo de Condá

É importante destacar a atuação do índio Condá, quando, por volta de 1839, tomou corpo o processo efetivo de ocupação do Oeste pelos brancos de origem portuguesa.

Convém lembrar que essa ocupação serviria, posteriormente, como um entreposto para os portugueses fixarem residência no Norte do Rio Grande do Sul, de modo particular nos campos de Nonoai, após a travessia do Rio Uruguai.

Condá era integrante do grupo Kaingag, que havia pactuado um acordo de interação pacífica com os fazendeiros. Fazia parte do plano estratégico dos brancos ocupantes, que tiraram proveito das rivalidades internas do grupo.

Durante a ocupação dos Campos de Palmas e Oeste de Santa Catarina, Condá foi, sem dúvida, o elemento fundamental. Por sua personalidade, mantinha grande ascendência sobre os distintos grupos que faziam parte dos Kaingag. Tinha, também, uma forte influência sobre os demais chefes indígenas, assegurando, desta forma, a “paz” para os brancos de origem portuguesa.

Nos estudos históricos da Região, consta que, como estratégia de manipulação, os fazendeiros passaram a assegurar ao Índio um soldo pelos serviços prestados, constituindo mais um artifício de atrelamento de Condá, como instrumento de proteção dos brancos no processo de demarcação territorial que haviam traçado. A parceria foi fundamental para que os portugueses permanecessem no território indígena.

Quando Condá tomou ciência da manobra dos fazendeiros já era tarde. Os Kaingag se encontravam em um adiantado estágio de dizimação. O sonho de unidade e resistência coletiva não era mais possível. Restava um grupo pequeno e disperso pelo território.

A partir de então, os índios passaram a viver um novo estágio. Foram induzidos pelas circunstâncias a aderir ao processo de aculturação. Passaram a adotar os valores dos ocupantes na orientação de suas vidas.

O desfecho desse contato foi idêntico para os Guaranis, Kaingag e Xokleng. De senhores absolutos do território, passaram a viver de forma marginal. Vieram a constituir-se a mão-de-obra barata das fazendas. Eram também, mais tarde, recrutados para pequenos

serviços nas povoações que se iniciavam e, posteriormente, com a chegada dos imigrantes italo-germânicos, muitos foram utilizados no trabalho agrícola.

3.2. O Tropeirismo

A descoberta de ouro em Minas Gerais, por volta de 1700, abriu novas perspectivas ao sistema colonial, garantindo a compensação da decadência do ciclo açucareiro. Permitiu também um deslocamento do eixo econômico das regiões litorâneas para o interior. Isso determinou o surgimento de um mercado interno no País, com necessidade de transporte permanente e alimentação.

A partir de então, o Rio Grande do Sul, com seus rebanhos de gado e muares, passou a ter importância como suporte na alimentação e no transporte. Por isso,

as autoridades coloniais portuguesas em 1721 incumbiram Francisco Brito Peixoto, filho do fundador de Laguna, de penetrar as terras do Rio Grande e fundar povoações, dando-lhe para isso, a patente de guarda-mor. Isso foi feito em 1725 com o traslado de 31 lagunistas – a chamada frota ou tropa de João Magalhães. Estes lagunistas se instalaram nos já citados pontos – campos de Viamão até o litoral, numa faixa entre o mar e a Lagoa dos Patos, até S. José do Norte. Ali instalados, lançaram-se também nas “arriadas” do gado alçado (MATTOS, 1998: 19)

O texto revela um momento especial, ou seja, demarca o ponto de partida do tropeirismo no Sul, contribuindo “decisivamente para moldar o Brasil tal como nós hoje o conhecemos””.(BONADIO, 1984: 46). Lembra o autor que uma das contribuições mais importante do ciclo, foi a incorporação do Rio Grande do Sul ao território brasileiro, uma vez que no início do século XIX, a Região das Missões foi definitivamente conquistada para o Rio Grande do Sul. Com isso, o pólo de atração em busca de muares, deslocou-se de Viamão para a Região das Missões. A alteração na rota das tropas valorizou o Planalto Catarinense, como importante caminho na condução do gado.

Com isso, podemos dizer que o tropeirismo pode ser considerado um dos mais importantes momentos de aproximação entre o branco português e a população indígena no Planalto Serrano e, posteriormente, no Oeste de Santa Catarina. Embora ele tenha ocorrido de forma intensa no Planalto, serviu como elemento propulsor do encontro das duas etnias na Região Oeste. Representa um interessante caminho de leitura no entendimento da

história vivida neste espaço, pois “o comércio de gado entre São Paulo e Rio Grande do Sul (século XVIII), ao passar pelo interior de Santa Catarina, fez surgir nos locais de pouso os primeiros moradores permanentes, especialmente nos campos de Lages, criadores da infra-estrutura necessária à longa caminhada dos rebanhos e seus condutores” (AURAS, 1997: 25).

O comércio e o transporte de muares e do gado das coxilhas sulinas para as feiras de Sorocaba coincidiu com o ciclo de exploração de minérios em Minas Gerais, tendo provocado uma alteração significativa na relação entre a porção meridional com o restante do País, representando o nascedouro do tropeirismo.

Por um longo período, o Sertão de Santa Catarina, em particular o Planalto Serrano, serviu como uma espécie de corredor por onde transitavam os tropeiros com o gado. Essas figuras enfrentavam grandes desafios. Era necessário todo o empenho para suprir a demanda de animais. Por outro lado, não dispunham eles de qualquer tipo de segurança ao longo do percurso que, além de extenso, era hostil, ou seja, não passava de uma trilha cortada pelos cascos dos animais.

O período conhecido como tropeirismo foi marcante. Provocou a construção de um imaginário que valorizava essas figuras, ao enaltecer seu arrojo e a sua capacidade de trabalhar contra as adversidades e contra os perigos cotidianos.

Foram tais características que mais tarde destacaram algumas pessoas na liderança da Guerra do Contestado. Basta lembrar o exemplo de Adeodato que, antes de atuar no conflito, fora peão e tropeiro. Foi assim que “sua habilidade como tropeiro e domador rendeu-lhe o ofício de capataz de uma fazenda de gado nos arredores de Perdizes Grandes, pertencente a Manoel Dias” (VALENTINI, 1998: 162). Sua pessoa dá-nos uma idéia de quem eram esses indivíduos.

Por onde passavam, os tropeiros traziam as notícias, provisões e ajudavam na integração que se sustentava na confiança, no acolhimento, na fascinação e na alegria que inspiravam.

O tropeirismo, na Região antes de ser um fato econômico, foi um modo de vida, um jeito de ser. Traduz um momento especial da História de Santa Catarina, mais especificamente do Planalto ao Oeste do Estado. Traz em si o poder de retratar um modo

de pensar gestado e abortado na própria Região. A forma de pensar representava o imaginário de uma parcela significativa do povo que vivia nesses domínios. Traduz um estado de dignidade, apego às coisas simples e um rígido código de ética estampado no senso do dever sustentado pelos tropeiros.

Entre os tropeiros havia uma distribuição de papéis, segundo as habilidades e a experiência. Hierarquicamente, o grupo continha o chefe da comitiva que tinha sua autoridade conferida pelo dono da tropa, que nem sempre viajava junto, e o madrinheiro, ou seja, o sujeito que ia à frente da tropa, indicando o caminho. A escolha do chefe era determinada pela experiência na lida com o gado.

A chegada dos tropeiros nas pousadas representava um acontecimento ímpar para um espaço onde quase nada acontecia. Eles eram portadores do novo. Constituíam-se em uma grande atração. Eram o brilho passageiro que trazia a certeza do regresso, ou seja, em um determinado momento estariam passando novamente, com a mesma alegria, espalhando as novidades e trazendo as encomendas solicitadas.

O modo de vida do tropeiro chama a atenção, por conter no seu cerne aquilo que há de mais característico do jeito de ser e de pensar, a visão de mundo e a concepção de alteridade do caboclo, figura característica do Planalto Serrano e do Oeste de Santa Catarina.

O **jeito tropeiro** de compreender as coisas marcou a vida cabocla na sua concepção de mundo, de fé, nos seus mitos e, também, nos construtos lingüísticos dos quais os caboclos se valeram para explicitar seu universo social.

O tropeirismo resultou em um movimento efêmero. Progressivamente foi diminuindo com o desaparecimento das atividades mineradoras e, particularmente, com a chegada da estrada de ferro. No entanto, na vida que levavam, encontramos alguns elementos que podem ser utilizados como ilustração pedagógica e identificação cultural. Um bom exemplo dessa influência é:

a própria difusão da palavra tropa. O vocabulário serviu até o início do século XVIII, para designar força militar ou expedição de resgate de índios. Desta significação, associada à idéia de "multidão de homens ou animais"; evoluiu, no Rio Grande do Sul, para de "multidão de qualquer espécie de animal", sentido que conserva até os dias de hoje (BONADIO, 1984: 47).

O tropeirismo representou um primeiro momento de valorização da alteridade, pelo fato de ter estabelecido uma relação de respeito para com os índios. A tentativa de estabelecer uma relação cordial, tinha como propósito evitar o confronto e garantir a segurança da tropa.

O ofício de tropeiro representou, também, o

desejo de emancipação e de liberdade, os sentimentos surdos de revolta contra a opressão presente na alma de todos os brasileiros, avultavam no tropeiro. Paulistas, gaúchos, mineiros, baianos, estes homens estavam habituados a contemplar diante de si o infinito ondulado das campanhas e tirar-se por si de suas dificuldades imediatas, a resolver sem intermediários suas rixas (JOB, 1984:9).

O texto indica que o tropeiro, pelo seu desempenho na vida econômica e social, deixou na história brasileira um exemplo de dignidade e sentimento de inconformidade com o sistema, uma realidade que, posteriormente, foi assumida pelos caboclos na Guerra do Contestado.

3.3. Os Ítalo-germânicos: Novos Rumos e Perspectivas para a Região Oeste.

Não há como negar a importância do fluxo migratório europeu para o Brasil. Sabe-se que, de 1891 a 1920, mais de 2,5 milhões de imigrantes desembarcaram em São Paulo, no Rio de Janeiro, em Santos e também em Vitória. Eram pessoas provenientes dos mais distintos recantos do Velho Mundo. No entanto, a grande maioria desses imigrantes era composta por europeus. Dentre eles, destacamos os imigrantes alemães e italianos (DE BONI, 1987).

Os motivos que levaram o Brasil a abrir suas fronteiras a esses grupos foram muitos, dentre os quais, mencionamos a questão geopolítica. Era preciso povoar algumas áreas, em função de antigos problemas com as fronteiras, sobretudo entre Brasil e Argentina. O segundo motivo pode ser resumido no “problema da raça impura”. Segundo alguns intelectuais racistas, era preciso criar uma frente de branqueamento do País, para que ele viesse a constituir-se em uma grande nação.

A vinda de colonizadores europeus para o Brasil começou a ser pensada de forma sistemática, na iminência do processo de abolição da escravatura, quando passou-se a

discutir a solução do problema da mão-de-obra nas lavouras de café, com o fim do trabalho escravo.

Por outro lado, existia uma preocupação em se criar um sistema eficaz de colonização que garantisse o povoamento de diversas áreas e que permitisse a implantação e implementação da agricultura em regiões improdutivas.

Diante de tais realidades, tornou-se cada vez mais forte a idéia de que a vinda de imigrantes europeus seria uma boa alternativa. Não só resolveria a situação, como também demarcaria um processo de branqueamento da população brasileira, o que, para muitos, significava o ponto de partida para a consolidação de uma grande nação.

A chegada das duas etnias produziu um rápido crescimento quantitativo. O incremento demográfico foi surpreendente. Essa realidade permitiu um acelerado processo de urbanização e de desenvolvimento econômico. Houve, internamente, um avanço nos setores agrícola, industrial, cultural e artístico. O surgimento de novas ideologias provocou significativas mudanças na vida política do País, alterando, também, o processo de relação sociocultural e étnica.

Com isso, podemos dizer que a política migratória nacional foi feita com a intenção deliberada de mudar o perfil étnico do Brasil. Em torno da política, é possível constatar a existência de uma discriminação legal que restringia a chegada de imigrantes que não representassem o tipo branco europeu. Como exemplo, podemos mencionar o Decreto nº 528, de 28 de junho de 1890, sujeitando à autorização especial do Congresso a entrada de indígenas da Ásia e negros africanos.

É interessante ressaltar lembrando TORRES, 1973, que, em 28 de junho de 1921, Andrade Bezerra e Cincinato Braga propuseram ao Congresso um projeto que dispunha no artigo 1º uma restrição objetiva à entrada de “colonos da raça preta” no Brasil. A restrição dava-se em função do temor de que para cá viessem os negros americanos já inspirados a emigrar pelo Governo de Wshington.

Passados dois anos, o deputado de Minas Gerais Fidélis Reis apresentava outro projeto com um artigo proibindo a entrada de negros no Brasil. A restrição se estendia aos amarelos. O artigo estipulava uma cota anual para a entrada que não deveria ultrapassar o montante de 5% da população existente no País. O mesmo deputado argüia que:

A colonização teuta seguiu um padrão básico. Tomavam como sítio as áreas de florestas. Tinham seus lotes demarcados de acordo com os vales dos rios e edificavam suas residências dentro dos moldes arquitetônicos típicos da cultura germânica.

Traduzia-se em um modelo de colonização que tinha, sobre si, um controle Estatal, o que não significava dizer que o Governo mantinha o controle direto das colônias. O papel do Estado era o de gestor, mantendo-se o caráter privado dos núcleos coloniais.

As razões que permitiram a concentração dos imigrantes alemães na Região Sul são variadas. Dentre elas podemos destacar aquela relacionada com o

Decreto de Heydt, que proibiu a imigração de cidadãos Prussianos para o Brasil em 1859 (depois estendida a outros estados alemães), efeito das denúncias sobre o regime de colonato em São Paulo agravado pela publicação do livro de Thomas Davatz em 1858 (um relato sobre a revolta dos colonos da fazenda de Ibicaba). A proibição foi revogada apenas para os três estados do sul, apesar dos relatos publicados na Europa por imigrantes retornados, que apontavam as dificuldades enfrentadas pelos alemães – as mesmas que a elite brasileira via como impedimento a uma política migratória consciente (SEYFERTH, 1994: 105).

O texto refere-se à primeira fase da vinda germânica para o Brasil. De modo implícito, revela a inexistência de uma estrutura mínima que garantisse o estabelecimento desse grupo. A carência de estrutura resultou, num primeiro momento, na construção de uma visão negativa do processo de colonização. O restabelecimento da credibilidade do processo aconteceu quando alguns espaços ocupados por germânicos passaram a revelar os primeiros sintomas de progresso.

Na mesma proporção em que tais sinais de prosperidade incentivaram novas fases de mobilidade germânica para o Brasil, criaram-se, no País, opiniões antagônicas. Um grupo admirava a forma organizacional desse povo, ao passo que outros, mais especificamente as elites republicanas e os grandes proprietários de terras condenavam as colônias.

A crítica às colônias germânicas tinha um forte componente econômico. No entanto, essa não era a única natureza do antigermanismo. Também “o poder temporal da Igreja Católica e as restrições impostas às práticas religiosas protestantes” (SEYFERTH, 1994: 105) representavam uma forma de antagonismo que, muitas vezes, era minimizado pelo próprio Governo, quando contratava pastor luterano para dar assistência religiosa às colônias.

Mesmo com os problemas da política de colonização do império, a imigração alemã era bem vista. Os alemães representavam um ideal de etnia; eram considerados excelentes agricultores e um grupo humano bastante disciplinado, contrastando com o pressuposto reinante em torno da “baixa qualidade” dos trabalhadores nacionais.

A presença de imigrantes alemães no Brasil vinha ao encontro dos propósitos nutridos pelas autoridades governamentais que, baseadas em teorias etnocêntricas, tinham a preocupação em dar início a um efetivo processo de branqueamento no País.

Em seu primeiro estágio, a imigração germânica não foi contínua. No ano de 1830, houve uma parada no processo. A temporária suspensão do deslocamento germânico ao extremo sul deu-se porque o Rio Grande vivia um momento de tensão por ocasião da Revolução Farroupilha. A retomada do processo aconteceu em 1845.

A chegada dos colonizadores alemães ao Sul do País representou um momento ímpar. Significou o início de um novo ciclo para a região. A partir de então, o processo de desterritorialização dos indígenas foi acelerado, provando que a existência do índio como etnia não tinha o mínimo significado para a oficialidade constituída.

A falta de reconhecimento da presença dos autóctones no território cedido aos alemães e, mais tarde, a outros imigrantes, reside no fato de que o espaço, vital para os aborígenes, era tido pelo governo oficial como “terras devolutas” ou, ainda, “vazio demográfico”.

É um contexto que sustenta, de forma categórica, a negação de um povo. Os termos “terras devolutas” ou “vazio demográfico” foram construídos dentro de uma lógica branca. Por isso, “estabeleceu seu discurso desde a identidade ou fundamento para a diferença. É a lógica da natureza (4.1.) ou do totalitarismo (3.1.5.1.6). É a lógica da alienação da exterioridade (2.5.6) ou da coisificação da alteridade, do outro homem” (DUSSEL, 1980: 48).

Podemos dizer, também, que as referências a respeito dos territórios indígenas mostram que tal povo não teve a oportunidade de contemplar a chegada de um mundo novo com as características equitativas que haviam cultivado até então. É, também, um bom momento para fazermos uma leitura de como se produzia o descompasso étnico, que persiste até nossos dias no Brasil.

A organização das colônias germânicas no Sul coloca em evidência a questão da nacionalidade. O assentamento delas, nos territórios indígenas, produz, também, um debate acerca da cidadania. A proposição de consolidar um contexto étnico de caráter teuto-brasileiro teve um duplo efeito: de um lado, provocou um campo de unificação cultural que ajudou na articulação interna das colônias e fortaleceu as referências étnicas, permitindo a preservação dos costumes e da visão de mundo; de outro lado, “a comunidade étnica formalizada é assumida como endogâmica e definida por um conjunto de elementos concretos que servem como limites a separá-la dos “outros” entre os quais se destaca o uso cotidiano da língua alemã” (SEYFRTH, 1994: 108), enquanto elemento demarcador de fronteira étnica.

Não há como negar a importância dessa postura como elemento definidor de um modo específico de ser do grupo. Porém, ela produzia o desconforto nas cercanias e, mais do que isso, era motivo de atritos e enfrentamentos. Uma pequena elite republicana aproveitou-se da situação, constituindo um grupo que veio a fazer oposição às colônias germânicas. O argumento usado era o de que elas estariam construindo quistos étnicos que poderiam resultar em sérios problemas para o País.

As características das colônias germânicas revelam que a ruptura com a Alemanha se deu apenas no nível territorial, ou seja, no plano físico, não acontecendo o mesmo com a idéia de povo, nação, representando a manutenção do sentimento de que faziam parte de um grupo alemão, com uma cultura definida.

Verificamos, assim, um clima de embaraço para os imigrantes alemães, cuja solução contou com o seguinte procedimento: construíram um duplo entendimento sobre a idéia de nação: a primeira estava restrita ao contexto da comunidade étnica que os tornava germânicos; a outra se referia ao pertencimento, enquanto etnia, a uma unidade política definida, que os fazia brasileiros.

É importante salientar que essa contradição nunca foi bem resolvida. Em alguns casos, os membros das comunidades não tomavam conhecimento do que se passava ao seu redor. Muitos procuraram manter a fidelidade absoluta a sua língua materna, motivando um desinteresse em falar a Língua Portuguesa.

A situação favoreceu o desenvolvimento de um modelo étnico calcado no mito da descendência, reforçado pela prosperidade econômica, que ajudou a alimentar o poder do

grupo, que se sentia responsável por ter iniciado um “processo civilizatório” em um espaço complexo e naturalmente adverso.

Os germânicos, de modo particular o grupo de São Leopoldo, foram prósperos no que diz respeito ao contingente populacional, explicável pela necessidade de mão-de-obra. No entanto, o aumento demográfico provocou uma saturação nas velhas colônias. Com isso, os indivíduos partiram em busca de novas terras, migrando do Estado do Rio Grande do Sul para o Oeste de Santa Catarina e iniciando um novo processo de ocupação deste espaço.

Diferentemente do que ocorreu nas chamadas “colônias velhas”, ao chegar ao Oeste o grupo não reproduziu os mesmos moldes de proteção étnica de seus predecessores; no entanto, mantém o mesmo conceito de alteridade, resultando na formulação de uma difícil relação com a população que, historicamente, havia delimitado, neste espaço, a sua territorialidade.

No Oeste, vários foram os locais de acolhimento da população de origem germânica. Verifica-se a presença desse grupo em regiões que hoje compreendem os Municípios de Mondaí, Itapiranga, Iporã, Tunópolis, entre outros. Já no Vale do Rio do Peixe, abrange os Municípios de: Piratuba, Ipira e Ibicaré, além de outros.

Como vimos, os locais ocupados pelos descendentes de alemães traduzem, ironicamente, em seus nomes o território que outrora representava o espaço de sobrevivência dos indígenas. A metáfora, presente na imagem que suscita esse paradoxo, nos faz voltar à discussão anterior em torno da negação da alteridade, ou de uma apropriação indevida, da simbologia de um povo desterritorializado mediante um exaustivo processo de exclusão socioeconômica.

A pesquisa realizada neste campo nos dá uma idéia sobre a participação dos imigrantes alemães na formação do Oeste. Representa um caminho por onde se pode compreender as diferenças culturais dentro do quadro de composição étnica da região mencionada.

3.5. A Imigração Italiana

A emigração italiana é posterior à germânica e tem como motivação os mesmos fatores. Havia na Itália um grande crescimento populacional, enfrentando-se sérios problemas de ordem social. O próprio processo de unificação consolidou um quadro em que se verificava uma profunda carência de equidade social. Frutos do descompasso no meio rural, os pequenos agricultores eram obrigados a permanecer sob a dominação dos grandes proprietários. O problema agrário, somado à falta de industrialização, desencadeou o processo de mobilidade da população.

A emigração foi amplamente motivada pelos

periódicos publicados no Norte da Itália, no último quartel do século XIX, o fenômeno da emigração em massa para a América foi intensamente explorado. Editoriais, crônicas e colunas veicularam o inusitado tema, que, semelhante a uma febre, fazia populações inteiras abandonarem suas vilas. Iam em busca dos trens que as levassem aos portos, onde iriam encher a terceira classe dos navios que vinham para a América (SANTOS, 1998: 71).

Pelo texto, percebemos que a conjugação de questões sociais, com a farta propaganda acerca do Continente Americano serviu como fator de motivação para a emigração. Com isso, durante um longo período, o deslocamento de italianos em busca de uma nova vida foi intenso. No auge da colonização, “houve uma média anual de 350.677 emigrados, ou que 960 italianos por dia deixaram sua pátria”. (RADIN, 1996: 47).

A emigração foi, para os italianos, uma importante alternativa na solução da problemática social. Viram nela uma saída para a crise econômica e demográfica. O vazio provocado pela dispersão garantia a tranquilidade de quem ficava no país. O fluxo migratório permanecia, pois muitos dos que se estabeleciam na América, sobretudo os que vieram para o Brasil, mantinham, através das cartas, uma imagem positiva do País. “As imagens que passaram do Brasil, vieram a corroborar a manutenção do mito do país da Cocanha”⁷ (SANTOS, 1998: 71). É evidente que essa euforia se justificava em função do

⁷ País da cocanha significa país da riqueza, da fortuna, da abundância, da possibilidade do encontro definitivo com a prosperidade. Esse sonho motivou, por muito tempo a vinda dos imigrantes italianos para o Brasil.

contexto em que tal povo vivera anteriormente é facilmente reconhecida no cancionário italiano, presente nas comunidades rurais do Oeste e Meio-Oeste de Santa Catarina.

Dentro da política de colonização determinada pelo governo brasileiro, os italianos destinados a residir na parte Meridional do Brasil deslocaram-se, a exemplo dos germânicos, primeiramente para o Rio Grande do Sul.

No Estado gaúcho, não tiveram acesso às melhores terras, que já eram de domínio dos colonizadores alemães. Foi-lhes disponibilizada a região serrana do Nordeste do Estado e do Alto Uruguai. Eram áreas de topografia íngreme e de difícil manejo. No entanto, os sítios ocupados tornavam-se ecúmenos pela fertilidade das terras.

A imigração italiana em Santa Catarina compreende três períodos distintos: o primeiro teve início em 1875 e se estendeu até o final do século. Teve como ponto de partida a assinatura do contrato entre o Governo Imperial e o Comendador Joaquim Caetano Pinto Junior, que se compromete em trazer, durante dez anos, um montante de 100.000 migrantes Europeus para o Brasil. Nesse período, predominavam entre os emigrados pessoas cuja ocupação básica estava limitada às atividades agrícolas.

No exame das “regiões de proveniência, constata-se que o Vêneto, onde a crise era maior por volta de 1875, é que contribuiu com um contingente maior de imigrantes, provenientes sobretudo das províncias de características mistas de Vicenza, Treviso e Verona, e da província montanhosa de Beluno”. (DE BONI, 1979: 91).

Objetivamente, a crise econômica não foi o único motivo que desencadeou a emigração no Norte da Itália, no período em questão. Na verdade, havia restrições aos italianos do Sul, pois na avaliação das autoridades imperiais, não tinham o perfil dos germânicos vistos como um povo organizado, de boa índole e trabalhador.

A Segunda fase do processo migratório ocorreu no período que compreende o final do século XIX até o ano de 1914. Percebemos, aqui, uma alteração no perfil dos imigrantes. Com os agricultores é possível perceber um pequeno contingente de pessoas que desempenhavam o ofício de artesãos. Junto aos dois, destacamos trabalhadores urbanos descartados em função da crise econômica que afetava a Europa, com sérias repercussões na Itália.

A terceira fase da imigração italiana corresponde, de modo particular, ao intervalo das duas Guerras Mundiais. Foi um tempo em que o perfil dos imigrantes era compatível com o contexto histórico da Itália. Por isso, dentre eles percebemos um elevado contingente de pessoas que detinha um considerável conhecimento tecnológico.

Nas três fases, percebemos que “duas formas de aliciamento de imigrantes foram comuns na Itália. Uma, através dos recrutamentos contratados pelo agente de Caetano Pinto. Outra, pelos próprios parentes imigrados ao Brasil, através de correspondências, em processo ainda não devidamente dimensionado.” (SACCON, 1999:55)

Muitas dificuldades acompanharam a chegada dos italianos a Santa Catarina, a começar pela topografia que lhes era destinada, pois restaram-lhes os terrenos dobrados, cobertos por uma densa vegetação e que eram habitados pelos povos nativos.

Dentre as primeiras áreas ocupadas por imigrantes italianos em Santa Catarina, destacamos a região que compreende a Bacia Hidrográfica do Itajaí, na colônia Brusque. A segunda foi a colônia em Blumenau, fundada em 1850. O destino dos italianos para esses espaços estava prescrito no Contrato Caetano Pinto e, em ambos, permaneceram nas áreas periféricas da colônia, uma vez que as melhores posses pertenciam aos imigrantes alemães.

Posteriormente, os italianos foram ocupando o Vale do Tubarão e, lentamente, dominando as áreas mais ao Sul do Estado, onde protagonizaram o surgimento de cidades como Urussanga, Treze de Maio, Acioli, entre outras.

Mesmo com a obsolescência do Contrato celebrado com Caetano Pinto, os Italianos continuaram a chegar a Santa Catarina, resultando na assinatura de um novo contrato com a Fiorita & Cia.

A imigração italiana trouxe ao Estado um significativo incremento populacional, fazendo com que as primeiras áreas de imigração (as colônias velhas) passassem por um processo de saturação, gerando uma movimentação interna. Com isso, “migra-se do litoral para o Planalto, quer em caráter definitivo, quer em caráter sazonal. Migra-se de todos os vales litorâneos ao Vale do rio Itajaí do Oeste, em busca de novas terras” (SACCON, 1999:66).

Na mesma proporção que se percebeu a migração dos italianos das “velhas colônias” em busca de novas terras no interior do Estado, verificou-se igual processo nas

antigas colônias do Rio Grande do Sul. Os fazendeiros, temendo por suas terras iniciaram um movimento de pressão para a redução da população italiana na região; o medo das revoluções ocorridas no Rio Grande do Sul nas décadas de 20 e 30; a motivação apresentada pelas Companhias de Colonização e a construção da Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande do Sul serviram para desencadear um processo de migração de muitas famílias italianas para o Estado de Santa Catarina, mais especificamente para o Oeste e Meio-Oeste.

É bom frisar que a corrente migratória do Rio Grande não é a única via explicativa da presença desse imigrante no Oeste e no Meio-Oeste do Estado. Os historiadores costumam lembrar que, embora em uma pequena quantidade, algumas famílias de italianos vieram de São Paulo, através da estrada de ferro.

Foram famílias que aportaram em terras brasileiras no início do século, mas que até então, não haviam definido sua fixação. Com a construção da estrada de ferro, abriu-se um caminho para que eles completassem seu propósito de residir no Brasil. Joaçaba e Herval d'Oeste são exemplos de municípios que receberam italianos representantes desse grupo.

Podemos dizer que os ítalo-brasileiros que passaram a habitar o Oeste trouxeram consigo a visão de mundo que herdaram de seus pais, que contemplava um jeito próprio de lidar com a terra e vivenciar a dimensão religiosa, cultural e social.

Valorizavam a terra, desenvolvendo um entendimento sobre o seu uso e cultivo que diferenciava dos grandes proprietários rurais do Rio Grande do Sul e dos latifundiários instalados na região de Lages e Curitibanos, igualando-se o seu modelo agrícola ao proposto pelos germânicos. Dispunham de pouca terra, praticavam a policultura adaptada aos terrenos ondulados e empregavam de forma abundante a mão-de-obra familiar no desempenho das atividades.

Os ítalo-brasileiros traziam uma preocupação basilar que era o desejo de manter o processo de instrução dentro das colônias. Por isso, procuravam criar um espaço educativo que conjugava o acesso à cultura com a manutenção dos valores étnicos, sociais e culturais.

3.6. A Guerra do Contestado e a consolidação da imagem do Caboclo

Até o momento, estivemos empenhados em desenhar o contexto que determinou a constituição étnica e cultural do Oeste de Santa Catarina. Tentamos evidenciar o universo particular dos vários grupos, indicando como cada um passou a delimitar seu próprio processo de interação com os demais.

Percebemos que esse espaço representa, em distintos momentos e contextos históricos, o encontro de diferentes visões de mundo e, conseqüentemente, é o espaço ideal para o florescimento de estereótipos e preconceitos.

O estudo do caboclo, enquanto grupo social, representa uma parte fundamental de nossa pesquisa. É o grupo que se destaca na relação construída com os imigrantes italo-germânicos no Oeste Catarinense. Entendemos que sua trajetória representa o centro medular de um novo contexto de interação grupal, onde entra em jogo um conjunto de elementos que, subjetivamente, servem como instância de segregação social, política e cultural. Dentre eles, destacamos a cor da pele, utilizada posteriormente pelos imigrantes para dissolver o caboclo na categoria genérica de “brasileiros”. Este contexto dificulta ainda mais a leitura da dinâmica que envolve a diversidade étnica e cultural da Região.

Sabemos “que a noção da diversidade das culturas humanas não deve ser concebida de uma maneira estática” (LÉVI-STRAUSS, 1980:50). Por isso, queremos compreender quais as forças dinamizadoras das relações estabelecidas e em que proporção, nessa aproximação, se evidenciam os desejos de oposição, distinção e manutenção da identidade, dos estereótipos e dos preconceitos entre os caboclos e italo-germânicos.

Entendemos que a discussão acerca do caboclo representa o ponto de partida, para que se possa criar uma referência mínima na explicação das interações étnicas no Oeste e no Meio-Oeste do Estado.

Definir quem é o caboclo não é fácil. Os teóricos nem sempre convergem na explicitação do grupo. Exemplificando, podemos recolocar a posição de Darcy Ribeiro ao dizer que o caboclo é “uma grande massa de mestiços, gestados por brancos em mulheres indígenas, que também não sendo índios nem chegando a serem europeus, e falando o tupi, se dissolveram na condição de caboclos”. (RIBEIRO, 1997: 319).

Corroborando o pensamento do autor, podemos dizer que os caboclos do Oeste de Santa Catarina surgiram quando os bandeirantes paulistas e tropeiros transitavam por estas terras, momento em que se dava a aproximação com as índias. Do assenhoreamento português em relação à mulher indígena, nasceram os primeiros rebentos dos que vieram a constituir o caboclo.

As relações intensificam-se à medida que o contingente português aumenta na Região. Podemos constatar essa realidade, mediante o levantamento dos casamentos realizados, no início do século, em Xanxerê, Abelardo Luz, Xaxim, Chapecó e Modelo, confirmando que o processo de miscigenação, embora não tenha sido intenso, foi contínuo.

O olhar que se criou sobre a união dos dois grupos não foi diferente do resto do país. O mestiço representava um elemento intermediário entre a raça “pura” e a raça “inferior”. Desta forma, quando os ítalo-germânicos chegaram, já se havia consolidado, na esfera social de então, uma visão preconceituosa sobre o caboclo. Decorrente disso, houve um recrudescimento da visão do caboclo, acentuando ainda mais as barreiras socioculturais.

Nilson Thomé, em seu livro “Sangue Suor e Lágrimas no Chão do Contestado”, diz que “O caboclo, originalmente era o cidadão do Planalto Catarinense, desde o século passado proletário do campo, do sertão e da roça” ou ainda, “o sertanejo, o caipira, o matuto, o acanhado, lento no pensar e no falar” (THOMÉ, 1992: 20).

Duas características chamam-nos a atenção na definição do autor. A primeira diz respeito à tentativa em definir o Planalto Catarinense, como um possível espaço da origem cabocla.

A Segunda característica da definição está no conjunto de adjetivos que o autor atribui ao caboclo. São adjetivos que, como veremos, contribuem para o fortalecimento dos estereótipos e dos preconceitos.

Podemos dizer que, em tais adjetivos, se verifica uma herança do olhar biologizante, defendido pelos pensadores racistas do Século XIX. Nas atribuições, impera a ótica cultural como definidora do caboclo, confundindo sua forma de organização social e sua concepção de mundo.

O atributo de origem cultural é incorporado aos elementos físicos, sobretudo à cor da pele, e constituirão importantes referências no entendimento das inter-relações entre os grupos que construíram a história do Oeste do Estado.

O caboclo, por suas condições sociais, não teve acesso ao conhecimento sistematizado de então. Seu mundo estava adaptado ao contexto da região e súbito, foi tomado pelas profundas transformações econômicas, que trouxeram consigo alterações que marcariam em definitivo a trajetória do grupo.

A nova ordem provocou um compulsivo processo de marginalização do grupo, que passou a adotar atitudes defensivas, resultando em um grande confronto bélico conhecido como a Guerra do Contestado.

A guerra significou o momento que deu visibilidade ao caboclo por marcar a aglutinação de um grupo de pessoas na defesa de seu espaço, e que, repentinamente, passou a ser esmagado por uma estrutura que lhes negava um modo de vida, dificultando a sobrevivência dentro do projeto de vida que até então haviam traçado.

A união dos caboclos tinha um propósito definido, ou seja, construir um contexto de negação ao processo de exclusão, provocado pelas ramificações da ordem capitalista no espaço em questão. Portanto, a união dos indivíduos, sob o manto das irmandades, representou a possibilidade de mudança da situação em que se encontravam.

Em seu contexto de unificação, os caboclos passaram a manifestar um comportamento social organizado. Desenvolveram com maestria mecanismos que respaldassem a luta contra a crise estabelecida. Em seu aspecto localizado, o confronto envolvia a defesa de um mundo simbólico, colocava o problema da valorização étnica e, sobretudo, envolvia questões territoriais. Estava em jogo uma disputa entre as Províncias de Santa Catarina e do Paraná, somada ao desejo dos caboclos em defender seu território, enquanto espaço de sobrevivência, na época ameaçado pelo Projeto de Colonização.

No aspecto geral, o conflito traduzia a crise nacional, refletindo os problemas econômicos e sociais da época. Para os caboclos, o conflito era vital; significava a possibilidade de subsistir dentro da conjuntura que os envolvia.

O confronto deu-se em uma área tradicionalmente conhecida, por representar um palco de interesses marcados pela tensão geopolítica, que iniciou na disputa entre Portugal e Espanha e desdobrou-se nos desentendimentos posteriores entre Brasil e Argentina.

Há uma multiplicidade de olhares visando interpretar o conflito. Para Darcy Ribeiro, foi uma insurreição de cunho messiânico que se deu entre os Estados de Santa Catarina e Paraná. O autor não faz referência aos componentes econômicos que envolveram tal insurreição e também não trabalha a ação como resistência à ordem estabelecida, evitando abordar o fato a partir da lógica do caboclo.

Outros autores definem a Guerra do Contestado como “o momento aglutinador, pelo consenso, pelo consentimento ativo de um considerável número de caboclos, nos vários redutos, todos unidos em um trabalho de rejeição à ordem capitalista em constituição” (AURAS, 1997:17). É um conceito, que ao contrário do primeiro, aproxima-se da realidade socio-histórica do povo, conseguindo ser fiel ao processo que delimita o confronto.

O texto que segue aponta múltiplas origens ao conflito, dizendo que

Várias foram as origens desta guerra, uma vez que na mesma época e no mesmo lugar, aconteceram desde um movimento messiânico de grandes proporções, a uma acirrada disputa pela posse de terras; de uma competição econômica pela exploração das riquezas naturais, até a discussão pela fixação dos limites interestaduais (THOMÉ, 1992: 41).

O texto dá-nos uma idéia dos motivos que provocaram o conflito. Valoriza a questão econômica como a fonte geradora de um confronto envolvendo, segundo o autor, mais de vinte mil pessoas. Dentre elas incluem-se os oito mil trabalhadores que ajudaram na construção da Estrada de Ferro e aqui foram abandonados pela Brazil Railway Company, empresa que executou os serviços⁸.

A empresa recebeu uma considerável faixa de terra nas duas margens da ferrovia para exploração (extração de madeira e comercialização), sem levar em conta seus ocupantes: os antigos posseiros e um grupo de funcionários dispensado com o término dos trabalhos de construção da Estrada de Ferro.

⁸ Este dado foi retirado do livro: Da cidade Santa a Corte Celeste: Memórias de Sertanejos e a Guerra do Contestado.

A partir do momento em que os posseiros foram impedidos de ter acesso ao seu único meio de subsistência, que era a terra, criou-se um acirrado clima de revolta, ou seja, o cenário ideal para fazer com que as pessoas fossem motivadas a assumir uma postura de combate.

As considerações feitas até o momento mostram um conjunto de questões que caracterizaram o conflito. Uma delas é o caráter messiânico, em que o papel dos monges foi fundamental na aglutinação e motivação dos revolucionários. Como exemplo, podemos lembrar João Maria, que por suas características e ascendência sobre os “rebeldes”, transformou-se em uma importante liderança na sustentação do conflito.

O final da campanha oficial contra os guerreiros do Contestado representou o período mais sangrento do embate. Levou-se até as últimas conseqüências a ordem oficial de “limpeza” da área; os “jagunços” eram caçados e executados sumariamente; muitos, após serem fuzilados, tinham seus corpos queimados ou jogados em valas comuns.

O desfecho do confronto não deu aos caboclos a possibilidade de consolidar dentro do universo existencial em que se encontravam um sistema de proteção dos ideais sociais, éticos e comunitários construídos antes e durante o combate. A simbologia do momento foi abalada pela dissolução do grupo. Sabendo-se que “o poder de impor às outras mentes uma visão antiga ou nova das divisões sociais depende da autoridade social adquirida nas lutas anteriores” (BOURDIEU, 1990: 166), entendemos que a derrota negou aos caboclos esta autoridade. Assim, as representações que traduziam o período em questão desapareceram ou, então, sobrevivem no subsolo da sociedade e precisam ser resgatadas pois o grupo perdeu suas referências e o significado do confronto não pode ser legado às novas gerações.

A visão estereotipada sobre a ação do grupo fez com que a hegemonia dominante implantasse o olhar do vencedor na revelação da face destes indivíduos, retratados como bandidos, que saqueavam, matavam e incendiavam fazendas e povoados.

Concorrem para a manutenção desta situação as instituições sociais que, paradoxalmente, não tratam com equidade a situação cultural dos grupos. A escola, por exemplo, não valoriza a presença do caboclo no contexto social, na mesma proporção que o faz com a cultura ítalo-germânica.

Portanto, os caboclos foram obrigados a aceitar os mecanismos de homogeneização étnico-culturais contidos na nova ordem social que passou a vigorar. O forte momento de embate, que significou a Guerra do Contestado, foi insuficiente para que impusessem sua autoridade social enquanto grupo. O dismantelamento da simbologia produziu um efeito fragilizador dos valores e da auto-estima cabocla.

3.7. A Presença Negra na Composição do Grupo dos “Brasileiros”.

A historiografia indica que poucos autores dedicaram-se à pesquisa da presença negra em Santa Catarina. Os que tentaram, a exemplo de Joana Maria Pedro, enfrentaram grandes desafios, pela complexidade que envolve o tema no Estado.

Os primeiros negros a chegar em Santa Catarina foram trazidos para Desterro (antigo nome de Florianópolis), na condição de escravos, pelos imigrantes açorianos. Serviam a famílias cujo sistema produtivo diferenciava-se do que ocorria nas demais regiões do país, pois, enquanto em outros Estados as atividades estavam ligadas ao abastecimento da Metrópole, aqui, se dedicavam a atividades de subsistência que era o campo laborial do negro.

O número de escravos por família era pequeno. Na maioria das vezes, não ultrapassava a dois. Isso explica a baixa quantidade de negros no território catarinense, comparado-se com os demais Estados do Sul.

No tocante à presença negra no Oeste de Santa Catarina, ampliam-se as dificuldades de abordagem. Primeiramente, porque até o momento não foi possível encontrar um estudo sistemático que desse conta da explicitação do percurso dessa etnia na região. Por isso, nossa abordagem não vai além de uma breve localização da trajetória negra neste espaço, enquanto elemento constitutivo do grupo genérico dos “brasileiros”. Embora diminuta, a descendência de africanos comporta um significado especial neste grupo, por representar, em função da cor, uma referência máxima em dois sentidos, ou seja, como elemento exótico, ou então como oposição ao grupo hegemônico.

As considerações históricas sobre o processo de colonização do Oeste nos levam a deduzir que a presença do negro neste *locus* aconteceu em quatro momentos distintos, que

coincidem com grandes acontecimentos descritos na macro-história brasileira. Por essa razão, podemos dizer que a chegada dos primeiros negros aconteceu no início do Século XIX, período em que houve uma pequena movimentação de fazendeiros, decorrente da expansão da atividade pecuarista para o Oeste.

O deslocamento de fazendeiros para o Oeste provocou a vinda de alguns escravos que passaram a desempenhar todo o tipo de atividade ligada ao setor primário, especialmente à pecuária. Muitos tiveram dificuldades como ilustra o texto: “De regresso do Paraná meu pai encontrou a fazenda completamente arrasada, pois o que os revolucionários não levaram, os legalistas carregaram, ficando os campos limpos de qualquer espécie de animal, portanto, estavam completamente pobres, depois de serem grandes pecuaristas, com negros cativos etc.” (SILVA, 1987: 25).

O autor está narrando o processo de empobrecimento de sua família em função da Revolução Federalista. No entanto, fica evidente, na narrativa, que os fazendeiros instalados na região, neste caso em Capinzal, trouxeram consigo um número considerável de escravos para tomar conta das grandes fazendas e que também foram envolvidos pelos problemas locais.

Um outro fator pode ser utilizado como confirmação da estreita relação entre a escravidão, a atividade pecuarista e o negro no Oeste; são os chamados “Negros das Corredeiras”, comunidade situada no Município de Campos Novos, que atualmente abriga um montante aproximado de 30 famílias, remanescentes de ex-escravos.

As famílias receberam as terras de um antigo fazendeiro, que os utilizava como escravos da pecuária. Atualmente, muitos descendentes desses negros que não permaneceram nas terras doadas, encontram-se espalhados pela região Oeste.⁹

É também no Município de Campos Novos que encontramos uma outra referência significativa da presença dos negros no Oeste: trata-se de um levantamento estatístico acerca do contingente demográfico da população escrava no ano de 1861, extraída do batistério paroquial da cidade em que foi possível constatar a presença de 530 negros num contingente de 1848 pessoas, no ano de 1861.¹⁰

⁹ A Corredeira dos Negros faz parte do território rural, doado a ex-escravos, no Município de Campos Novos.

¹⁰ Os números foram retirados de um levantamento estatístico fornecido por LAZARINI, Sérgio, 1994.

O fragmento é explícito, ao determinar o perfil das pessoas que vieram trabalhar na região. Por isso, durante muito tempo, procurou-se criar um vínculo entre as coisas negativas que ocorriam na região e a presença dessas pessoas.

Em última instância, podemos dizer que o olhar pelo qual os negros foram vistos no momento, ficou perpassado pelo contexto que os trouxe para a região. Esta situação funcionou como um código estereotipado de determinação da conduta do negro.

No fragmento, o autor manifesta um conjunto de elementos que nos permitem compreender, de forma direta, o estereótipo mencionado e que, em determinados momentos, emergem na linguagem cotidiana ou, então, em alguns ambientes escolares.

Fazendo uma alusão ao texto colocado e respaldando a visão estereotipada do contingente populacional, encontramos uma referência de (LAGO, 1970:133), dando continuidade ao texto. Afirma: “O Extremo Oeste receberia, sem dúvida, parcela desses desempregados, (referindo-se aos funcionários da estrada de ferro que foram abandonados após a obra) indivíduos despojados de direitos sobre as terras e com escassa perspectiva de integração em setores estáveis de atividades econômicas”. Reiteramos que os textos se referem a um universo maior de pessoas, mas têm em sua extensão de abrangência os negros e reforçam os estereótipos já apontados sobre o negro na região.

Conforme vimos nos textos, o negro passou a ser visto como incapaz de adaptação social e como portador de espécie de natureza violenta. São argumentos que ajudam, mais tarde, a justificar o estado de miséria da grande maioria dos representantes da etnia.

O contexto histórico, responsável pela presença negra na região, produziu, no senso comum, momentos que se mostram dicotômicos na definição das pessoas, colocando em oposição dois tipos de percepção. Uma, negativa, que desvaloriza o negro dentro do contexto social e outra, positiva, revelando o negro como indivíduo habilidoso no esporte, especificamente com a bola, bom instrumentista, cordato e obediente no trabalho, como ilustra o fragmento: “Olha, eu prefiro mil vezes ter comigo os pretos para trabalhar. Eles fazem tudo o que a gente manda. Gringo, nem pensar, até porque, eu penso que dois tigres no mesmo capão nunca vai dar certo”¹¹

¹¹ Fala de um Mestre de Obras pertencente ao grupo germânico, em um diálogo estabelecido em 20/12/1999. É um dado revelador de que também, entre italianos e alemães, existe um abismo cultural que os coloca em dois universos distintos.

É importante ressaltar que as características positivas em torno do negro são postas em um nível de competência neutro, ou seja, que, em hipótese alguma, representa ameaça na estrutura de poder hegemonicamente sustentado por descendentes de italianos e alemães.

A situação é desconfortável para os negros, pois, à medida que estereótipos tais como bom de bola, bom de música, assumem um contexto de generalização, acabam propositadamente ofuscando outras características positivas presentes na cultura e no cotidiano desse povo, permitindo a prevalência de uma visão reducionista em que o único espaço viável de valorização do negro é o esporte ou a música.

Este não é um fenômeno específico da Região. No Brasil como um todo, é possível perceber algo semelhante. Porém, a situação, pelo menos no contexto de nossa pesquisa, pode ser explicada dentro do processo histórico que marcou a relação entre “brasileiros” e “de origem”. Tal explicação reside na negação histórica dos valores culturais do grupo, diluído genericamente entre os “brasileiros”.

Através da sistematização do processo de ocupação regional, foi possível identificar os diferentes grupos étnicos. Ao mesmo tempo, preocupamo-nos em construir uma leitura que nos permitisse sentir como, dentro da composição étnica, foram sendo criados os estereótipos que ajudam na sustentação da relação de tensão entre “brasileiros” e “de origem”. A situação nos permite dar um salto na leitura dos estereótipos enquanto mediação na convivência entre os dois grupos. É esta temática que estaremos abordando no próximo capítulo.

CAPÍTULO IV

OS ESTEREÓTIPOS COMO MEDIAÇÃO ETNOCÊNTRICA NA CONVIVÊNCIA HISTÓRICO-SOCIAL ENTRE “BRASILEIROS” E “DE ORIGEM”.

As proposições teóricas desenvolvidas até o momento indicam que as questões que envolveram a conquista e a colonização deste espaço proporcionaram um processo relacional específico. Permitiram que os grupos simbolicamente construíssem entre si uma visão distinta, com características que não se repetem em outras regiões brasileiras.

Até aqui, verificamos que, na estrutura social da região, os descendentes de italianos e alemães representam o epicentro da sociedade. Isso faz com que, do ponto de vista cultural, as chamadas “minorias” se transformem em satélites, girando em torno do marco social, econômico e cultural estabelecido pelas duas etnias.

Ficou visível que o eixo de influência social está alicerçado no pensamento europeu, amplamente difundido e alimentado por descendentes de italianos e alemães. Essa construção concretizou-se sobre as ruínas das referências sociais, econômicas e simbólicas que se desenhavam neste local, antes da chegada dos dois grupos.

Percebemos, assim, o emergir das representações sociais, dos estereótipos e dos preconceitos que os grupos mutuamente passaram a utilizar na convivência diária. Eles representam, na prática, o momento em que os grupos passam a eleger elementos de seus respectivos universos culturais como forma de criar um modelo associativo que os define regionalmente.

Assim, no contexto, os estereótipos e os preconceitos se mostram como produção consensual de um determinado grupo e servem como categorias explicativas das diferenças étnicas. Estas categorias, ao traduzirem as diferenças, são articuladas dentro de uma conjuntura de nação de um grupo perante outro.

O horizonte histórico de leitura da composição étnica do Oeste, no momento em que determina a construção social das representações estereotipadas dos grupos, revela a liderança hegemônica de um grupo, os “de origem”, que se identificam como os únicos protagonistas da história local, por terem trazido a civilização.

A situação cria um contexto de polarização nas aproximações, em que “brasileiros” e “de origem” se colocam frente a frente, num processo de relação etnocêntrica, permitindo a cristalização social de uma lógica de dominação e subordinação de um grupo perante o outro.

Tendo em vista as considerações feitas no bloco anterior, podemos perceber que os “de origem” e seus descendentes desenvolveram, na esfera simbólica, um comportamento que, na prática, demonstra a desvalorização intrínseca dos “brasileiros”. Esse comportamento não ocorreu de forma gratuita, mas representou a soma de dois fatores fundamentais: ao primeiro já nos referimos, sendo a questão da etnocentria construída dentro da visão ocidental de civilização; o segundo refere-se ao contexto simbólico presente nas relações étnicas, que precedeu a vinda dos imigrantes.

Conforme a discussão proposta no Capítulo II, os ítalo-germânicos encontraram um mundo simbólico eivado de imagens mostrando que o grande dilema brasileiro era a sua deficiente composição étnica. Exemplificando, podemos lembrar o discurso das elites que enalteciam a mão-de-obra européia e menosprezavam o trabalho feito pela mão-de-obra local, ou seja, “a ideologia refletia-se nas tomadas de posição vantajosa ou desvantajosa dependendo da origem da mão-de-obra que podiam empregar (GRÜN, 1999: 74).

O pensamento traduz um pouco da postura ideológico-racial que pairava no País por ocasião da chegada dos ítalo-germânicos. No centro de tal postura foram forjadas as bases do discurso que propunha o branqueamento da população, como um importante caminho para o crescimento do Brasil enquanto nação.

A situação representa um forte momento de embate simbólico separando brancos e não brancos na sociedade de acolhimento dos imigrantes, reforçando o pensamento etnocentrado trazido por italianos e alemães. Auxilia na construção da complexa teia de elementos responsáveis pela interação étnica no País e, em diferentes momentos, é acrescida de novos componentes sociais, políticos, econômicos e simbólicos.

Tais componentes, sob o controle do grupo hegemônico, permitiu a manutenção de um quadro de exclusão social, associado a um discurso preconceituoso presente nas diferentes instâncias da sociedade, assumindo algumas particularidades regionais.

O agravamento da situação acontece no momento em que o colonizador inicia seu processo de demarcação territorial, com a idéia de que ele era o portador do verdadeiro processo civilizatório, como vemos no texto: "Entre a costa e a serra, a floresta litorânea, povoada somente pelo bugre botucudo, da raça Kaingangue. É esta floresta que vai ser entregue aos imigrantes para nela implantarem a civilização ocidental" (DALL'ALBA, 1987: 149).

O texto deixa claro que o índio representava, no extremo, na negação do homem, nada mais do que uma extensão da floresta, justificando, assim, os massacres dos bugreiros, representando um dos momentos mais significativos do processo de violência e usurpação vivido nesta terra.

Em torno desse discurso nasceu um conjunto simbólico de elementos com os quais os grupos passaram a identificar-se ou a serem identificados, fazendo surgir a categoria "brasileiros", trazendo em si uma ambigüidade histórica, na qual se vê um lado em que fica evidente o desejo de criar cidadania, esbarrando nas velhas práticas de exclusão, traduzidas no discurso cotidiano.

É uma categoria que resume um conjunto polêmico de questões, em função de sua especificidade. Tentaremos traçar algumas considerações que nos auxiliem no entendimento dessas especificidades.

O vocábulo brasileiro, conforme o Dicionário Aurélio, significa "pertencente ou relativo ao Brasil". Diz respeito ao estado de brasilidade de um sujeito que tenha nascido ou se naturalizado no País.

No entanto, a definição nem sempre foi usada nesse sentido. O primeiro exemplo, foi o seu uso para distinguir o português que havia emigrado de seus descendentes nascidos na colônia.

No Sul do Brasil e posteriormente no Oeste de Santa Catarina, o sentido do termo tornou-se mais complexo. A chegada dos imigrantes ítalo-germânicos impôs-lhe um novo

entendimento. Como exemplo temos o caso dos imigrantes alemães que, ao chegarem, passaram a sentir-se duplamente comprometidos em termos de nacionalidade.

A duplicidade provinha do forte sentimento de germanidade trazido da terra natal. Por isso, consideravam-se alemães como povo, mas com uma referência territorial definida pelos limites nacionais que os tornou cidadãos brasileiros.

A condição de brasilidade foi acrescida pelo adjetivo “de origem”, estendido também aos italianos. Desde então, a categoria passou a ter, neste espaço, a função de estabelecer a diferença entre os imigrantes de “origem” (italo-germânicos) européia e a população local, os “brasileiros”, “sem origem”, estabelecendo-se mais uma forma de negação da alteridade na região.

Em um outro estágio, o termo sofreu nova variação, matizada por um componente ideológico, cujo fundamento ficou determinado pela cor da pele. Neste sentido, “brasileiro” é sinônimo de pessoa com pele escura, ou seja, os caboclos, filhos de índios com portugueses e também os descendentes de africanos que, embora numericamente inferiores, representam uma importante parcela no processo histórico construído na região.

Com isso, podemos dizer que essa categoria, tem um componente simbólico maior do que o sentido étnico. Ela traduz, na verdade, uma forma de ser e de pensar de um grupo miscigenado que não inclui “os de origem”.

A discussão em torno dos “brasileiros” e dos “de origem” tem a função de reforçar as distinções étnicas; nutre-se de elementos como a comunidade de origem, a língua (os dialetos italianos e alemães falados nas colônias), a religião, os costumes e, de modo particular, o sentimento de pertença.

Com isso, podemos dizer que o contexto que envolve as categorias “brasileiros” e “de origem” traduz uma forma distorcida de pensar a alteridade e que tem despontado como uma característica marcante das regiões de predominância italo-germânica.

Por tais razões, o uso da categoria “brasileiros” é inadequado, por sua ambigüidade e pelo conteúdo ideológico que representa. São conceitos fundamentados dentro de uma noção de cultura, traduzindo em uma correlação de forças a “superioridade” de um grupo que se afirma ante a “insignificância” de outro.

Por outro lado, é impossível tomar a categoria “brasileiros” como elemento que permita um enquadramento étnico. Ao contrário dos ítalo-germânicos, o grupo representa uma síntese da aproximação do índio e do branco, enquanto etnias com características próprias.

A categoria “brasileiros” em oposição a “de origem” representa a base de um processo marcado pela formulação dos estereótipos e dos preconceitos, presentes nos olhares recíprocos dos grupos que interagem continuamente em um inconcluso processo de aproximação e afastamento. São conceitos formulados dentro do contexto da linguagem cotidiana, devendo ser compreendido dentro desse contexto.

A especificidade do problema não o desvincula da realidade histórica, política, social e econômica que o envolve. No entanto, ter como ponto de partida a esfera regional pode representar um caminho pelo qual se percebe como ocorrem as relações étnico-culturais e quais são seus mecanismos de interdependência, de integração, de fragmentação e de antagonismo.

O entendimento desses conceitos é a chave que nos permite compreender os estereótipos, os preconceitos e as intolerâncias. Podemos, por este caminho, verificar como o discurso cotidiano manifesta a realidade, através das interações.

4.1. “Brasileiros” e “de Origem” e a Ausência de Alteridade

Ao discutirmos a questão dos “brasileiros”, fica evidente que não estamos negando as diferenças culturais empiricamente observadas no contexto da Região. O que desperta nossa atenção são as circunstâncias nas quais as diferenças emergem. Elas evidenciam um conteúdo ideológico-simbólico que traz em si as bases de uma matriz segregacionista em que fica evidente a polarização das relações.

Este conteúdo ideológico-simbólico contempla a afirmação de valores contrastantes e de diferenças emblemáticas demarcadoras de fronteiras. São valores que se apresentam plenificados por elementos culturais e implicam num processo de seleção dos quais “brasileiros” e “de origem” se apoderaram, para transformá-los em critérios de identificação e diferenciação entre os dois grupos.

A seleção valorativa de elementos culturais transformou-os em propriedade dos grupos, vindo eles a funcionar como sinais, como códigos de determinação mútua. As determinações são, aparentemente aleatórias, mas, na verdade, apresentam um conteúdo arbitrário, ideológico e hierarquizado, destinado a manter uma ordem social. Trazem em si o poder de alocar papéis, construir símbolos, estabelecer e conservar as fronteiras sobre as quais foram edificadas as relações sociais.

Na perspectiva de que as fronteiras entre os grupos determinam a esfera de interação, os “brasileiros” representam a estigmatização social negativa dentro deste espaço, que não teve sua excelência avaliada positivamente pelos “de origem”. Podemos ver isso no rápido desaparecimento dos símbolos criados em torno dos “brasileiros”, cuja importância deixou de existir em um breve espaço de tempo. Um exemplo típico disso foram os ideais estabelecidos pelo tropeirismo. A coragem, a honestidade e o sentimento de solidariedade, que identificavam esses sujeitos, não tiveram eco no contexto social. Foram relegados a um fator de natureza histórica.

Paradoxalmente, a mesma realidade não acontece com os ítalo-germânicos. As instituições sociais, nas esferas pública ou privada, estão continuamente alentando a cultura proveniente desses grupos. A Escola desempenha, neste sentido, um papel fundamental, desconhecendo o universo dos “brasileiros”, mas sendo solidária a todas as manifestações dos “de origem”.

Até certo ponto, os “brasileiros” foram vítimas de uma estratégia social que visava à consolidação dos ideais ítalo-germânicos, em que não existiu a preocupação na criação de ideais comuns, como elemento minimizador dos atritos envolvendo as relações étnicas. As festas culturais são um bom exemplo dessa realidade, servindo como fator de demarcação do território cultural ítalo-germânico.

O momento de festejo representa o revigoramento do sentimento de pertença. A valorização das tradições, na medida em que traduzem um sentimento de grupo, representa a codificação das diferenças postas entre “brasileiros” e “de origem”. É um paradoxo visível nas festas juninas, quando o grupo hegemônico travestido de “caipira” figura como uma negação dos “brasileiros”, sobretudo quando personifica de forma irônica o cotidiano destes indivíduos.

Com isso fica visível que o processo de interação entre os “brasileiros” e os “de origem” coloca-nos diante de uma crise de alteridade, porque, como vimos, o termo contempla uma categoria de excluídos. Por isso, produz a negação de um coletivo, em que “A condição de **colono** é entendida como prerrogativa dos de **origem**. Estes se opõem aos **sem origem**, ou seja, aos nativos desclassificados como **caboclo [brasileiros]**” (RENCK, 1995:1).¹²

O texto aponta o caráter hierárquico das relações estabelecidas entre “brasileiros” e “de origem” fazendo emergir uma realidade paradigmática que traz em seu bojo uma espécie de *apartheid* ideológico-cultural e a formação de instrumentos subjetivos de hierarquização social, criando, no mínimo, dois níveis de identidades distintas.

A dicotomização, evidenciada no fragmento, mostra a existência de uma diferenciação que, neste particular, não está considerando apenas os critérios étnicos. A identificação é marcada pelo comportamento e pela forma como “brasileiros” e “de origem” concebem a realidade onde estão inseridos. Em assim sendo, os “de origem” assumem dupla identificação: sentem-se enquanto cidadão, pertencentes ao Brasil, sem, no entanto, abdicar do *ethos* que caracteriza sua procedência européia.

O pensamento de Renck remete-nos a uma situação de capital importância na leitura das relações estabelecidas no Oeste de Santa Catarina: prova o divórcio cultural que se mantém, apesar da proximidade física. Este divórcio é respaldado num discurso carregado de preconceito e estereótipos e indica que não foi possível superar o impacto inicial da aproximação entre os indivíduos, em que:

a identidade de fora, ou seja, aquela que estaria no polo negativo, é a cabocla e uma forma extrema para a acusação ou estigmatização é a identificação de negro, independente de traços diacríticos. A expressão comum entre os de origem, no caso os italianos, para a designação aos sem origem é a seguinte: “cani, negri e corvi, tutti compagni (cachorros, negros e corvos, todos iguais) (RENCK, 1995: 225).¹³

O fragmento traduz uma metáfora contraditória, construída no interior da convivência entre os sujeitos. A polarização apresentada constitui-se num limite entre duas representações étnicas e serve como categoria de isolamento, permitindo que cada grupo

¹² Pesquisa em andamento sob o título: “Etnicidade e Itinerários de Grupos Étnicos no Sul do Brasil”.

¹³ Grifo da autora.

seja distinguido nas relações. As distinções não tomam forma de enfrentamento direto, por estarem respaldadas no discurso da harmonia étnica.

O enquadramento representado por estas duas categorias tem, sobre si, uma base de determinação econômica. Ser ou não ser “brasileiro” significa pertencer ou não ao grupo de maior poder financeiro. Neste caso, tal poder tem sua origem no contexto da colonização regional que, ao garantir território aos “de origem”, provocou um amplo processo de desterritorialização dos “brasileiros”, como protagoniza o texto: “A colonização das áreas através da venda de terras a colonos, institucionalizou a expulsão dos caboclos posseiros, que passaram a ser chamados de intrusos. Em todos os lugares sempre houve intrusos que precisavam ser afastados para que os colonos pudessem ocupar a área e produzir”. (POLI, 1995: 90).

Pelo texto, podemos perceber que a colonização alterou a relação de poder entre os sujeitos. De forma assimétrica, gerou uma interação marcada pela estratificação, que tem no critério de classificação a procedência étnica. Em um sentido mais amplo, a classificação não deixa de constituir-se em um padrão de enquadramento e controle social.

Na leitura de POLI, podemos encontrar um momento paradoxal, ou seja, o grito dos deserdados de que a terra tinha dono¹⁴, não significou absolutamente nada. A preexistência desses indivíduos, na qualidade de posseiros, foi insuficiente para garantir o direito de permanência no território.

Parece-nos residir aqui o princípio que marcou o desenvolvimento do processo de desigualdade na região. Um grupo, ao ser destituído de seu meio de subsistência, é socialmente isolado. O contexto criado por esta situação torna-se a base para o surgimento de uma relação heterogênea que, ao desestruturar o mundo dos “brasileiros”, obriga-os a encontrar novas perspectivas existenciais.

O contexto que se cria, na relação destes dois segmentos sociais vistos a partir da realidade subjetiva, proporciona-nos uma idéia da complexidade que envolve esse fenômeno. No momento nasce uma prerrogativa fundamental na convivência, ou seja, os

¹⁴ O uso do termo significa uma referência ao grito do índio Sepé Tiaraju, na região das missões, em defesa do território Guaraní: “Esta terra já tem dono”.

Para nós, torna-se difícil generalizar no binômio “brasileiros” e de “origem” as dimensões dos estereótipos e dos preconceitos. Visíveis ou não, a existência deles compreende um conjunto de variáveis, como a questão da classe social, da política e do processo de miscigenação. Por isso, eles representam “uma forma de organização baseada na atribuição categorial que classifica as pessoas em função de sua origem suposta, que se acha válida na interação social pela ativação de signos culturais socialmente diferenciadores” (POUTIGNAT, 1998: 141).

Mediante as considerações, podemos afirmar que os “brasileiros” representam claramente uma categoria que contempla duas realidades: a primeira é de negação, e remete-nos à discussão anterior sobre “bárbaro”. Analogamente, este estado de ser implica, para o sujeito, a inexistência de um conjunto de valores socialmente aceitos como bons e virtuosos. Esta negação é externa, vem de fora, de um outro grupo; neste caso específico, “dos de origem”.

A segunda realidade é de afirmação. É um momento interno dos “de origem”, em que fica evidente o desejo de retomar os símbolos de afirmação da identidade, de revigoramento das fronteiras e do fortalecimento da crença nas origens comuns. Assim, constroem-se ou renovam-se os rótulos que servem como enquadramento para determinar as diferenças em relação aos “brasileiros”.

A relação entre “brasileiros” e “de origem” marcou profundamente a história da região. Consolidou mentalidades e atitudes que passaram a residir no imaginário e nas práticas das pessoas, gerando um código simbólico reconhecível por ambos os grupos.

A história permitiu, aos “de origem”, a construção de uma visão dogmática de si. Em nome de uma suposta autenticidade e homogeneidade étnica, destruíram as idéias de diversidade. Os “brasileiros”, neste contexto, não foram compreendidos como sujeitos. Sua dimensão subjetiva foi ignorada e muitos dos seus elementos foram excluídos do campo social.

4.2. - “Brasileiros” e “de Origem” e as Representações Sociais no Oeste de Santa Catarina

Neste bloco, desenvolveremos uma abordagem da relação entre “brasileiros” e “de origem”, tendo em vista o entendimento que cada grupo tem de si. Tentaremos compreender como, a partir do sentimento intra-grupo, são criados os mecanismos que possibilitam a relação entre os mesmos.

Um grupo étnico não pode ser concebido isoladamente. Sua natureza tem um caráter social e representa parcialmente o contexto social onde foi criado. É dentro deste contexto que podemos entender o sentido da relação entre os “brasileiros” e os “de origem” no Oeste e no Meio-Oeste de Santa Catarina.

As considerações tecidas no bloco anterior sinalizavam para a existência de uma relação ambígua entre os sujeitos. Um dos momentos que caracteriza essa ambigüidade é o fato de estarem socialmente separados em função das condições socioexistenciais que os envolvem. Neste sentido, é notório o distanciamento dos “brasileiros” em relação às instâncias produtivas e gerenciais que atuam na região. Por outro lado, ao constatarmos esta realidade, percebemos também que os dois grupos encontram-se irremediavelmente amarrados por força da história comum que os envolve. Por isso, são levados a buscarem um contexto social de respeito às diversidades.

Muito se tem avançado neste sentido. As estruturas sectárias, construídas durante a colonização, passaram por processos de fragilização. No entanto, as percepções que as primeiras gerações construíram em relação aos “de origem” e aos “brasileiros” permanecem no imaginário dos sujeitos que atualmente impulsionam a história da Região.

A manutenção deste imaginário vem respaldada pela construção e renovação de estereótipos e preconceitos, servindo para estabelecer as distâncias, reforçar as diferenças e sustentar um sistema de valores nem sempre favoráveis aos “brasileiros”.

O sistema de valores tem sua sustentabilidade na própria dinâmica de sistematização da realidade social construída pelos grupos, tendo como base a seleção de valores e critérios centrados em duas visões conflituosas, ou seja, uma construtiva e a outra negativa.

A construtiva tem se mantido hegemonicamente sustentada pelos “de origem”. Seu fundamento está no passado, sobretudo quando atualizam o sentimento de protagonistas absolutos da história do Oeste de Santa Catarina, em um imaginário que reproduz sentimentos traduzidos em pensamentos como este: “cheios de ânimo, de vigor, de saúde, de inteligência e de fé, implantaram a religião católica e o progresso em toda a parte em que se estabeleceram” (DALL’ALBA, 1987:152).

O texto, ao referir-se à atuação dos imigrantes, sobretudo italianos no Sul do Brasil, confere aos “de origem” um conjunto de qualidades que, em contrapartida, são negadas aos “brasileiros”, apresentados no plano da imagem negativa como: “caipira”, “matuto”, “acanhado” e de modo particular, “lento no pensar e no falar” (THOMÉ, 1992).

Os argumentos referentes aos dois grupos indicam que a interação entre as diferenças de valor socialmente determinadas e os mecanismos de categorização, criados pelo grupo hegemônico, assumem uma importância capital na divisão social e psicológica que verificamos.

As diferenças de valores propostos nos termos mencionados passaram a fazer parte integrante do processo global de socialização construído neste *locus*, com sérias conseqüências, sobretudo para os “brasileiros” que representam as “minorias”.

As categorias apresentadas demonstram existir no Oeste um princípio fundador da imagem dos “brasileiros” e dos “de origem” que se mostra de forma estática e circunscrita. Estático, por repousar no mito da democracia racial e circunscrito, por estar intimamente ligado às características do cotidiano social das pessoas que vivem neste local.

A visão estática e circunscrita em torno destes dois grupos emerge, também, quando é possível trabalhar a comparação das imagens sociais que determinam a forma de ser deles. O limite dessa visão fica evidente no momento em que cada grupo compara sua contribuição, na transformação do espaço, mostrando que:

os processos de comparação social têm, portanto, um âmbito de aplicação muito amplo e fundamental. Este âmbito inclui o contexto social (ou significado) da verificação “não social” e os casos em que o elevado consenso social sobre a natureza dum fenômeno é suficiente para dar o rótulo de “objetividade” às opiniões sobre ele (TAJFEL, 1982: 293).

O texto mostra que o processo de comparação é produzido pelo meio social onde os sujeitos se encontram e compreende duas naturezas distintas: uma que envolve o contexto

da sociedade e a outra que representa a realidade psicológica (“não social”). No entanto, ao referirmo-nos aos “brasileiros” e aos “de origem”, a função do ato comparativo é a de rotular ou, então, em outras palavras, produzir os estereótipos e os preconceitos.

Para que um grupo étnico possa reunir as condições necessárias para garantir a construção e manutenção da identidade de seus membros é preciso que valorize positivamente sua diferença ante os demais. No nosso caso, as referências sociais dos “brasileiros” foram minimizadas perante os valores hegemônicos impostos pelos “de origem”, numa relação de supremacia como se pode ver no texto: “Nas indústrias dos imigrantes e seus descendentes, pretendemos delongar-nos porque são um dos poucos legados que chegaram até nós, atestando sua civilização” (DALL’ALBA, 1987: 164).

O texto salienta novamente a idéia de que neste espaço os imigrantes marcaram sua presença como “civilizadores”, ou seja, sujeitos aguerridos que lutaram contra a barbárie e foram vitoriosos, como revela o texto: “Em 1947, ainda viviam uns vinte índios pelos costões da Serra. O delegado de polícia de São Joaquim, delegado Machado, surpreendeu a tribo e matou cerca de dezessete índios. Só ficaram três e estes foram os únicos contatados e trazidos para a civilização em Orleans, em 1952” (DALL’ALBA, 1987:163).

Nos dois textos, podemos ver a visão etnocentrada do autor, que traduz um sentimento de posse e domínio muito comum entre os “de origem”. Sentimento referendado pela idéia do pioneirismo, da conquista do Sertão. São valores que ajudam a formação da auto-estima e fortalecem o espírito de unidade entre os mesmos. Por isso, para os “de origem”, “em vários aspectos, a presença daquilo que os imigrantes trouxeram do continente europeu tem sido fundamental. É preciso, inicialmente, destacarmos a disposição, a fibra e a determinação pelo trabalho” (RIGOTTO, 1996:49).

Os atributos conferidos a este grupo, sem dúvida, foram fundamentais para que pudessem estabelecer um plano de intervenção no ambiente que encontraram, uma vez que as barreiras naturais exigiam tenacidade e empenho. O problema é que essas características foram negadas aos “brasileiros” que, neste prisma, representavam o oposto, ou seja, os preguiçosos, sem fibra e desanimados.

Os dois textos confirmam que as definições comparativas em torno dos grupos que representam a base da composição demográfica do Oeste e do Meio-Oeste de Santa

Catarina são carregadas de valores ambigualmente construídos e representam um momento importante na formação do imaginário dos dois grupos em questão.

As posturas decorrentes deste desejo ultrapassam os limites das diferenças que naturalmente caracterizam cada grupo e são transformadas em estereótipos e preconceitos, que por sua vez, funcionam como prerrogativa contra os “brasileiros”, corroborando em outra perspectiva as imagens positivas que “os de origem” criaram sobre si. As conotações de valor a elas associadas ao mesmo tempo em que fortalecem tais imagens servem para solidificar uma visão etnocentrada em relação aos “brasileiros”.

A discussão proposta revela-nos a existência de um forte descompasso entre os grupos, que se mostra velado e difuso. No entanto, existem momentos em que se manifesta em forma de conflito, que acontece no momento em que se atualizam as imagens de polarização étnica construída na história dos grupos.

A título de ilustração desta realidade, queremos mencionar um episódio envolvendo alunos e direção em uma escola pública estadual de Joaçaba, no ano de 1998, mais especificamente em novembro.

Ao sentir-se perturbado pelo sol, um aluno levantou dentro da sala e fechou a cortina. Um dos colegas, argumentando que havia ficado escuro, reagiu com a seguinte frase: “deixe esta cortina aberta, seu negro da vila”. A estas palavras teve como resposta: “vou te pegar no final da aula”. No desdobramento do conflito, o aluno que levantara para fechar a cortina bateu em seu companheiro de escola e foi suspenso durante três dias, por agredir o colega. O ato foi justificado pelo fato de que era necessário manter a ordem na escola e a agressão física representava um grave problema de disciplina condenado pelo Regimento Escolar.

O incidente mostra que, embora seja amplamente divulgado na região a coexistência pacífica entre “brasileiros” e “de origem”, há um imaginário que alimenta fortes sentimentos de hostilidade que afloram em momentos como este, acentuando o binômio aceitação x resistência, que tem como força motriz os estereótipos e os preconceitos presentes no cotidiano dos indivíduos.

Revela, também, que, ao longo da história, as pessoas não foram suficientemente problematizadas para lidar com este problema. Isso justifica o posicionamento do diretor

da escola que não conseguiu distinguir a subjetividade da agressão contida no termo “negro da vila”, empregado com a finalidade de demarcar duas questões fundamentais, ou seja, a de pertencimento a um grupo inferior e a de reforço do lugar social que estes indivíduos representavam.

Podemos perceber também que os termos utilizados e os procedimentos adotados revelam equívocos no entendimento das categorias que envolvem os estereótipos e os preconceitos.

Equívocos desta natureza podem ser percebidos em teorias que se mostram deslocadas do verdadeiro contexto que envolve as relações entre os grupos, como veremos no texto que diz:

*O relacionamento era sempre muito bom, às vezes acontecia o conflito. Estavam de lado a lado as ofensas como em toda a briga de criança. Surgiam então do lado dos italianos ditos ofensivos como **brasiliano**, **semmia**, **índio**. Do lado dos brasileiros: **colono**, **gringo** etc... Estes apodos, que denotam discriminação e dificuldade de relacionamento racial, logo davam lugar às brincadeiras infantis e à amizade (DEGRAZIA, 1996:96).¹⁶*

Os argumentos contidos no texto revelam um entendimento ingênuo e romântico do processo de interação grupal entre “brasileiros” e “de origem”. Impõem uma leitura genérica dessa relação e levam a crer na existência de uma efetiva equidade social neste *locus*. No entanto, eles revelam um olhar historicamente desfocado do autor acerca da interação histórica entre os grupos.

Os argumentos induzem, também, ao pensamento cômodo de que a convivência cotidiana elimina os conflitos, os estereótipos e os preconceitos. Pelo contrário, percebemos o velamento deles, que só eclodem em momentos como o referido anteriormente.

Através destas considerações, podemos dizer que há, na interação étnica, uma dinâmica que só pode ser entendida num contexto envolvendo o passado dos grupos, em que fica marcada a afirmação positiva dos “de origem” e a negativa dos “brasileiros”, que vêem seu imaginário fragilizado ante a emergência e a difusão de estereótipos e preconceitos que servem como afirmação para os “de origem”.

¹⁶ Grifo do autor

A forma estratificada, em que são colocados os “brasileiros” e os “de origem”, traduz um conjunto de importantes atributos psicológicos e sociais que passou a determinar formas de comportamento, tanto de um grupo como de outro.

Dentro deste processo de estratificação, há um agravante que nos chamou a atenção. Trata-se do fato de existir um estranho consenso entre os dois grupos ante os critérios de qualificação manifestados. Esse aparente consenso confere ao grupo hegemônico um sentimento de legitimidade de sua própria situação em relação aos “brasileiros”. Uma possível explicação deste fato é a inexistência de uma referência unificadora entre os “brasileiros”.

O momento mais importante de busca desta referência foi a Guerra do Contestado. No entanto, seu desfecho favorável ao poder constituído frustrou as possibilidades do grupo em criar um ponto de identidade que o fortalecesse. Esta situação, somada à perniciosa presença dos “de origem” no território, impossibilitou aos “brasileiros” uma reação positiva.

Hoje, na qualidade de “minorias”, não participam do todo social, marcando, neste sentido, um estado de exclusão que se perpetuou de forma linear e revelando a carência de equidade social.

Sabemos que a existência dos estereótipos e dos preconceitos representa realidades que nunca foram bem aceitas e trabalhadas na sociedade brasileira. Sempre que possível, fugiu-se do problema ou, então, negou-se a existência dele. O fenômeno vem se repetindo neste espaço, em que percebemos a evidência de um discurso no cotidiano dos indivíduos reiterando a inexistência dos estereótipos e preconceitos no campo das relações étnicas.

No entanto, a negação das diferentes formas de discriminação faz com que, ao nível do senso comum, as pessoas tenham a sensação de viver em uma verdadeira democracia étnica. Com isso, os estereótipos e os preconceitos são cada vez mais relegados a um plano subjetivo e ideológico.

O que permanece visível neste processo são os estigmas usados para identificar os “brasileiros”. Dentre estes, o mais significativo é o que diz respeito à cor da pele, que serviu para enquadrar os “brasileiros” dentro de um rígido esquema de inferiorização.

Por isso, podemos dizer que o estigma da cor da pele gerou, no Oeste de Santa Catarina, um sistema discursivo com um conteúdo subjetivo altamente sectarizador. Criou uma espécie de estrutura social que serve para estipular papéis e atribuir importância aos sujeitos. Neste sentido, a melanina serve como critério para definir o caráter e o comportamento social dos indivíduos.

Muitas vezes, este discurso apresenta um conteúdo contraditório. As mesmas pessoas que, num ato espontâneo, afirmam:

aqui não tem nenhum preconceito. A gente se dá muito bem. Gosto de todo mundo. Meu melhor amigo é bem escuro” são as mesmas que, em outras circunstâncias, dizem: “tinha que ser daquela cor (não liga não que estou falando só de brincadeira) ¹⁷

Essas duas colocações podem ser interpretadas de diferentes maneiras. Na primeira frase, encontramos um discurso clássico, que virou lugar comum na região. Ele faz parte de um campo estratégico dos “de origem”. É fruto do ideal da democracia racial e tem como principal tarefa esconder o passado. Não há interesse que haja o reconhecimento dos estereótipos e dos preconceitos.

O princípio de igualdade que se defende de maneira franca e aberta constitui-se em uma forma de esconder a herança histórica de negação dos “brasileiros”. Serve para a criação de uma imagem aparentemente positiva das relações que os grupos mantêm neste espaço.

Neste capítulo, estivemos empenhados em demonstrar como, no Oeste de Santa Catarina, os estereótipos atuam na intermediação das relações entre “brasileiros” e “de origem”. Procuramos mostrar a fluência desses estereótipos em diferentes contextos da sociedade local. Com isso, temos condições de particularizar a análise dentro de uma única instituição social, como ilustração das relações estereotipadas que se verificam na sociedade em geral.

Para tanto, tomamos como referência a escola. Como veremos no capítulo que segue, ela reúne elementos que nos permitem compreender alguns dos diferentes mecanismos que dão visibilidade aos estereótipos enquanto mediação de negação do grupo minoritário, os “brasileiros”.

¹⁷ Críticas de um aluno ao referir-se à postura de um dos seus professores.

CAPÍTULO V

“BRASILEIROS” E “DE ORIGEM” NO DISCURSO ESCOLAR: VARIÁVEIS DE UMA ASSIMETRIA SOCIAL.

Nos capítulos anteriores, salientamos que a sociedade brasileira se caracteriza por seu caráter poliétnico, uma vez que a migração, em seus diferentes estágios, colocou em contato grupos de distintas etnias.

A existência de grupos diferentes em um mesmo território permitiu o surgimento de regiões com diversas características culturais em que é possível perceber um intenso processo de interação. Não raro, como verificamos, as interações são matizadas por uma assimetria sócio-cultural que se manifesta nos diferentes estereótipos presentes no cotidiano dos grupos.

A assimetria nas relações intergrupais vem desafiando os cientistas sociais preocupados em construir um referencial de análise das diferentes formas de sectarização que perpassam as relações entre os grupos. Por sua pertinência, tal preocupação vem despertando a atenção da escola, em suas instâncias comprometidas com a construção de um espaço equitativo e representativo das diferenças culturais.

Do ponto de vista educacional, o desafio se intensifica, pois cabe à escola não só investir na superação da assimetria, mas também explicar e dar a conhecer a riqueza de valores presentes na diversidade etnocultural contida em cada sujeito que frequenta as diferentes unidades de ensino.

Portanto, a valorização das diferentes culturas que convivem socialmente em um mesmo espaço significa a garantia de que, por exemplo, nas representações curriculares, esteja contemplado o mesmo universo sociocultural existente na sociedade como um todo.

Em nosso espaço de pesquisa, as representações do contexto existencial de “brasileiros” e “de origem” emergem constantemente no discurso oral da escola através dos estereótipos.

Tal situação nos levou a buscar compreender, na unidade discursiva dos alunos que freqüentam a escola pública, o contexto de desigualdade étnico social presente na caminhada histórica dos grupos.

Sem a pretensão de construirmos um estudo lingüístico, procuramos criar um campo de entendimento capaz de mostrar como determinadas representações interétnicas, presentes no discurso escolar, são afetadas por elementos sociais e transformadas em categorias de discriminação de um grupo sobre o outro.

Portanto, nosso trabalho consiste no resgate de momentos em que, no discurso escolar se reforça e se sustenta a assimetria social presente nas relações entre “brasileiros” e “de origem”.

A análise da fala de “brasileiros” e de “origem”, no contexto escolar do Oeste de Santa Catarina, revelou-nos que o discurso oral pode ser compreendido a partir de três variáveis fundamentais que são: a variável sócio-econômica, a variável físico-estética e, por fim, a variável ético-moral. Através dessas variáveis é possível deduzir que os estereótipos, enquanto construção cognitiva, assumem em sua estrutura uma função pedagógica, com o poder de garantir a perpetuação da assimetria social, reforçada na dinâmica curricular proposta pelo ensino formal.

5.1. Variável sócio-econômica

A variável sócio-econômica, identificada nas falas dos alunos, faz parte da interação histórica entre “brasileiros” e “de origem” e pode ser compreendida no conjunto de questões que marcaram o processo de hipertrofia étnica, em que ficou evidente a

supremacia de alguns elementos que são comuns no contexto do *ethos* trazido por imigrantes italianos e alemães. Essa hipertrofia, como revelam as falas, pode ser vista em três momentos distintos.

O primeiro momento serve como ponto de sustentação dos estereótipos sócio-econômicos e vem delimitado pelo sentimento de pertença, em que os “de origem” se reconhecem como o único núcleo vertebrador da estrutura socio-econômica da região.

As falas apontando para esta realidade mostram que, na auto-percepção social, o grupo se coloca como o pivô da realidade social e econômica, adotando, para isso, um referendo cultural, no qual figura o sentimento de que existe, no grupo, um impulso natural para o trabalho. Tal impulso está associado a um sentimento de natureza étnica, como mostra a fala:

Eu sou italiano. Minha mãe disse que nossa família veio da Itália e que meus avós sofreram muito. Trabalharam bastante quando chegaram no Brasil, lá no Rio Grande do Sul e depois quando vieram para Santa Catarina continuaram trabalhando para conseguirem uma vida boa, porque quem não trabalha, não consegue nada. Agora nós moramos na cidade e tem um camarada cuidando das terras. Eles não cuidam direito, não trabalham legal.¹⁸

O depoimento, ao salientar o sentimento de origem do sujeito, põe em evidência um ideal de homem construído a partir da matriz estereotipada dos “de origem”, quando se apresentam idealisticamente associados ao trabalho como a virtude responsável pelo progresso da região. Nesse sentido, fica evidente, no discurso, que a idéia de italianidade está ligada a um protótipo humano laborioso, realidade que se aplica como característica restrita aos “de origem”.

A visão proposta, tem em sua estrutura um projeto de oposição e negação dos “brasileiros”, identificados na fala como “*camarada*”, ou seja, como a interface da moeda, como um ser que, no campo do trabalho, por sua natureza, tem um desempenho inferior, com o poder de personificar o ócio e a falta de inclinação para o labor. É por isso que eles “não sabem cuidar da terra” ou, ainda, como sugere a frase: “*eles não trabalham legal*”.

A fala indica que na produção dos bens materiais, ao se comparar “brasileiros” e “de origem”, sempre haverá o triunfo do segundo em relação ao primeiro, ou seja, a vitória

¹⁸ Depoimento de uma aluna descendente de italiano e alemão, simultaneamente.

do “o trabalho contra o baralho”,¹⁹ ficando evidente a existência de uma unidade produtiva e outra apática e inócua no contexto social.

A correlação dos postulados ideológicos presentes no discurso com o contexto socioexistencial dos “brasileiros” abre caminho para a construção de uma conduta oral que estabelece um escalonamento de grandeza, destinado a sustentar a imagem delineada no protótipo da etnia laboriosa.

Num certo sentido, a sustentação estereotipada da imagem laboriosa dos “de origem” representa um momento de formulação de um sentimento de superioridade em que este grupo chama para si a responsabilidade da produção material e do desenvolvimento social da região, uma vez que os “brasileiros” são assim, porque não gostam de trabalhar”²⁰, ou seja, são os produtores sociais da situação desfavorável em que se encontram no campo econômico.

Embora de forma subjetiva, podemos observar que o depoimento abaixo complementa a idéia estereotipada de que a laboriosidade é uma característica dos “de origem”, ao afirmar que:

Eu sou neta de alemão. Meu avô nasceu na Alemanha. É um lugar muito bonito e que eu gostaria muito de morar. Já minha avó veio da Áustria. Minha mãe já foi lá visitar um irmão meu que trabalha lá. Disse que é um lugar bom onde ela não viu pobreza. Eu também quero ir para lá. Vou fazer dupla cidadania e tudo o que tenho direito.²¹

O estereótipo aparece de forma específica na frase: “um irmão meu que trabalha lá”. A simples idéia de morar na Áustria dissociada do elemento trabalho, é insuficiente, pois, nesse sentido, estaria havendo uma quebra no conjunto de questões que garantem o fato do indivíduo ser um “de origem”.

O estereótipo da laboriosidade associado a etnia emerge na fala com um componente novo, ou seja, vem acompanhado por um forte sentimento de desidentificação com a realidade local, apontando um desejo deliberado do sujeito em relativizar o sentimento de brasilianeidade.

¹⁹ A frase fazia parte do slogan de campanha de um determinado político da região e tinha, como base ideológica, a mesma estrutura explicitada no depoimento do aluno.

²⁰ Depoimento de um descendente de italiano.

²¹ Fala de uma aluna de origem germânica. Por várias vezes, a menina se mostrou inconformada por não ter nascido na Europa, em particular na Alemanha.

A relativização fica justificada, de forma aparente, no descontentamento com a situação material que marca a existência das pessoas no país como um todo, mais especificamente a situação de pobreza. Observamos isso no momento em que a realidade da Áustria, na visão do sujeito, fica associada a um espaço onde não há lugar para o ócio, pois, numa terra onde se trabalha, não há “pobreza”.

Os argumentos induzem para o fato de que os graves problemas socioexistenciais pelos quais atravessam, na região, os que fazem parte dos “brasileiros” estão intimamente ligados à incapacidade desse grupo em desenvolver um perfil que comporte a laboriosidade.

Podemos entender com maior nitidez a discussão proposta, ao depararmos com argumentos provenientes do discurso oral, contendo o seguinte teor:

*Meu pai disse que o Brasil nunca progride, porque tem gente que não trabalha. Ontem ele foi passear na casa de um tio nosso em Caçador Grande. E viu uma negrada que não trabalha. Na hora do serviço, tava todo mundo deitado.*²²

O conteúdo do discurso nos coloca diante de uma estereotipia que só pode ser compreendida em um plano dialético, ou seja, o ideal da laboriosidade enquanto substrato do grupo hegemônico é construído em torno da negação dessa realidade nos “brasileiros”. Por isso, consolida-se uma nova estrutura de estereótipo que, socialmente, define os “brasileiros” como preguiçosos, como diz a frase:

*Lá em casa é assim, o pai não quer que ninguém namore os brasileiros minha mãe acha que preto na família só se for honesto e trabalhador. Caso contrário, não fecha o caixa, só dá problemas.*²³

Os depoimentos comportam distintos contextos. No entanto, revelam um mesmo sentimento, ou seja, a laboriosidade, enquanto valor humano, representa um elemento que naturalmente não pode ser encontrado entre os “brasileiros”. No último caso, tal situação é posta como um limitador nas aproximações de caráter conjugal, entre os representantes dos dois blocos sociais que interagem no Oeste de Santa Catarina.

²² A fala é de um menino, filho de italianos. O pai é um agricultor que tem sua propriedade no interior, que é cultivada por um “agregado”. A denominação **Caçador Grande** refere-se ao município de Caçador e foi utilizada, no momento, porque a família do aluno é proveniente de uma comunidade rural denominada “Linha Caçador”, do município de Treze Tílias. Portanto, o adjetivo tem a mera finalidade de delimitar a diferença de lugar.

²³ Fala de uma menina descendente de italianos e que reside no interior de Joaçaba.

As duas últimas falas nos auxiliam a entender o posicionamento anterior em que ficou estampada a preferência pela Áustria e não pelo Brasil, embora seja necessário frisar que a idéia apontando a Áustria como um território agradável para viver, pela inexistência de pobreza, funciona como fachada, que oculta o status de superioridade.

Essa superioridade, sustentada na “origem”, motiva o sujeito “com origem” a sentir-se desvinculado ideologicamente do contexto histórico dos “brasileiros”. Nessa situação, a vontade de estar na Áustria significa a possibilidade de reformulação do ideal da germanidade, já discutido anteriormente, e que em última instância, contribui para o fortalecimento da rejeição aos “brasileiros”, como membros constitutivos da sociedade local. Por isso, a rejeição se dá em torno de um quesito de ordem socio-econômica que é o universo do trabalho enquanto possibilidade de gerar riquezas.

Os argumentos indicam que a aspiração pela Áustria, presente no depoimento, está ligada a um problema de interação étnica que propõe um reencontro com a etnia no que ela tem de mais forte que é a laboriosidade, longe de qualquer influência do contexto social dos “brasileiros”.

Ao olharmos o discurso em seu conjunto, podemos dizer que o conteúdo dele coloca-nos frente a frente a um projeto subjetivo e estereotipado que tem por finalidade assegurar, mediante a superestima da cultura italiana e germânica, o controle econômico na região, corroborando o grande paradigma hegemônico que representa a presença dessas duas culturas, no Oeste do Estado.

5.2. Variável Físico-estético

Os estereótipos presentes nas falas também se mostram dentro de uma variável físico-estético, quando apontam para a existência de uma subavaliação estética dos “brasileiros” em relação aos “de origem”. Percebemos isto em dois momentos: no primeiro, selecionando os argumentos destinados a confirmar o modelo estético desenhado pelo grupo hegemônico e, no segundo, as falas apontando objetivamente para a construção negativa da imagem dos “brasileiros”.

Dentro do primeiro momento, o discurso, como veremos, indica que o ponto de partida para a negação fenótipa dos “brasileiros” reside na solidificação de um tipo ideal construído pelos “de origem”. Tal tipo reúne diversas características comuns aos traços físicos do grupo e servem como referência comparativa convertida na negação dos traços físicos dos “brasileiros”, distantes do tipo ideal hegemonicamente determinado na região.

A delimitação desse tipo ideal foi sendo desenhada no discurso dos alunos, no momento em que foram motivados a salientar traços físicos de seus familiares, com os quais mais se identificavam.

O discurso proposto por tal motivação trouxe-nos elementos mesclados que podem ser averiguados em distintos níveis de explicitação e abrangência. Num primeiro nível, os alunos valorizaram a robustez, o vigor físico das pessoas eleitas como protótipo de beleza. Para tanto, o modelo adotado por uma parcela dos alunos, fundamentalmente os meninos, foi o pai, como evidenciam as falas que selecionamos para este momento. A primeira tem o seguinte conteúdo:

*Eu acho bonito, é o meu pai. Ele é bem loiro, alto e forte. É bastante musculoso e tem muita força, porque quando era pequeno trabalhava na roça e levantava muito peso.*²⁴

Na fala que segue, encontramos uma mesma linha de argumento elegendo a figura paterna como modelo de beleza, ficando assegurados alguns traços que, também, são evidentes no discurso anterior.

*Meu pai é bonito eu admiro o corpo de meu pai que é forte e o cabelo dele que é igual ao meu (loiro) Ele é forte eu acho que é porque trabalhou em uma pedreira quando era novo. Por isso é forte, tem um braço forte, pena que não é alto, pois se ele fosse, todo mundo ia olhar prá ele.*²⁵

O segundo nível de argumentos está associado a características femininas. Nela figura a valorização estética do cabelo, coadjuvada pela coloração dos olhos, como elementos estéticos de valor, como vemos:

*Minha mãe tem um cabelo muito bonito. Não é loiro. Era preto, mas ela pintou e ficou legal, porque combinou com os olhos azuis que ela tem, que eu adoro isso nela.*²⁶

²⁴ Descendente de alemães, do sexo masculino.

²⁵ Depoimento proveniente de um menino filho, de descendentes de italianos.

²⁶ Depoimento de uma menina que representava o grupo dos italianos.

Na fala, podemos contemplar uma contradição significativa, ou seja, ao mesmo tempo em que se admite uma consciência em torno da pseudocoloração do cabelo, se mantém tal coloração como algo real, como parte do modelo ideal proposto de forma absoluta enquanto fator exclusivo de beleza.

Vejamos, agora, uma terceira colocação, comportando o mesmo modelo estético presente nas falas anteriores, fortalecendo um ideal de beleza feminina, pautado pela extensão do cabelo, sua coloração e também pela especificação dos olhos na tonalidade azul, ao dizer:

*Eu adoro minha mãe! Ela tem o cabelo bem comprido, é liso e loiro e ainda tem os olhos azuis. Pena que os meus não são como os delas..*²⁷

Olhando as falas globalmente, percebemos que elas indicam uma correlação de empatia entre os alunos com seus familiares, acenando para uma opção de gênero. Traduzem, também, o fato de que os indivíduos valorizam elementos estéticos típicos de uma cultura, compatível com o padrão que aprenderam a admirar. Por isso, vemos de forma irrefutável a maximização de características físicas típicas dos de origem, tendo em vista os olhos e a cor do cabelo, comum entre as pessoas das etnias alemã e italiana.

Percebemos, com evidência, que a associação física dos “de origem” com seu contexto étnico-cultural tem por função “designar um complexo relacional que liga o sujeito a um quadro contínuo de referências, constituído pela interseção de sua interação individual com a do grupo em que vive” (SODRÉ, 1999,34). Este quadro contínuo a que se refere o autor, fica estampado na unanimidade dos depoimentos ao eleger o protótipo dos olhos e dos cabelos claros como um elemento estético de primeira grandeza.

Podemos concluir que a identidade dos “de origem” não se fez do nada, mas tem como referência o reconhecimento de traços culturais e estéticos consolidados hegemonicamente na região, como indica o depoimento:

*Minha irmã mais velha ficou grávida e não pode estudar mais. É uma pena que ela é bem novinha e bonita. Agora já nasceu o filho dela. Eu adoro a criança. É um docinho de tão querida. Brinco sempre com ela e cuido. É uma criança bem engraçadinha e bonita que nem a mãe dela. Só é uma pena, que tem o nariz por toda a cara. Devia pelo menos ter os olhos azuis, porque o pai dela tem!*²⁸

²⁷ Depoimento de uma menina descendente de alemães

²⁸ Depoimento de uma menina descendente dos “brasileiros” (cabocla).

Entender a fala a partir do contexto regional, significa assumir a idéia de que os “brasileiros” ao relacionarem-se com os “de origem” interiorizam determinados elementos para exteriorizá-los em momentos como esses, transformando-se em indicadores da força ideológica presente nos juízos de valor estético que dão relevância ao mundo dos “de origem”.

A interiorização obedece a uma ordem dialética, em que fica evidente o conflito entre dois mundos distintos, ou seja, vemos a permanência dos “brasileiros” num plano real, em que admitem determinados valores estéticos como aponta a primeira parte da fala descrita, para, a posteriori, refutar seu próprio universo e em um plano ideal desejar os traços estéticos dos “de origem”.

Por isso, o formato do nariz, a cor da pele, o cabelo, tidos como uma realidade “perfeita” nos “de origem”, se converte em um ideal a ser desejado pelos “brasileiros”, demonstrando um descontentamento deste grupo com sua realidade física.

Nesse contexto, percebemos o emergir, nos “brasileiros”, a vontade de serem vistos a partir do modelo estético de fora, estranho a seu mundo, mas com validade social, reconhecido e aprovado pelo grupo hegemônico. O modelo inclui, de forma especial, coloração dos olhos e o formato do nariz.

O processo de identificação com os valores estéticos hegemonicamente postos revela o desejo dos “brasileiros” em construir um plano de estabilidade e legitimidade de sua posição diante dos “de origem”, no sentido de buscar uma relação alternativa, uma vez que “No que diz respeito aos grupos minoritários, isto significa que, no pólo “aceitação” do nosso continuum, existe uma expectativa concebível de alguma mudança e no futuro das inferioridades existente” (TAJFEL, 1981: 361). No contexto das relações entre os dois grupos, as falas dos alunos, para um encampamento ilegítimo dos traços físicos imposto pela cultura hegemônica.

A mudança de perspectiva implicaria na construção de uma dinâmica em que os “brasileiros” trabalhassem com a possibilidade de construir novos modelos de afirmação das características físicas que pudessem fazer frente ao contexto de negação que lhes é proposto. A subversão da ordem representa o único caminho da afirmação fenotípica diante do esquema determinista do juízo estético criado pelos “de origem” no Oeste do Estado.

Pensar a dicotomia olhos azuis x nariz por toda a cara, dentro de um contexto nacional, significa reconhecer nela uma sincronia com o que ocorre na macro sociedade brasileira na qual a evidência do belo sempre girou em moldes muito próximos ao que verificamos neste espaço.

A diferença é que, no contexto global da sociedade brasileira, é possível perceber alguns sinais de alteração dessa realidade, quando indivíduos que, fisicamente, comportam os traços dos “brasileiros” conquistam seu espaço em locais onde preponderava a valorização fenótipa do modelo norte Europeu. Isso não se verifica em nosso espaço de pesquisa, pois o embate olhos azuis x nariz por toda a cara, revela que os “brasileiros” enquanto minoria, foram suplantados pelo modelo estético dos “de origem”, como retrata a fala:

*Aqui no colégio todo mundo sabe que a piaçada mais gosta das meninas que são loiras de olhos azuis. É por isso que tem muitas querendo pintar o cabelo. Assim a gente fica mais interessante e deixa todo mundo louco.*²⁹

A fala destaca que essa forma de avaliação estética generalizou-se no contexto das relações entre “brasileiros” e “de origem”. Esta generalização condiciona o olhar que os dois grupos mutuamente elaboram sobre si, que, por sua vez, ao maximizar um único modelo, evidencia o estereótipo de que o loiro de olhos azuis é bonito.

Se discutirmos esse sentimento dentro da perspectiva histórica de ocupação do território, a lógica tem sentido, ou seja, o que passa pela cabeça dos “de origem” é o sentimento de estarem à frente de uma sociedade, como membros de uma cultura cuja ascendência européia constitui-se em um importante fator de valorização identitária.

O contexto descrito faz com que a coloração dos olhos, do cabelo e a cor da pele assumam uma força fundamental, como demarcadores de uma identidade específica, manifestando-se sempre em oposição à estética dos “brasileiros”, como vemos:

*Na minha família, eu acredito que não existe preconceito. A esposa do meu irmão é uma brasileira. Ela ficou grávida e você precisa ver a torcida. Os filhos que eles tiverem, serão lindíssimos. Já pensou? As crianças serão morenas, com os olhos azuis! Os olhos de meu irmão é bem azul mesmo e ela tem a pele bem escura, mas não perde prá ninguém. É bem desenhada.*³⁰

²⁹ Depoimento de uma aluna, ao ser questionada sobre os motivos que a levavam a pintar os cabelos de loiro.

³⁰ Depoimento de uma professora pós-graduada que atua no ensino público e privado.

Um olhar detalhado para a fala mostra que seu conteúdo atualiza um contexto privilegiado para que possamos criar um espaço mínimo de entendimento do que ocorre no campo das interações étnicas vivenciadas aqui. Esse momento nos leva a reconhecer um posicionamento característico denunciador da dupla face das aproximações interpessoais vivenciadas no Oeste.

Entendemos, ainda, que dubiedade restringe, de forma objetiva, a consolidação da convivência étnica, por sustentar uma aparente igualdade relacional entre os indivíduos que pertencem aos dois grupos sociais. Observamos isso no contexto que fundamenta as premissas contidas na argumentação, afirmando, num primeiro plano, a inexistência de uma visão estereotipada e preconceituosa sobre os “brasileiros” que aparece subsumida no fetiche dos olhos azuis como referência ideal e absoluta de beleza e, muito mais ainda, na conjunção “*mas*” que interliga a idéia da beleza associada à cor da pele.

No discurso existe um sofisma que ajuda a ocultar e legitimar os elementos que, clandestinamente, estabelecem as diferenças históricas entre as pessoas. Por isso, o depoimento nos coloca diante de uma calcificação estereotipada que mostra os valores dos “de origem” sobrepostos aos dos “brasileiros”.

As atribuições que emergem na classificação são contraditórias, remontando novamente o ideal maniqueísta que perpassa a interação entre os dois grupos, pois, mesmo que tenha havido o reconhecimento de que os “brasileiros” não são totalmente desprovidos de estética, tal reconhecimento é ofuscado pelo ideal de beleza dos “de origem”, levando-nos a entender que a idéia da inexistência dos olhos azuis na criança e a manutenção da cor escura a tornam digna de lástima.

É importante ressaltar que, durante sua colocação, a professora não demonstrou estar equivocada nas considerações. Não foi capaz de perceber o grau de contradição existente em sua convicção, provando que a concepção estética que se construiu sobre os “brasileiros” representa categorias amplamente trabalhadas e assimiladas nas famílias italianas e germânicas, a ponto de ser considerado algo natural, mas que, para nós, representa uma imposição arbitrária com o poder de ser rapidamente absorvida pelas pessoas.

A assimilação, no entanto, tem um efeito distinto na vida de “brasileiros” e “de origem”. Para os primeiros, sua aceitação requer a supressão de um contexto próprio de

identificação estética; para os segundos, significa a consolidação de uma identidade e suplantação de um modelo (dos “brasileiros”) esteticamente inferior.

A absorção do ideal estético dos “de origem” representa, para os “brasileiros”, um erro de encaminhamento simbólico, ou seja, substitui-se a busca pela identidade, com a procura de identificação com o mundo estético externo proposto pelos “de origem”. Com isso, o que é ruim, segundo o juízo dos de origem, não serve para os “brasileiros”. Neste sentido, ter o nariz chato, incomoda, tanto quanto não ter os olhos azuis. Tudo isso fica simplificado no paradoxo *olhos azuis x nariz por toda a cara*.

A saída encontrada pelos “brasileiros” está no fato de que tal grupo não vê a possibilidade de canalizar suas iniciativas de construção identitária em um foco concreto de aglutinação que contemple elementos de solidariedade e coesão em torno de parâmetros culturais positivos, capazes de garantir socialmente uma visão de mundo que insira novas perspectivas de avaliação estética.

Até o presente momento, as falas apontaram para a consolidação de um conjunto de características, prefigurando a beleza física dos “de origem” e a decodificação da imagem dos “brasileiros” em torno dessas características. Tal decodificação em sua reconstrução sofre um sistemático processo de negação.

O processo de negação representa o segundo momento de explicitação dos juízos estéticos dos brasileiros na linguagem que flui no cotidiano escolar. Verificamos isso, quando tentávamos compreender os efeitos psicológicos das chamadas “*vizagens*”³¹ no imaginário dos “brasileiros”, a partir de um levantamento de histórias e lendas ouvidas pelos alunos na infância.

Diante das narrativas, nos damos conta de que as *vizagens* representavam um fenômeno tipicamente rural e de que estavam distantes da maioria absoluta dos alunos da

³¹ Em diálogo informal com descendentes de “brasileiros” e “de origem”, percebemos que, vez por outra, eles se reportavam ao fato de terem ouvido ou contado algo sobre *vizagem*. Em determinado momento, comentou-nos um descendente de italiano, filho de imigrante, que gostava de contar história sobre *vizagem* para assustar os “brasileiros”. Nesse sentido, desejávamos construir uma análise do impacto dessas histórias no imaginário tanto de um grupo, como do outro. Sendo assim, preparamos uma seção de entrevistas em que estabelecemos um diálogo em torno das histórias infantis que os alunos lembravam da infância. O diálogo levou a abandonar a análise que desejávamos fazer para discutir como se processa a negação fenotípica dos “brasileiros” no contexto da conduta oral dos “de origem”.

A mudança de direção aconteceu por dois motivos. O primeiro, pela insuficiência de elementos, e o segundo, pela riqueza dos elementos que nos foram fornecidos pelos depoimentos.

escola. No entanto, as histórias narradas foram importantes para o nosso estudo, por permitir uma leitura da minimização dos traços físicos dos “brasileiros”.

Dentre as narrativas contadas encontramos dois níveis de abordagem, que podem ser separados da seguinte forma: o primeiro, compreende contos e histórias tradicionais, presentes no imaginário popular brasileiro, como a do boi tatá, da mula sem cabeça e da Branca de Neve; o segundo nível de narrativa foge a este padrão. Trata-se das histórias do *Sanguanel* e do “caporá”. As duas foram contadas por alunos descendentes de italianos e revelam uma característica bastante regional, sobretudo a primeira, uma vez que a segunda narrativa representa uma adaptação da história do bicho caipora.

As duas narrativas, segundo os alunos, foram contadas pelos avós, indicando tratar-se de uma construção que remonta um período próximo aos primeiros contatos entre os “de origem” com os “brasileiros”. Vejamos o conteúdo dessas narrativas, que para nós, representa um ponto de partida no entendimento da estereotipia construída na região.

Primeiramente, descreveremos o *Sanguanel*, cujo conteúdo se apresenta com estas características:

*O Sanguanel era um bicho que pegava as crianças pequenas
Levava para um lugar sujo e cheio de espinhos
É por isso que nunca a gente deve deixar as crianças sozinhas
Ele leva as crianças para longe.
Elas sofriram muito e não sabiam mais voltar para casa.
O Sanguanel é um bicho que tem três garras fortes
Tem dois dentes grandes e chupa o sangue das crianças também.
Era um bicho bem feio e assustava, porque tinha os olhos grandes a cor bem preta.
Quando eu ouvia esta história, eu ficava com muito medo.*³²

A história faz parte do imaginário italiano. É uma lenda que, por muito tempo, foi contada no meio de famílias italianas e diz respeito a um animal que traduz uma mescla híbrida de homem com cachorro ou com lobo. É uma versão muito próxima da história do lobisomem.

A história apresentada às crianças descrevia essa criatura como um animal muito feio, com hábitos preferencialmente noturnos e que costumava atacar pessoas que andavam de noite, independentemente de ser homem ou mulher, de estar a pé ou a cavalo, o meio de transporte mais importante no início da colonização do Oeste.

³² A narrativa foi feita por um aluno descendente de italianos, do sexo masculino

Embora não representasse uma figura mitológica, o sanguanel tinha, conforme definem alguns descendentes de italianos, o poder de mexer com a imaginação infantil, pois ele também gostava de pegar as crianças.³³

Vista no contexto em que foi descrita pelo aluno, num primeiro momento, a narrativa revela que a história cumpria uma dupla finalidade. Em uma primeira instância era uma referência normativa, um instrumento pedagógico, de caráter disciplinador, com uma base de referência em características que atualizavam traços físicos dos “brasileiros”. Num segundo plano, impunha-se como um parâmetro de diferenciação estética, traduzida na frase: “era um bicho bem feio e assustava, (...) a cor bem preta”.

Portanto é possível perceber que, precocemente, os descendentes dos “de origem” são colocados diante de um rígido modelo imaginário, no qual a cor preta funciona como diferencial entre a existência e a inexistência da “origem”, vindo associado ao adjetivo “feio”.

A associação não fica limitada unicamente no campo da estética. Explicita outros atributos que induzem a uma complexa associação entre a cor preta e o sentimento de medo que ela representa ao estar ligada a um ser que “chupa o sangue” ou então, leva “as crianças para longe”.

Já a narrativa do *caporá*, que a rigor representa uma adaptação da lenda do bicho caipora, conhecida em grande parte do Brasil, é mais contundente, por enfatizar com maior veemência, a negação de alguns elementos biótipos dos “brasileiros” como podemos observar:

*O caporá é uma negona com unhas de 11 cm e bem afiadas.
Em noites de lua cheia é uma mulher bonita, loira.
Depois que ela pega o piá, se transforma em uma negona feia e braba de cabelos enrolados e compridos.
Tem a teta que é um bico de pontuda e mete as unhas onde não pode.
O caporá, mora em Herval d'Oeste.
Lá é o lugar preferido dela
É uma coisa muito perigosa, porque quando ataca o piá ele logo fica passivo.*³⁴

³³ Essas características do sanguanel nos foram passadas por Antônia Filippim, residente no município de Água Doce, descendente de italianos. Afirmou que era uma história muito comum e estava presente entre os primeiros habitantes italianos que passaram a residir no Oeste e Meio-Oeste do Estado

³⁴ A narrativa provém de um aluno pertencente ao grupo dos “de origem” (italiano), do sexo masculino.

A narrativa coloca-nos diante de uma interpretação dualística, ou seja, a lógica original da narrativa teve seu sentido alterado de sorte a traduzir o contexto relacional prefigurado por “brasileiros” e “de origem”, ficando acentuada a construção de uma imagem pejorativa dos “brasileiros” no que diz respeito às suas características físicas.

Podemos dizer que a mutação que fez do bicho caipora, o *caporá*, tem como ponto de partida uma sociedade particular e representa um momento de produção simbólica capaz de dar sentido a um tipo de relação muito específica que retrata o contexto delimitador das interações entre dois universos culturais justapostos no Oeste de Santa Catarina. Traduz um conjunto de verdades implícitas, de decretos subjetivos que retratam a tensão entre “brasileiros” e “de origem”; mais especificamente, um ideal minimizador do segundo grupo sobre o primeiro.

A caracterização do *caporá*, ajuda a entender que no contexto relacional destes grupos, os estereótipos e os preconceitos cumprem uma função pedagógica ao explicitar o universo de cada grupo referendado na história e, neste caso, está inclusa na dinâmica cultural dos “de origem”, servindo como parâmetros na avaliação dos traços físicos e procedimentos de conduta dos “brasileiros”.

Dentro do contexto original da aproximação entre os “brasileiros” e os “de origem”, as referências de avaliação estética assumem conotações específicas na lógica hegemônica das relações, servindo como afirmação dos “de origem” frente aos “brasileiros”.

A colocação se mostra de forma paradoxal quando os juízos propostos na narrativa explicitam, subsumidamente, um valor estético positivo dos “de origem”. Em contrapartida, o contrário ocorre em relação aos “brasileiros” que, por força de uma avaliação hegemônica negativa, têm sua imagem dissolvida e, neste caso, reconstruída negativamente dentro do esquema cultural dos “de origem”.

Na reconstrução, parece haver um pacto hegemônico que, forçadamente, faz com que os “brasileiros” sejam reconhecidos numa perspectiva estética inferior, associada a um comportamento heterodoxo, como aparece na fala:

A nossa vizinha se separou do marido. Ontem eles brigaram foi uma baixaria. Todo mundo que mora na rua ouviam o que eles gritavam. Uma hora ele falou: - ninguém vai te querer,

*prá tu conseguir alguém, só se for um nego, feio do pé bem rachado, que não tenha nem onde cair morto e ainda tu vai ter que pagar prá ele ficar com você.*³⁵

A fala, apresenta um conjunto de fatores que acompanham a negação estética dos “brasileiros”. Como nas estórias, podemos ver uma referência que tem como matriz principal a mais importante unidade de identificação social dos “brasileiros”, na visão dos “de origem”, que é a pele escura. Da mesma forma esta unidade de referência é acrescida do adjetivo *feio*, associado, de forma singular, ao grupo externo ao mundo dos “de origem”.

Partindo dessas considerações, podemos dizer que o conteúdo presente nas duas narrativas, como também na falas subseqüentes, propõe um primeiro plano de avaliação estereotipada dos “brasileiros” que inclui uma classificação fenotípica cujo padrão de beleza é incompatível com o julgamento estético dos “de origem”.

O julgamento revela um complexo avaliativo assimétrico. De um lado, ressalta negativamente a beleza dos “brasileiros”, e, de outro, exalta estética dos “de origem” como por exemplo, na determinação da loiricidade do caporá, acompanhada pelo adjetivo “*bonita*”, como se este atributo estivesse naturalmente incorporado à constituição orgânica dos “de origem”.

É importante destacar que num sentido mais restrito, a emergência dos atributos positivos, referente aos “de origem”, ocorre em um momento específico, ou seja, em “*em noites de lua cheia*”, sem a escuridão da noite. Com isso, a imagem do grupo culturalmente hegemônico é translúcida e não fica relacionada a qualquer dispositivo que nivele esteticamente os dois grupos.

O estereótipo que identifica os “brasileiros” como feios, desprovidos de atributos estéticos, manifesta-se de forma muito precoce no contexto escolar. Identificamos essa realidade de forma acidental, no momento em que observávamos o desfile do dia 7 de Setembro de 1998.

³⁵ Comentário de uma aluna cujos pais são descendentes de italianos. O sobrenome do casal mencionado indica que também eram descendentes de italianos. Um dado importante que confirma o fato de não serem “brasileiros” foi o comentário paralelo da menina para um colega com o seguinte teor: “foi uma verdadeira vergonha aquela briga. Parecia o pessoal da favela”.

Na referida data, assistíamos ao desfile estudantil do Município de Joaçaba. De súbito, um grupo de 5 crianças que já haviam desfilado, postaram-se em nossa frente e, eufóricas, observavam atentamente as escolas na avenida.

Por um certo tempo, algumas unidades escolares desfilaram, até que uma, de modo especial, chamou a atenção das crianças. Ficaram atentas às alegorias que passavam. Tratava-se de três cenários distintos, caracterizando: a chegada dos portugueses, o seu encontro com os índios e o período escravagista. Neste último via-se o clássico cenário representando os escravos acorrentados. Tudo estava montado de forma tradicional, retratando um entendimento positivista e linear da História brasileira.

A passagem dos “índios” e “portugueses” causou euforia nas crianças, que reagiram com ar de aprovação ao que estavam observando. No entanto, o cenário mostrando os “escravos acorrentados” causou uma reação oposta, acentuando-se assim, o fenômeno da distinção negativa. Então, após uma ligeira troca de olhares, um deles, de forma espontânea, manifestou-se com a seguinte frase: “*Negrinhos da África Ecks*”.³⁶

O contexto que envolveu o fato era simples. Supomos que poucas pessoas perceberam, por ter parecido uma reação natural das crianças, ou, diríamos ainda, uma inocente manifestação infantil digna de risos.

Embora de forma simples, a reação mostra uma realidade presente no pensamento social. É uma visível manifestação do confronto que perpassa a relação entre “brasileiros” e “de origem” e traduz as diferenças entre distintas culturas. Defendemos a idéia de que tal confronto representa um momento de aprendizado das crianças, em que elas se exercitam no processo de demarcação das diferenças. É um momento próprio da faixa etária, manifestando a existência de um pensamento social em torno dos grupos que interagem na região, pois “O pensamento humano é rematadamente social: social em sua origem, em suas funções, social em suas formas, social em suas aplicações (...) - seu habitat natural é o pátio da casa, o local do mercado e a praça da cidade” (GEERTZ 1989: 225). Por ser social, também o juízo que é fruto do pensamento humano, neste caso, teve um efeito cognitivo sobre as crianças, levando-as a estabelecerem patamares de diferenciação étnica.

³⁶ A expressão, na região, denota um sentimento de nojo e desprezo.

O contexto regional que determina este embate de identidades parece oferecer-nos uma oportunidade ímpar para o conhecimento da força sectarizadora do juízo estético, pois naquele momento, a manifestação de repúdio formaliza o desprezo pelos traços fenóticos dos “brasileiros”, representados especificamente pelos negros.

A razão da exclusão dos indígenas no julgamento estético pejorativo das crianças está no fato de que tal grupo até agora tem habitado o imaginário delas de forma exótica, bonita e romântica. A caracterização, ou seja, as penas, as flechas, a lança, confundiu a opinião da criança. O mesmo não ocorreu com os negros, pois, no universo das crianças, já havia se concretizado a concepção pejorativa construída em torno da cor da pele. Essa situação decorre dos procedimentos familiares e, também, da forma como a escola trabalha as questões ligadas à etnia.

A maneira tradicional com que a escola, na região, concebe o índio e o negro não traduz o papel social que essas duas etnias desempenham no contexto da visão sectarizada, que não distingue um do outro quando os coloca na categoria genérica dos “brasileiros”. Isso revela que as crianças assimilaram a figura do negro a partir das informações pejorativas que receberam da família e, também, do modelo dogmático em que essa etnia figura como escravo submisso. Em contrapartida, a imagem que as crianças fazem do índio vem dos filmes que assistem em casa e da visão infantilizada com que essa etnia é trabalhada na escola. Podemos usar como exemplo, o complicado hábito pedagógico de transformar os pequenos cara-pálida em “índios”, no dia 19 de abril.

Dois momentos importantes podem ser ventilados na associação feita entre a imagem do índio com a do negro. O primeiro diz respeito ao fato de que em algum momento de suas vidas, as crianças voltaram para suas casas pintadas de índio e foram ovacionadas pelos pais e amigos. Não foram discriminadas por isso. Conseqüentemente, quando os índios desfilam, elas se recolocam no contexto da ação.

O mesmo não acontece em relação aos negros, pois precocemente aprendem na família, que eles são pessoas ruins, que podem “pegar”. Por isso, a passagem dos indivíduos representando o grupo afro brasileiro, despertou o sentimento de medo, desprezo e nojo, manifestado na expressão “Ecks”.

A situação reforça a idéia de que existe uma intolerância em relação à aparência externa dos “brasileiros”, circunstancialmente manifesta no negro, mas que, no conjunto social, estende-se a todos os que não possuem “origem”.

Diante dessa situação, podemos nos perguntar em que momento acontece a unificação das duas etnias no grande bloco dos “brasileiros”? Naturalmente, não é possível estabelecer um tempo para isso. No entanto, a convivência com o grupo de pertença funciona pedagogicamente como um forte instrumento modelador de imagem e leva o sujeito a construir uma referência associativa entre a cor dos índios e a cor dos negros.

5.3. Variável Ético-moral

Um terceiro nível de emergência dos estereótipos contempla uma variável ético-moral. Neste contexto, as caracterizações servem como determinações sociais dos “brasileiros”, ficando desenhada a imagem do grupo como portador de um padrão social de comportamento heterodoxo, sendo visto como agressivo.

Retomando a narrativa do *caporá*, podemos delimitar, na estória, alguns elementos de natureza comportamental que podem ser associados a procedimentos sociais de natureza agressiva dos “brasileiros”, a partir de critérios construídos pelos “de origem”.

Os argumentos apresentando a criatura como “braba”, com unhas de 11 cm de comprimento e bem afiada, coincide com o período de metamorfose, em que ela deixa de ser “loira bonita” para se transformar em uma “negona braba”, agressiva.

O mesmo perfil do “capora” presente na narrativa, é semelhante ao que encontramos no imaginário social dos “de origem” que é tido como prerrogativa deste grupo, para caracterizar os “brasileiros”.

Percebe-se também que o conteúdo da fala é uma constância na região Oeste de Estado e por suas características pode facilmente identificado no discurso cotidiano. A fala que segue, ajuda-nos a entender a questão ao definir que:

A maioria da população de Barra Verde, local de passagem do Oeste para Campos Novos, litoral e norte, era negra, que trabalhava nas roças e no corte de madeira. Eram pessoas de pouca cultura cujos filhos no final de semana faziam algumas comrinhãs e se

*amontoavam pelos cantos. Depois passavam a beber, brigar entre eles, correr atrás um dos com facção. Aí passavam a brigar também com os brancos.*³⁷

O texto envolve os “brasileiros” em uma complexa atmosfera de negatividade. Não só reforça a imagem de serem violentos, como também, atribui-lhe característica de inculto em um contexto em que o nível de escolaridade era baixo em ambos os grupos. Por isso, o termo “*inculto*” refere-se a habilidades para algumas tarefas consideradas mais especializadas, como a confecção de objetos ou, até mesmo, a administração dos bens. Ou, ainda, a característica de promíscuo, visível na frase “se amontoavam *pelos cantos*” que, a rigor, tinha e tem uma referência direta à maneira com que este grupo concebia a relação familiar e as aproximações afetivas, julgada relativa e flexível pelos “de origem”.

Fica evidente que a violência era um fenômeno típico do grupo e que, eventualmente, se transformava em provocação para os “de origem”. “*Aí passavam a brigar também com os brancos*”. A transposição desse pensamento para a contemporaneidade acentua a idéia de que, diante dos “brasileiros”, é preciso ter cuidado. O temor funciona como um mecanismo de defesa e se mantém em função da estereotipia que define o “brasileiro” como portador de uma personalidade agressiva.

O suposto juízo em torno da conduta dos “brasileiros” não leva em consideração duas realidades importantes: a primeira é a de que o comportamento desses indivíduos é proporcionalmente inverso ao processo de negação que lhes é imposto; a segunda é a de que a agressividade é uma característica que pode estar presente em qualquer grupo, inclusive entre os “de origem”, como retrata a fala que segue:

*Meu avô disse que bem pertinho de onde funciona o Quartel de Polícia, lá em Herval d'Oeste, tinha um clube que só ia preto. Chamavam de “clube dos morenos” Ele disse que às vezes quando tomava um pouco de bebida, pegava a arma e convidava alguns amigos e apareciam no clube. Botavam todo mundo prá fora e ficavam de dono da festa, se divertindo o quanto queriam.*³⁸

³⁷ A fala provém de uma entrevista concedida por Odete F a Cylo Dariva no mês de julho de 2000. A entrevistada pertence à etnia italiana. O contexto descrito na fala refere-se aos anos de 1930 a 1940. **Barra Verde** era uma localidade que, atualmente compõe o município de Herval d'Oeste. Lá havia uma madeira com muitos peões (camaradas). A grande maioria pertencia ao grupo dos “brasileiros”, com um percentual de mestiços e um de negros, alguns deles provenientes do município de Campos Novos, mais especificamente da comunidade identificada como a “Corredeira dos Negros”. Neste contexto, é importante ressaltar que a palavra **negros** compreende a totalidade dos não brancos que viviam no local.

³⁸ Fala de um aluno descendente de italianos.

As duas últimas falas expõem um contexto real das relações vivenciadas pelos dois grupos. No entanto, os juízos pejorativos manifestam-se de forma diferente. Acontecem de acordo com as premissas ideológicas dos “de origem” e explicitam uma superioridade emocional e cultural, quando indiretamente, se colocam como vítimas das provocações e, no momento em que reagem, conseguem mostrar um completo domínio sobre a situação, ao se sentirem como o “*de dono da festa*”.

Além da violência, uma outra estereotipia, no âmbito da conduta ético-moral, acompanha os “brasileiros”. Eles são vistos como desconfiados. Esta teoria, como vimos no Capítulo anterior, foi sustentada por THOMÉ, 1992, quando o autor defende a idéia de que os “brasileiros” são portadores de uma “índole” que compreende a soma de vários atributos tais como: *lentidão de pensamento, lentidão nas ações e desconfiança*.

O estereótipo apontando os brasileiros como “desconfiados” tem uma dupla interpretação. É necessário que se entenda o contexto em que ele é usado. Existem momentos nos quais sua aplicação está ligada à postura dos “brasileiros” em manter um certo distanciamento tácito dos “de origem”, que se explica no contexto histórico das relações.

Em outra perspectiva, o termo “desconfiado” tem uma ligação direta com a idéia de agressivo, ou seja, os “brasileiros” estariam sempre propensos a agredir ou, então, a desestruturar a tranquilidade social.

Quando perguntamos aos alunos se, alguma vez, eles ou um membro da família brigaram, foram ameaçados ou sentiram medo de alguém que pertencia a uma outra etnia, eles foram unânimes em afirmar que não existe relação entre o fato de ser brigão com a cor das pessoas. Falaram que, na escola, todo mundo havia brigado com muitas pessoas. Pouco a pouco, foram surgindo outras considerações, como por exemplo:

Eu não acho que a coisa é bem assim. Às vezes, tem a ver com a raça da pessoa, pois o nosso vizinho, um que morava no ônibus, era bugre. Só incomodava. Os bugres só incomodam, pois são gente muito ruim e desconfiada. Dizem que são malvados, eu não sei. Os que moravam no ônibus, incomodavam, que era só prá vê e estavam sempre prontos para brigar. Faziam provocação prá todo mundo. Só sei que quando eles bebiam, não dava prá encarar. Eles eram tão ruins, que quando a gente pegava água de uma fonte que

*tinha perto de onde eles moravam, eles iam lá fazer as necessidades na água. Por isso eu acho que às vezes a cor influencia no que a pessoa é.*³⁹

A fala nos coloca diante de um emaranhado de questões voltadas a delimitar um perfil comportamental dos “brasileiros”, em que podemos reunir dois estereótipos mencionados, ou seja, os “brasileiros” são agressivos porque *incomodam, fazem provocações* e, também, desconfiados, uma vez que, na avaliação dos “de origem”, estavam sempre vigilantes, na expectativa de confrontarem com alguém.

Em uma relação objetiva entre o procedimento do *caporá* e os depoimentos subseqüentes, podemos notar que as garras usadas pela criatura no ataque às suas vítimas assumem duas formas distintas: a primeira, é a de facão que servia como instrumento de provocação, como frisa a fala; a segunda, vista no último depoimento, recai nos procedimentos heterodoxos deste grupo, que é acusado de criar um sistema psicológico de perturbação que compreende, de modo particular, a agressão verbal.

A caracterização dos “brasileiros” *que moravam no ônibus* como pessoas violentas e desconfiadas, desconsiderava o fato de que eram continuamente pressionadas para deixarem o local. Não considerava também, que as ações das pessoas identificadas tinham a finalidade de defender o espaço de sobrevivência que lhes restava.

O enquadramento dos procedimentos adotados por essas pessoas, em um plano global de conduta dos “brasileiros”, identificados nas duas últimas falas como “negro” e “bugre”, em estereótipos como agressivos e desconfiados, mostra que as categorias estereotipadas emergem de um contexto social e funcionam como um terreno de convivência respeitosa entre italianos e alemães, que, historicamente, apresentam divergências culturais significativas, ao mesmo tempo que representam um pólo sistemático de negação das “minorias”, ou seja, dos “brasileiros”, como sugere a frase:

*Eu acho que não é nada contra os pretos, mas quando a gente vem sozinha na rua e encontra um, dá um medão. Parece que eles vão investir contra a gente.*⁴⁰

³⁹ Depoimento de um aluno do sexo masculino, morador em uma área intermediária entre a cidade de Joaçaba e o interior. Quando mencionou que os vizinhos moravam no ônibus, estava se referindo a uma família descendente de índios que moravam em um furgão abandonado próximo a sua residência. Um diálogo com o pai do rapaz ajudou a confirmar o sentimento de desconfiança e desprezo para com os “moradores do ônibus”.

⁴⁰ Depoimento de uma aluna descendente de alemães.

Os estereótipos, apontando os “brasileiros” como violentos e desconfiados, induzem os “de origem” a desenvolver pensamentos idênticos ao que está posto na fala. Podemos dizer mais: a fonte desse sentimento de medo, fundamentado em um juízo a priori do comportamento dos “brasileiros”, tem várias origens. Dentre elas mencionamos, conforme comentamos anteriormente, o fato dos “brasileiros” serem identificados como sinônimo de perigo, ou como uma força negativa, capaz de “pegar” as crianças e afastá-las do convívio familiar, como explicita a estória do *sanguanel*, reforçada em manifestações orais com o seguinte conteúdo:

*Quando eu era pequena, a gente veio de Marau morar em Joaçaba nas terras dos meus avós. Na frente da propriedade, sempre passava uma família de pretos e eu me escondia, porque o pai e a mãe diziam que eles pegavam as crianças.*⁴¹

A veiculação da imagem dos “brasileiros” como instrumento de coação infantil, produz em meio aos “de origem”, um processo de rejeição a este grupo, como ficou evidente no depoimento.

É importante frisar que a palavra preto, da forma como se apresenta, compreende a categoria “brasileiros” unificados no referendo da coloração da pele. Por isso, o fato de *pegar* as crianças fica matizado pela associação da cor da pele e procedimento comportamental agressivo.

As considerações permitem-nos entender que o uso de uma imagem étnica, no caso, a dos “brasileiros,” de forma inconveniente, impede a manifestação do outro em sua totalidade humana, ou seja, o outro deixa de ser reconhecido como homem e nesse caso, no universo infantil, não se distingue do animal, seja ele o “caporá” ou o “sanguanel”.

Do ponto de vista ontológico os “brasileiros”, nas condições descritas, foram transformados em um ente sem sentido no fluxo da interação hegemônica que acompanha sua convivência com os “de origem”.

Portanto, é evidente que não foi permitido às crianças perceber que:

*Entre os entes ou coisas que aparecem no mundo, que se manifestam no sistema juntamente com os instrumentos, há um absolutamente *sui generis*, diferente de todos os outros. Junto às montanhas, vales e rios; junto às mesas, martelos e máquinas, irrompe diariamente em torno de nós o rosto de outros homens” (DUSSEL, 1980: 46).*

⁴¹ Depoimento de uma menina descendente de italianos

Num sentido restrito, podemos dizer que os “brasileiros” permanecem na condição de entes, vistos em uma perspectiva maniqueísta onde são colocados como ruins, o pólo negativo da sócio-convivência em oposição ao grupo hegemônico tido como o lado bom da sociedade.

5.4.Os Estereótipos e a Socio-convivência nas Interações de “Brasileiros” e “De Origem”.

Pela análise da conduta oral dos alunos envolvidos na pesquisa, percebemos que a presença dos estereótipos, no Oeste do Estado, cria um clima de instabilidade entre “brasileiros” e “de origem”, manifestado em dois momentos distintos, ou seja, nas aproximações matrimoniais e nas opções de lazer.

Interessa-nos analisar esses momentos, de modo especial o primeiro, que é particular em nossa análise. Aqui as manifestações foram mais acentuadas e nos foi possível perceber com maior nitidez a influência da ideologia da democracia racial, como atenuante da interação entre os dois grupos.

Segundo TOLRA, 1997, o casamento representa uma instituição vital para uma determinada sociedade e sua origem não estaria nos indivíduos, mas nas relações que os grupos estabelecem na sociedade. Nesse sentido, representa, segundo o autor, uma instituição anterior ao indivíduo.

O autor defende a idéia de que as regras controladoras das opções matrimoniais são estipuladas pelo grupo, pela família. Desta forma, entendemos que as alianças matrimoniais estão diretamente relacionadas com o modelo estrutural da sociedade em que os grupos constroem suas interações. Por isso, entendemos que as aproximações matrimoniais são permeadas pelos mesmos estereótipos e preconceitos, presentes na sociedade onde os grupos estão inseridos.

Partindo desse entendimento, podemos construir uma leitura do contexto que envolve as buscas conjugais de “brasileiros” e “de origem” em regiões de predominância e hegemonia ítalo-germânica.

A temática, como nos lembra AZEVEDO, 1987, já foi amplamente pesquisada por geneticistas brasileiros, envolvendo, por exemplo, casais nordestinos, da Bahia e do Sul de Minas Gerais, em que se analisou o processo de escolha para a concretização das relações conjugais. Em uma pesquisa, envolvendo mais de dois mil casais, constatou-se que a maioria absoluta prefere pessoas da mesma cor para o casamento.

O fenômeno também se repete no Oeste de Santa Catarina. A organização das antigas colônias serviu, por muito tempo, como um condicionante nas escolhas matrimoniais. Induzia os indivíduos a buscar em seu grupo de origem o futuro companheiro.

A atual conjuntura que rege a vida das pessoas que vivem neste espaço não contempla a mesma rigidez de outrora. Os casamentos entre “brasileiros” e “de origem”, são freqüentes. No entanto, os estereótipos e os preconceitos que circundam a realidade se mantêm dentro do contexto social.

Os estereótipos que determinam a resistência à convivência conjugal de pessoas etnicamente diferenciadas, no Oeste do Estado, emergem de forma sutil e paradoxal em todos os contextos sociais, criando situações inusitadas. Um exemplo deste paradoxo pode ser visto no seguinte diálogo:

*Olha, minha prima não tem a cor preta, mas ela falou lá em casa, que quando namorava meu primo, sofria uma barra porque os pais dele são descendentes de italianos e diziam que ela era negra. Não queriam que eles namorassem. Ela disse que sofreu bastante até se acostumar com a idéia. Hoje eles não falam mais nada e vive todo mundo bem, se gostando e feliz.*⁴²

A fala evidencia uma realidade já mencionada anteriormente, ou seja, os estereótipos e os preconceitos, historicamente construídos, servem como uma barreira que dificulta a aproximação dos grupos em questão. Com isso, nem sempre floresce o interesse pelo conhecimento intergrupar que, além de criar situações desta natureza, produz uma espécie de gueto simbólico, funcionando como um convite para que “brasileiros” e “de origem” permaneçam vivendo cultural e fisicamente separados.

⁴² Fala de um aluno descendente de portugueses, argumentando favoravelmente ao casamento entre pessoas de etnias diferentes. A fala foi provocada pela pergunta: você acha legal o casamento entre pessoas de raças diferentes?

Esta situação abre-se para nós como um tema de investigação a posteriori, ou seja, é importante entender como objetivamente as pessoas são acolhidas em seu novo grupo de convivência e como se consolida o papel de esposo ou esposa, em um grupo habituado a um constante estranhamento social, cultural, econômico e étnico.

Voltando à fala, podemos dizer que ela se dá em um contexto marcado por antecedentes que fazem parte da história das pessoas. No caso dos casamentos entre indivíduos etnicamente diferenciados, foi possível perceber que os alunos dialogavam sobre o assunto em suas casas. Por isso, quando lhes perguntamos qual era a posição dos pais quanto à união de pessoas de raças distintas, obtivemos dois níveis de resposta: um era favorável e o outro, contrário aos argumentos.

No primeiro caso, os argumentos favoráveis davam conta de que não havia problema em casa quanto à união intergrupar, como veremos:

*Minha mãe disse que esta coisa de cor é pura bobagem. O que importa é a pessoa ou: Na minha casa, todo mundo pensa que estas coisas não tem nada a ver com a pessoa. Cada um deve fazer o que achar melhor. O pai, por exemplo, diz que não é ele que vai casar e que por isso, cada um casa com quem quiser.*⁴³

O depoimento é complexo, porque envolve terceiros. Não foi extraído da fonte. No entanto, ele é muito rico e deve ser considerado em nossa investigação por várias razões: primeiramente porque trata de um problema complexo que é a relação de gênero construída nesta região, onde a objetização da mulher parece ser uma constância na maioria das famílias; além disso, parece-nos necessário entender a dimensão do processo de humilhação da mulher, muito bem explicitado na fala que a coloca em um patamar inferior a dos “brasileiros”.⁴⁴ Num segundo momento, queremos atribuir uma relevância ao texto, em nossa pesquisa, porque ele emerge em um contexto particular, que é a interioridade de um lar. Seu pronunciamento vem acompanhado de um sentimento de ódio e, por isso, ele pode expressar com muita veemência o que representa ser “brasileiro” na ordem da convivência social.

⁴³ Fala de uma menina descendente de italianos.

⁴⁴ Na região que compreende o nosso espaço de pesquisa, percebemos um acentuado patriarcalismo manifesto na dominação feminina. Por isso, acreditamos que se faz necessário a elaboração de uma análise sistematizada do processo relacional que envolve homem-mulher. Seria fundamental que tal estudo contemplasse a mesma ordem esquemática que coloca separadamente os indivíduos no bloco dos “de origem” e dos “brasileiros”.

Há uma terceira realidade a ser salientada, sendo a que mais interessa no momento, pois ela traduz uma instância de oposição aos argumentos favoráveis à união conjugal entre “brasileiros” e “de origem”. As colocações apontam para a idéia de que uma verdadeira relação no plano conjugal não deve acontecer entre pessoas etnicamente diferenciadas, predominando a máxima de que a união verdadeira só é possível entre os iguais, ou seja, superior com superior e inferior com inferior.

Ser igual, significa ter a pele clara. Quesito que é apontado como o ponto de partida para o nivelamento das pessoas. Isto porque a cor, como vimos anteriormente, é o elemento que identifica as pessoas dentro da conjuntura que determina a classificação social em dois blocos divisionais, representado no esquema “brasileiros” x “de origem”.

A fala traduz uma forma específica de negar o real-histórico dos “brasileiros”, para torná-los alvo de uma valoração pejorativa que se explicita em discursos como este, mas é uma realidade introjetada na consciência dos “de origem”. Os argumentos que se opõem a aproximação entre os dois grupos tem como matriz a desclassificação genérica, ou o que chamaria de coisificação dos “brasileiros”.

As considerações que tecemos ajudam a compreender que as afirmativas negando as relações conjugais interraciais entre os habitantes do Oeste se mostram de forma paradoxal, ao proporem indiretamente uma condição para essas aproximações, ou seja, os “brasileiros” devem ser levados a mudar sua personalidade na interação, tornando-se “de origem”, para serem aceitos no contexto da convivência familiar.

Partindo destas considerações, pode-se dizer que no Oeste de Santa Catarina, “o sentimento coletivo dominante é contrário às uniões heterocrômicas pelo casamento, particularmente na esfera superior de classificação e convívio social” (AZEVEDO, 1975:71). A oposição a esta forma de união é respaldada por estereótipos que minimizam socialmente os “brasileiros” como, por exemplo, a afirmação de que são preguiçosos e desonestos.

A condenação das aproximações matrimoniais entre os dois grupos tende a ser justificada, como vimos, pelo comportamento social inadequado dos “brasileiros” que, na visão do grupo hegemônico, são preguiçosos e perigosos.

Os depoimentos mostram a incompatibilidade entre o discurso da democracia étnica e a realidade que determina a efetiva convivência das pessoas; apontam a existência de um campo de temeridade entre os “de origem” quanto à possibilidade de perda do sentimento de pureza étnica, renovado nas ações culturais que alemães e italianos mantêm como referência interna de grupo. Neste contexto, admitir a união entre “brasileiros” e “de origem” representa o empobrecimento da dimensão épica, da exaltação do sentimento civilizatório, presentes no imaginário cultural dos “de origem”.

Assim, a negação de uma convivência plural, no plano relacional entre “brasileiros” e “de origem”, recai, como revelam as falas, na rejeição depreciativa, sustentada em premissas estético-biológicas ou, então, comportamentais.

Um segundo momento de interferência dos estereótipos na sócio-convivência de “brasileiros” e “de origem” aparece no momento em que os alunos manifestavam suas preferências no lazer. Aqui, de forma mais branda, emerge o mesmo processo de tensão verificado nas restrições que se interpõem às aproximações matrimoniais, como sugere o depoimento:

Eu e minhas amigas já decidimos que não vamos mais no clube União. Tem dias que era tudo bem e a gente até aproveita bastante. Mas tem outros, que não é legal aparece uma negadinha querendo dançar com a gente. Não tem nada a vê, más é que eles bebem e gostam de confusão.⁴⁵

Há várias formas de interpretar a fala: primeiramente, ela sugere que a condição de tranqüilidade do baile é quebrada pela presença de pessoas etnicamente identificadas no grupo dos “brasileiros”. Com isso, sugere-se que, a rigor, cada grupo deveria ter seu clube ou, então, que houvesse um impeditivo formal da participação dos “brasileiros” em um espaço de lazer de hegemonia dos “de origem”.

A frase “querendo dançar com a gente” revela outra realidade, que é um certo sentimento de superioridade, ou seja, indica que os grupos se encontram em diferentes níveis e que o interesse dos “brasileiros” em dançar representa uma afronta, pois são considerados inferiores.

⁴⁵ Depoimento de uma menina descendente de italianos. O nome União é fictício. Achamos prudente manter o anonimato do clube bem como sua exata localização.

É importante ressaltar que o preconceito presente no conteúdo da fala tende a ser atenuado na expressão “*Não tem nada a vê, más é que eles bebem e gostam de confusão*”, pois a fala não considera a realidade de que a grande maioria das pessoas que vai ao baile bebe, ficando sujeita à “confusão”.

O afunilamento da idéia de que somente a *negadinha*, ou seja, de que os “brasileiros” são propensos a desestruturar a harmonia em momento de diversão, tem sua origem nos estereótipos que envolvem a conduta do grupo, como vimos anteriormente. A situação reforça mais uma vez que se trata de um posicionamento proveniente de um contexto social marcado pela tensão étnica e que se explicita em circunstâncias desta natureza.

Dentro da mesma linha de argumento, encontramos outra fala, com um teor semelhante, ou seja:

*Ontem tinha jogo do Joaçaba e a gente foi num grupo de pessoas. Tava todo mundo tranqüilo e de repente chegou um pessoal lá e ficou na nossa frente. Não paravam sentados, e a gente não conseguia ver o jogo direito. Perturbaram o tempo todo. Diziam palavrão. Quando a gente pediu para eles sentarem, ficaram furiosos. Depois nós comentamos que os brasileiros são bastante agitados.*⁴⁶

O conteúdo das falas indica dois ambientes distintos de aglutinação populacional. No entanto, traduzem um mesmo contexto no que diz respeito à relação entre “brasileiros” e “de origem”. Coloca em evidência duas formas comportamentais estereotipadamente padronizadas no contexto social.

Vimos que há no discurso um padrão que reproduz o olhar dos “de origem” sobre os “brasileiros”, dando conta de que a herança cultural dos dois grupos, particularizada na conduta ético-moral, faz com que um grupo consiga manter um contexto onde “Todo mundo é tranqüilo”, ao passo que o outro permanece “agitado” ou, então, demonstre um comportamento agressivo, ao ficar “furioso” diante da solicitação de que sentassem.

Tanto no processo de aproximação matrimonial, quanto nas opções de lazer, ficou evidente que a postura dos “de origem” em relação aos “brasileiros” propõe uma diferenciação de natureza afetiva e aparece subjacente nas classificações externas, fenótipas.

⁴⁶ Fala de uma aluna descendente de italianos.

Esta diferenciação, como foi possível identificar, apresenta um elevado grau de abstração no mundo dos “de origem” e vem objetivada nos diferentes juízos de valor que esse grupo historicamente edificou em relação aos “brasileiros”.

5.5. Os “Brasileiros” e a Complexa Reação aos Estereótipos

Empenhamo-nos, anteriormente, em investigar nas falas, o processo de surgimento dos estereótipos como demarcadores de barreiras entre “brasileiros” e “de origem”.

Neste item, procuraremos dar evidência às vozes em dissonância ao processo cultural hegemônico proposto pelos “de origem”, salientando o que tais vozes representam no contexto das interações entre os dois grupos.

A primeira manifestação contundente de oposição aos estereótipos construídos com o propósito de negação da alteridade não parte dos “brasileiros” e sim do descendente de português presente no grupo. No entanto, queremos resgatar e analisar essa fala, pois tem um importante significado no conjunto de nossa abordagem, sobretudo por apresentar o seguinte conteúdo:

Eu não sei explicar muito bem a origem de nossa família. Os meus pai, dizem que a gente é diferente dos italiano e dos alemães. Eles dizem que nós somos os verdadeiros brasileiros, pois nós é que chegamos por primeiro no Brasil, e que todo mundo aqui fala a nossa língua. Só que aqui em na nossa região, a nossa cultura não aparece, porque todo mundo só dá bola para as danças italianas. Tem festa de italiano em todos os lugares. Quando não é essas coisas, a gente tem que ouvir as músicas e as danças dos tiroleses.⁴⁷

A fala demonstra haver uma linha de sentimento que envolve outros elementos, como, por exemplo, a primazia deste grupo na região e, também, o legado da língua oficial, que não é a italiana nem a germânica.

O conteúdo do discurso representa uma nova unidade no que se refere ao sentimento de pertença e, por estar direcionado aos ítalo-germânicos, constitui-se um momento especial em que o sujeito tem a preocupação de impor uma referência identitária de natureza étnica e cultural, como forma de reação à dominação cultural que está vivendo.

⁴⁷ Manifestação oral de um aluno do sexo masculino, de descendência portuguesa.

Na tentativa de imposição étnica, prepondera o antagonismo à cultura hegemônica; porém, fica evidente a inexistência de qualquer vinculação com os “brasileiros”, uma vez que o sujeito deixa transparecer que seu estofo cultural transcende o mundo de “brasileiros” e “de origem” ou, no mínimo, sugere um patamar de equivalência no que se refere aos valores culturais e étnicos de italianos e alemães.

Por outro lado, o depoimento revela o lugar social que os descendentes de portugueses ocupam no contexto das interações regionais, ou seja, formam um bloco estranho, pois, pelo fato de não terem a pele escura, não podem ser considerados “brasileiros” e, por serem avaliados pelo grupo hegemônico em um estágio inferior, não podem fazer parte dos “de origem”.

Salvo as proporções, este quadro é semelhante ao que aconteceu na história do Brasil, com os mulatos durante a escravidão. Eles não queriam ser negros ou identificados como tais; tampouco, eram aceitos pelos brancos que os julgavam como negros, criando, assim, uma situação de desequilíbrio psicológico entre eles.

A comparação serve apenas como ilustração, pois o mesmo fato não se repete na região, porque os lusodescendentes, como verificamos na fala, nutrem uma forte identificação com as questões que dizem respeito ao patrimônio cultural de sua gente e, também, conservam um sentimento de pioneirismo como ficou evidente no discurso apresentado.

Em sua desenvoltura, o pronunciamento revela que, mesmo sendo diminutos, os sinais da presença portuguesa são latentes, ou seja, não foram historicamente suplantados e ainda permanecem no imaginário do grupo que foi o primeiro a estabelecer neste território uma relação hegemônica, de subjugação da população indígena e negra, como aponta o texto:

Eu ainda me lembro do negro Jacinto e da preta Izabel, aqui de Capinzal, que eram descendentes dos cativos de meu avô, por isso que assinavam o sobrenome de Silva. Minha mãe contava que em certa ocasião quando ainda mamava, coincidiu com o nascimento de um filho da negra Izabel e que de vez em quando eu mamava na preta para variar a nutrição (SILVA, 1987:24).⁴⁸

⁴⁸ O texto faz parte de uma autobiografia. O autor nascido no município de Capinzal, é descendente de portugueses.

O sentimento de superioridade em relação ao não europeu tem proporções semelhantes ao que foi desenvolvido por ítalo-germânicos, o que assegura aos descendentes de portugueses uma referência histórica diferente daquela dos negros, índios e mestiços e, desta forma, a manutenção de um plano de individualidade nas relações com a cultura hegemônica imposta pelos imigrantes não ibéricos que habitam a região.

A particularidade que envolve a história dos lusodescendentes desviou o pólo da tensão étnica na região para outro contexto, envolvendo de modo específico os índios, os negros e os mestiços, em oposição aos imigrantes alemães e italianos, ou seja, “o processo secular de miscigenação que caracteriza a história genética dos brasileiros, as desigualdades de poder entre brancos, pretos e índios confundem-se e realimentam-se no preconceito contra os mais escuros” (AZEVEDO, 1987: 42) que, na região, conforme já relatamos, foram dissolvidos de forma estereotipada no bloco genérico dos “brasileiros”.

Fica evidente que a reação da “minoridade” étnica ao processo de dominação sócio-cultural dos “de origem” aconteceu de forma distinta. As mesmas bases de segurança que garantiram aos descendentes de portugueses uma referência histórica não se repetem entre os demais indivíduos pertencentes aos “brasileiros”.

Percebemos que os índios, os negros, os mulatos e os mestiços, procuraram resolver a questão de outra forma. Portanto, criaram artificios que permitissem conviver com a situação. O estudo realizado, levou-nos a identificar alguns desses artificios. Dentre eles destacamos a existência de uma tendência em negar qualquer associação com os traços que identifiquem o grupo dentro da estereotipia “brasileiros”. Podemos ilustrar esta constatação com a seguinte fala:

*Olha, eu só sei que minha família é uma mistura de tudo que é gente, porque tem branco e tem índio também.*⁴⁹

Em sua aparência, o discurso parece simples e inteligível num primeiro plano. No entanto, traduz uma realidade complexa. Primeiramente, por ter sido o pronunciamento de um “brasileiro”, representante da raça negra. Isso envolve questões supra-regionais, ou seja, reflete a dificuldade de aceitação da negritude, presente em uma parcela significativa da população negra do Brasil. É um problema entre os descendentes de africanos que ainda

⁴⁹. O depoimento provém de um aluno de origem negra. Foi necessário que particularizássemos o diálogo para que tal pronunciamento se materializasse.

não foi resolvido, embora venha sendo amplamente trabalhado pela comunidade negra organizada no país.

O desejo de não identificação com a estereotipia “brasileiros” revela a insegurança provocada pelas mediações de tensão, que perpassam a relação entre “brasileiros” e “de origem”. Por esta razão é interessante para os sujeitos identificarem-se com todos os grupos, ocultando o desejo de não pertencer a um segmento étnico-social cujos valores e ascendência não encontram eco no contexto da sócio-convivência.

Num sentido mais restrito, a tendência em associar o sentimento de pertença aos demais grupos étnicos que compõem a sociedade local, significa o desejo em produzir um imaginário de transcendência ao estereótipo enquadratório, forjado pelos “de origem”, uma vez que ele representa a negação da alteridade dos “brasileiros”.

Uma outra forma de reação que identificamos é a aceitação submissa por parte dos brasileiros do contexto hegemônico em que se encontram, fazendo com que socialmente se consolide a existência de dois mundos paralelos e em oposição.

Como veremos no discurso proposto por um “brasileiro”, os dois mundos não se tocam e a situação social permite a esse grupo a mera possibilidade de aproximação, via escola e não a participação efetiva no mundo dos “de origem”, ou seja:

*Outro dia meus pais falaram que é para a gente estudar. Por isso lá em casa todo mundo estuda. Se a gente que é pobre não vem para a aula para aprender, nunca vai ser alguém, porque a gente não tem o mesmo pique dos gringos que são organizados e progridem. É só ver, por exemplo, o caso de Treze Tílias onde tudo é bem organizado e as pessoas estão bem.*⁵⁰

O depoimento é um tanto sugestivo. Congrega um ideal que habita o senso comum de todos os brasileiros com baixo poder aquisitivo, que é o de dar aos filhos, o único legado possível: a educação. Traduz em sua essência o sentimento de inferioridade nutrido pelos “brasileiros” que se sentem diminuídos enquanto membros periféricos da sociedade local. No entanto, esta situação não é reconhecida no contexto social, como vemos no discurso:

Quando eu falei em casa que a gente estava discutindo essa coisa de etnia, de raça e de discriminação, meu pai falou que a gente tem que se aceitar como é. Disse que aqui não

⁵⁰ Fala de um aluno descendente dos “brasileiros”.

*tem destas coisas de preconceito. É tudo coisa da cabeça das pessoas escuras que reclamam. Aqui, todo mundo tem os mesmos direitos.*⁵¹

O depoimento reforça a idéia de que as diferenças étnicas e culturais existentes na região fazem parte de um processo histórico, tido como natural. Propõe que as pessoas, no caso os “brasileiros”, devem desenvolver um plano de integração com o grupo hegemônico.

A rigor, o discurso proposto é uma constância e, além de negar a existência da discriminação, defende que, quando ela ocorre, é por culpa dos “brasileiros”, pois não conseguem adaptar-se ao contexto social em que se encontram.

Outras variáveis ajudam a explicar o processo de assimilação da condição de inferiorização a que os “brasileiros” foram submetidos. A primeira, que julgamos fundamental, está no processo histórico e econômico, já discutido anteriormente.

A segunda, está no fato dos “brasileiros” não contarem com referências culturais historicamente construídas. Com isso, imperou, até agora, o processo hegemônico determinado pelos “de origem”, impedindo a materialização da memória simbólica do grupo em suas referências positivas.

A terceira variável que corrobora a questão tem sua origem no contexto familiar dos “brasileiros”. Precocemente o grupo aprende com os pais a se pensarem em um nível inferior, como veremos na fala:

*Oia, eu me contento com o que tenho. Tendo pá comê, tá muito bom. Tendo saúde também. A gente tem que agradecer a Deus, já que a gente é pobre e meio preto... Por isso tudo o que eu quero é que os meus vão pá frente e estudem, quem sabe vão sê alguma coisa.*⁵²

O discurso demonstra um traço fundamental da cultura dos “brasileiros”, ou seja, no *ethos* desse grupo não há evidência de uma preocupação em acumular bens; “Ser alguma coisa” é, na verdade, nada mais do que ter um emprego que garanta a comida.

Além da submissão e do desejo em não se identificar na estereotípia “brasileiro”, percebemos, nas falas, um outro nível de reação que consideramos positivo e que merece

⁵¹ Fala de um representante do grupo dos “de origem”.

⁵² Este pronunciamento, foi feito por um Senhor, residente no município de Herval d’Oeste. Trata-se da fala de um pai de aluno, pertencente aos brasileiros. A fala foi coletada em dezembro de 1999 e revela um caso típico de incorporação da desqualificação histórica determinada pelos “de origem” sobre os “brasileiros”.

ser analisado, por traduzir uma reação do grupo às perdas históricas que sofreram com a chegada dos ítalo-germânicos ao denunciarem:

*Quando os imigrantes chegaram, não sobrou nada prás pessoas que já moravam em Santa Catarina. Eles ficaram com tudo. É por isso que os “brasileiros” hoje são assim, pobre, quase todo mundo morando na favela e passando fome e sem cultura.*⁵³

Podemos perceber na fala do aluno, o entendimento de que a chegada dos imigrantes significou destruição de uma ordem existente e a implantação de uma nova ordem cultural e econômica favorável aos “de origem”. Traça um diagnóstico bastante próximo do processo originário que desbancou os “brasileiros”, quando estes estavam à frente da produção material da sociedade local. Indica que a condição econômica desfavorável dos “brasileiros” não era assim, levando-nos a crer que tais pessoas, foram impedidas historicamente de participar na construção de um novo modelo de convivência social, econômica e étnico-cultural, capaz de fazer frente ao processo hegemônico criado com a chegada dos “de origem”.

A análise que nos foi possível fazer sobre a fala dos alunos, revelou a originalidade de uma cultura local que foi capaz de construir uma forma específica de relação em que é possível perceber os estereótipos como resultado de uma relação de negação cujos espaços de reprodução e manutenção são as instituições sociais, representadas, neste estudo, pela escola.

Além dos depoimentos, constatamos a fluência dos estereótipos e suas variáveis, no convívio diário dos alunos. Mesmo havendo um redobrado cuidado na linguagem em virtude de nossa presença entre eles, vez por outra os estereótipos emergiam, revelando momentos de negação dos “brasileiros”.

Seguindo a mesma ordem usada na análise das falas, constatamos a existência de um discurso retratando as variáveis sócio-econômica, físico-estética e ético-moral, na fala cotidiana dos alunos. Quanto à primeira variável, selecionamos uma frase com o seguinte teor:

⁵³ Depoimento do representante português que se encontrava no grupo, demonstrando uma certa afinidade com os problemas de natureza social e cultural que os “brasileiros” enfrentam neste espaço.

*“Na hora de jogar bola, todo mundo quer ele no time; mas nos trabalhos de aula, ninguém quer fazer nada com ele”.*⁵⁴

No comentário, fica evidente o entendimento social que paira sobre os brasileiros identificando-os como detentores de uma propensão natural para o esporte, o que por outro lado, contrasta com o que se convencionou chamar de inabilidade para questões de natureza intelectual.

No que diz respeito à variável físico-estética registramos o pronunciamento de um aluno referindo-se a seu colega da seguinte forma:

*“Dá só uma olhada no **Paulo**; vê se ele não parece um macaquinho?”.*⁵⁵

O pronunciamento tinha, inicialmente, a finalidade de caracterizar o comportamento inquieto do aluno em questão. No entanto, o juízo transcendia a forma irrequieta com que o estudante se portava em sua carteira. Ele sustenta também, um conjunto de características fenóticas que caracterizam o menino como membro de um grupo étnico distinto, cuja referência estava ligada também à coloração da pele.

O pronunciamento pode ser associado à narrativa do “caporá”. O aluno procurou ressaltar, no colega, algumas características típicas do macaco no sentido de demarcar um arquétipo negativo. Tal arquétipo, baseado em uma inferência étnica constitui-se num jogo de afirmação negação, servindo para consolidar uma hegemonia estética dos “de origem” sobre os “brasileiros”.

Foi durante a aula de Educação Artística que escutamos uma frase traduzindo a variável ético-moral. Enquanto os alunos em grupo faziam um trabalho de colagem, tendo como questão motivadora o tema ecológico, percebemos que um aluno tomara emprestado de outro grupo um recorte contendo gravuras onde se via um rinoceronte abatido com o chifre retirado. Tinha ele o desejo de partilhar o que vira com os membros do seu grupo.

⁵⁴ Pronunciamento de um aluno do sexo masculino, descendente de italiano, em uma das aulas de Educação Física. Objetivamente, a manifestação fazia parte de uma lamentação pelo fato do rapaz não ter permanecido no mesmo time de seu colega, representante dos “Brasileiros”, reconhecido entre seus colegas por ser um bom jogador.

⁵⁵ O Nome em negrito, é fictício, para que possamos manter preservada a identidade do aluno. O fala provém de um aluno do sexo masculino, descendente de italiano.

Após terem olhado a figura, algumas pessoas do grupo decidiram incorporar o recorte

ao seu trabalho, despertando o descontentamento dos verdadeiros donos. Foi nesse momento que se ouviu a seguinte frase:

“Quem mandou você pegar o recorte? Eu não devia ter te emprestado, porque era certo que tu não “ ia” devolver, porque a cor já diz tudo”.¹

O episódio, coloca-nos diante de uma situação interessante. Primeiramente porque embora tenha sido um elemento que tomara emprestado o recorte, a decisão de incorporá-lo ao trabalho, teve a conivência direta ou indireta, de todos. Por isso, a totalidade dos membros do grupo mereciam receber a repreensão, direcionada de forma restrita a uma pessoa que, por coincidência, representava o grupo dos “brasileiros”.

O teor da fala coloca-nos diante do estereótipo que associa a proveniência étnica do sujeito com seu comportamento social. Nesse caso, o procedimento heterodoxo do representante dos “brasileiros” serviu para acentuar a idéia de que as pessoas provenientes desse grupo não são confiáveis.

As variáveis com as quais trabalhamos identificam que, em nosso *locus* de pesquisa, é possível constatar a crise de alteridade que se estabelece entre “brasileiros” e “de origem”. No entanto, a transcendência dessa situação implica uma tomada de consciência sobre as questões que envolvem o respeito às diversidades nas relações intergrupais. Só assim, com a ajuda da escola, poderemos pensar na construção de um novo contexto de interação, pautado pela transparência e equidade nas relações intergrupais.

¹ Fala de um aluno do sexo masculino, descendente de germânicos.

CONCLUSÃO

Parece haver uma unanimidade, no campo intelectual, apontando para o fato de que o fenômeno da interação étnica é universal, como resultado do atual estágio de desenvolvimento econômico. Assim, podemos afirmar que as desigualdades étnicas, presentes no mundo contemporâneo, estão associadas, de forma irredutível, à nova ordem proposta pelo capital globalizado.

No âmago dessas desigualdades percebemos os diferentes grupos criando mecanismos de resistência, cujo resultado é o descompasso social e a criação de distintos contextos de tensão, negação e afirmação da alteridade.

Em nossa pesquisa, estivemos empenhados em construir uma leitura dessa situação, a partir de um modelo particular de relacionamento étnico, envolvendo duas representações importantes como unidades de constituição histórica do Oeste de Santa Catarina.

As variáveis presentes no intercurso de nossa abordagem colocaram-nos diante de uma situação complexa de dualidade social, em que a um grupo foi possível garantir os mecanismos materiais de acesso à cidadania e, a outro, esses mecanismos foram dificultados e, até mesmo negados, conforme foi possível perceber enquanto estudávamos o processo de ocupação e constituição demográfico da região.

A complexidade de tal leitura, em nosso *locus* de pesquisa, está no que poderíamos chamar de processo de naturalização das diferenças em que é visível a existência de uma convivência ideologizada, sustentada no ideal da democracia racial e amplamente defendida no interior das instituições sociais como a escola, por exemplo.

No momento em que passamos a olhar essa realidade, surpreendemo-nos com o grau de homogeneização presente na convivência dos grupos estereotipadamente enquadrados dentro das categorias simbólicas “brasileiros” e “de origem”.

Verificamos que o universo, sobre o qual se construíram essas categorias, representou também, a delimitação de uma convivência etnocentrada, na qual não foi possível a construção de um espaço para a polissemia, ou seja, os diferentes não tiveram a oportunidade de se sentirem como ser. Num sentido restrito, podemos afirmar que houve a negação do devir dos “brasileiros”.

O mesmo processo que impediu a polissemia fez perecer a polifonia, ou seja, as vozes emergentes da “minoría” não encontraram eco, pois, os grupos encontram-se antagonicamente dispostos em uma conformação assimétrica, em que o fato de ser ou não ser “de origem” determina o contexto existencial do indivíduo.

Assim como num jogo matemático a ascendência europeia pode significar a possibilidade ou a impossibilidade dos indivíduos de serem ou não enquadrados em um grupo sociocultural suplantado na esteira hegemônica do grupo majoritário.

A observação dessa realidade e a preocupação em apreender parte do componente simbólico que ela representa levaram-nos a perceber que existem, neste contexto espacial, diferenças significativas do ponto de vista identitário, mas que, no entanto, ficam subsumidas nas articulações intergrupais e servem como um verniz que oculta as tensões e impede uma aproximação face a face.

Interpretar o problema intergrupar, tendo como ponto de partida a constituição histórico-regional manifestada nos estereótipos, serviu-nos não só como indicador da existência de um grau de tensão e discriminação entre os grupos, mas também como possibilidade de desvelamento das distorções que se processam no olhar que os grupos em questão estabelecem ao se verem na interação e na dinamização deste espaço.

A partir da identificação dos estereótipos, procuramos analisar, no contexto da sociedade brasileira, como é possível identificar a crise de alteridade entre os grupos em interação. Isso nos fez construir uma leitura da negação do universo de negros, índios e mestiços, abertamente defendida por uma gama de autores que produziram suas obras entre as últimas décadas de 1800 até a primeira metade do século seguinte.

Uma leitura Histórico-filosófica desse período colocou-nos diante de um novo modelo de estereótipo, em que estavam em pauta o paradoxo da raça pura e a raça inferior; a primeira representada por descendentes europeus e a segunda, pela população não branca da sociedade brasileira.

É um paradoxo, caracterizado pela construção de um conjunto de idéias e imagens negativas de negros, índios e mestiços, materializadas na ideologia de branqueamento como possibilidade de dignificar o país.

Uma vez que os estereótipos representam realidades que fazem parte da sociedade como um todo, procuramos adotar uma estratégia de leitura centrada em um local de ampla interação étnica e que, ao mesmo tempo, fosse representativo dos diferentes grupos que fazem parte da realidade social. Percebemos que a escola, e não outro espaço de convivência, representava o local mais indicado como uma base de estudo que pudesse garantir a realização do nosso objetivo.

A metodologia adotada no estudo permitiu-nos compreender que os alunos repetem, no contexto escolar, o mesmo nível de diferenciação étnica existente na sociedade e que a cotidianidade escolar reproduz as tensões nas relações interculturais que acontecem na região.

A pesquisa mostrou que, diante dos estereótipos e da discriminação sócio-cultural a que são expostos os “brasileiros”, permanece um quadro complexo que pode ser entendido em duas dimensões, ou seja, a educação formal, enquanto ressonância do contexto hegemônico que envolve “brasileiros” e “de origem”, reforça a estereotipia, pois os alunos descendentes do segundo grupo não são problematizados quanto à possibilidade de um redimensionamento na forma de ver os “brasileiros”.

Em uma segunda dimensão, percebemos que o grupo minoritário, os sem origem, não encontra, na escola, um contexto favorável à valorização e ao desenvolvimento da identidade, uma vez que a linguagem que permite a interação com o diferente está marcada por uma simbologia que, em sua explicitação lógica, serve como fator de desvalorização do contexto vivencial em que se encontram os “brasileiros”.

O estudo nos fez perceber que os estereótipos contidos na linguagem cotidiana representam, para os “brasileiros”, um limitador na inserção e interação sociais. Tal

situação faz com que o grupo seja apenas integrado à sociedade. A integração, como mostraram as falas, têm um alto custo para os “brasileiros”, pois impede o fortalecimento de um sentimento de grupo. Pelo contrário, leva o grupo a assimilar uma identidade estranha, imposta pelo grupo hegemônico.

A leitura dos estereótipos presentes na conduta oral de alunos serviram para que resgatássemos e pudéssemos avaliar a interconexão que coloca os “brasileiros” no patamar inferior da sociedade local. Serviram, também, para identificar a existência de fronteiras sócio-culturais que mantêm os grupos em uma convivência paralela e discriminativa.

A partir da identificação dos níveis de estereótipos foi possível enfatizar a distância social que envolve “brasileiros” e “de origem” a qual está sustentada, falaciosamente, no discurso da vivência igualitária, o que, socialmente não se verifica, pois, na realidade, constatamos que os “brasileiros” se encontram socialmente em um patamar inferior e sem perspectiva no momento de alteração de vida, em função de uma conjuntura adversa que sustenta essa realidade.

Os estereótipos se encarregam de explicar as diferenças, ao apontarem que os “brasileiros” são merecedores dessa situação, pois, desprovidos de um *ethos* superior, apresentam uma *indole* que comporta o ócio, elemento responsável pela manutenção do grupo em uma esfera social, enquanto a prosperidade dos de origem, como ficou visível nos estereótipos, vem cadenciada pela laboriosidade.

Por essa razão, a identificação dos estereótipos, como extensão da negação dos “brasileiros” no contexto da sócio-convivência entre os grupos referidos, serve para redimensionar o entendimento que se tem de direitos e de igualdade de participação nas esferas social, econômica e política da região.

Os estereótipos, traduzidos nas categorias “brasileiros” e “de origem”, sinalizam uma relação binária na qual dois universos culturais formam pólos dialéticos em que fica evidente a superposição de um sobre o outro.

A análise dos estereótipos mostrou que, na relação entre os grupos, persiste uma desigualdade de poder, construída na histórica interação entre eles, que funciona como um elemento bloqueador da ascensão social dos “brasileiros”. O ponto central desse

bloqueamento foi a usurpação dos meios de produção sofrida pelos “brasileiros”, quando perderam suas terras, durante o processo de colonização.

A manutenção ou a alteração desta situação requer um esforço coletivo que envolve indubitavelmente a escola, que deve preparar-se para ser coadjuvante na construção de uma nova ordem de convivência entre “brasileiros” e “de origem”.

Para que isso ocorra, é necessário que se tenha um conhecimento profundo do grau de reprodução das diferenças que se processam no interior da escola. Nesse sentido, salientamos que nossa pesquisa traz uma contribuição, ao mostrar que as diferenças existem e são marcantes na vida dos sujeitos.

Além de tornar visíveis os diferentes estereótipos presentes na escola, a pesquisa adquire importância como suporte ao planejamento pedagógico, pois poderá servir de referência para as escolas da Rede Pública de Ensino na construção de um Plano Político Pedagógico que, verdadeiramente, consiga contemplar em sua estrutura, uma gama de atividades destinadas a construir dinâmicas voltadas à problematização das diferenças em sala de aula.

BIBLIOGRAFIA

- ADORNO, Theodor & HORKHEIMER, Max. Textos escolhidos. In: **Os Pensadores**, São Paulo: Abril Cultural, 1980.
- AMANI, C. Educación Intercultural: Análisis Y resolución de conflictos: editorial popular s.a. Madrid, 1994.
- ✗ ANDRÉ, Maria E. **Etnografia da prática escolar**. Campinas: Papyrus, 1995.
- APPLE, Michael W. A política do conhecimento oficial: Faz sentido a idéias de um currículo nacional. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. **Currículo, Cultura e Sociedade**, 2. ed. São Paulo: Cortez, 1995, 59-91.
- AURAS, Marli. **Guerra do Contestado**: a organização da irmandade cabocla 3 ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 1997.
- AZEVEDO, Eliane. **Raça Conceito e Preconceito**. São Paulo: Ática, 1987.
- AZEVEDO, Thales de. **Democracia Racial: ideologia e realidade**. Petrópolis: Vozes, 1975.
- BERND, Zilá. **Racismo e Anti-racismo**. 3 ed., São Paulo: Moderna, 1994.
- BERTICELLI, Ireno Antônio. Currículo: Tendências e Filosofia. In: COSTA, Marisa Vorrober (org.). **O currículo nos limites do contemporâneo**. Rio de Janeiro: DPRA, 1998.
- BONADIO, Geraldo. **O Tropeirismo e a Formação do Brasil**. Sorocaba: Academia Sorocaba das Letras, 1984.
- BOURDIEU, Pierre **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- _____. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 1987.
- ✗ BOURDIEU, Pierre & PASSERON, Jean Claude. **A Reprodução: Elementos para uma teoria do sistema de ensino**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.
- BRUNELLO, Piero. Índios e colonos italianos no sul do Brasil, **Intercultura e movimentos sociais**. Florianópolis: MOVER/NUNP/UFSC, 1998.
- CANDAU, Vera Maria F. Interculturalidade e educação escolar, **IX ENDIPE**. Águas de São Paulo: Vozes/Vale Livros/puc, 1998, v 1/1.p.178 – 188.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. **Preconceito Racial no Brasil Colônia**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

CARVALHO, Maria do Carmo Brandt de. **Cotidiano: Conhecimento e crítica**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1994.

CHAUI, Marilena. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Ática, 1994.

D'ANGELIS, Wilmar. Rocha da. Para uma história dos índios do oeste catarinense. In: **Para uma História do Oeste Catarinense - 10 anos de CEON**. Chapecó: UNOESC, 1995.

DALL'ALBA. Imigrantes Italianos em Santa Catarina. In: DE BONI, Luis A.(org.) **A Presença Italiana no Brasil**. Porto Alegre: EST, 1987.

DE BONI, Luis A. (org.) **A Presença Italiana no Brasil**. Porto Alegre: EST, 1987.

_____. **Os Italianos no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: EST/UCS, 1979.

DEGRAZIA. Uma brasileira entre os colonos italianos. MAESTRI, Mário org. **Nós os ítalo-gaúchos**. Porto Alegre: EDUFERS, 1996.

DICIONÁRIO MAGNO DA LÍNGUA PORTUGUESA. São Paulo: Edipar Edições, s/d.

DUSSEL, Enrique. **Método para uma filosofia da libertação**. São Paulo: Loyola, 1986.

* _____. **Filosofia da Libertação na América Latina**, São Paulo: Loyola, 1980.

FERNANDEZ, Florestan. **Investigação Etnológica no Brasil e Outros Ensaios**. Petrópolis: Vozes, 1975.

FERREIRA, Roberto Martins. **Sociologia da Educação**. São Paulo: Moderna, 1993.

FLEURI, Reinaldo Matias (org.). **Intercultura e movimentos sociais**. Florianópolis: MOVER/NUNP/UFSC, 1998.

FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas**. Uma arqueologia das ciências humanas. São Paulo: Martin Fontes, 1987.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das Culturas** Rio de Janeiro: Editora Afiliada, 1989.

GERTZ, René E. **O fascismo no sul do Brasil**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo: Atlas, 1987.

GIROUX, Henry A. Formação do professor como uma contra-esfera pública: a pedagogia radical como uma forma de política cultural, In: SILVA, Tomaz Tadeu da. **Currículo, Cultura e Sociedade**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1995, 125-153.

_____. **Escola crítica e política cultural**. São Paulo: Cortez, 1987.

- _____. Praticando estudos culturais nas faculdades de educação. In: SILVA, T. Tadeu da.(org.) **Alienígenas na sala de aula**. Petrópolis: Vozes, 1995. 85-102.
- _____. Praticando Estudos Culturais Faculdades de educação in **Alienígenas na Sala de Aula: uma introdução aos estudos culturais em educação**. 2.ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1998, 85-103.
- GRÜN, Roberto. Relações raciais e sociais no Brasil contemporâneo: apontamentos a partir de estudos imigratórios e de qualificação profissional, In: **Revista Latinoamericana de Estudios del Trabajo**. nº 19, 1999, p. 71-88.
- GUSMÃO, Neusa Maria de. Antropologia e educação: origens de um diálogo, **Cadernos CEDES**, Campinas: Cortez, n. 43, 1997.
- HEGEL, G. W. F. **Fenomenologia do Espírito**. Petrópolis: Vozes, sd.
- HEINSFELD, Adelar. **A questão de Palmas entre Brasil e Argentina e o início da Coloniza Alemã no Baixo Vale de Rio do Peixe-SC**. Joaçaba: UNORDC, 1996.
- HELLER, Agnes. **O cotidiano e a História**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.
- HUSSEL, Edmundo. **Os Pensadores**. São Paulo: Abril Cultural, 1980.
- IANNI, Otávio. **Raças e Classes Sociais no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.
- JOB, Vera R. Algumas considerações sobre o ciclo do ouro e o tropeirismo In: BONADIO, Geraldo. **O Tropeirismo e a Formação do Brasil**. Sorocaba: Academia Sorocaba das Letras, 1984.
- KANT I. **A Critica da Razão Prática**. São Paulo: Abril Cultural, 1980. v. 1.
- KRISTEVA, Julia. **Estrangeiros para nós mesmos**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.
- LAGO, Paulo Fernando. **Santa Catarina: dimensões e perspectivas**. Florianópolis: UFSC, 1978.
- LAKATOS, Eva Maria. **Sociologia Geral**. São Paulo: Atlas, 1990.
- LAMPERT, Ernani. Professor negro: trajetória profissional de êxito. **Revista Roteiro**. Joaçaba: UNOESC, Vol. 20. n. 30, Jun/dez, 1998.
- LANE, T. M. Sílvia. O processo grupal In. CODO, Wanderlei, (Org.). **Psicologia Social: o homem em movimento**. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- LEVI-STRAUSS, Claude. **Raça e História**. 2. Ed. São Paulo: Abril Cultural, 1980.
- LIMA, Costa Ivan (org.) **Os negros os conteúdos escolares e a diversidade cultural**. Florianópolis: NEM/UFSC, 1998. n. 3

LOPES, Alice Ribeiro. Conhecimento Escolar: processo de seleção cultural e de mediação didática, In: **Educação e Realidade**. Porto Alegre: EDEFGRS, Jan./jun. 1997. p. 95-112.

* LOPES, Luis Paulo da Moita. Co-construção do Discurso em Sala de Aula: Alinhamento a contextos mentais Gerados pela Professora, In: FORTKAMP, Mailce Borges & M., TOMITCH, Lêda Marua Braga. (Orgs.). **Aspecto da Linguística Aplicada: Estudo em homenagem ao professor Ilário Inácio Bohn**. Florianópolis: Insular, 2000.

MAESTRI, Mário org. **Nós os ítalo-gaúchos**, Porto Alegre: EDUFRS, 1996.

MATTOS, Wilson Roberto de. Religiões negro-brasileiras e história: sugestões temáticas. In: Revista **CONTRAPONTO**. Salvador: CADCT: SEPLANTEC n.01, p. 45 – 61, 1998.

MATTOS, Mário. Fases de prosperidade e de declínio do Tropeirismo, In: BONADIO, Geraldo (org.). **O Tropeirismo e a Formação do Brasil**. Sorocaba: Academia Sorocaba das Letras, 1984.

MONTERO, Paula. Globalização Identidade e Diferença, In: **Novos Estudos**. São Paulo: CEBRAP, nº 49, p. 47 – 64, 1997.

MUNANGA, Kabengele. **Negritude: usos e sentidos**. São Paulo: Ática, 1988.

NOGUEIRA, M. Alice, CATAI, Afrânio (orgs.). **Pierre Bourdieu: Escritos de educação**. Petrópolis: Vozes, 1998.

OLIVEIRA, Ivone Martins de. **Preconceito e Autoconceito: identidade e interação na sala de aula**. Campinas: Papirus, 1994.

OLIVEIRA, Manfredo Araújo de. Dialética e Hermenêutica em Jürgen Habermas. in HAGGUETE, T. Maria Frota, (org.). **Dialética Hoje**. Petrópolis: Vozes, 1990.

ORTIZ, Renato. **Cultura Brasileira e Identidade Nacional**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

PEDRO, Maria Joana e outros. **Negros em Terra de Branco: Escravidão e Preconceito em Santa Catarina**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

PEIRCE, Charles Sanders. Escritos Coligidos. In: **Os Pensadores**. São Paulo: Abril Cultural, 1980.

PELUSO, Victor Antônio Jr. In: SILVA, Jandir, B. S.F. **Fundamentos da Cultura Catarinense**. Rio de Janeiro: Laudes, 1970.

PETRONE, P. Imigrantes Italianos no Brasil: identidade cultural e integração. In De BONI L.A. (org.). **A presença Italiana no Brasil**. Vol. II. Porto Alegre: Torino, 1990.

PINTO, Alvaro. **Ciência e existência: problemas filosóficos da pesquisa científica**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

- POLI, Jaci. Caboclo: Pioneirismo e marginalização. In: **Para uma História do Oeste Catarinense – 10 anos de CEON**. Chapecó: UNOESC, 1995.
- POUTIGNAT, Philippe. **Teorias da Etnicidade**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.
- RADIN, José Carlos. **Italianos e Ítalo-Brasileiros na Colonização do Oeste Catarinense**. Joaçaba: UNOESC, 1996.
- REGO, Teresa Cristina. A origem da singularidade humana na visão dos educadores. **Cadernos CEDES**, Campinas: Cortez, n. 35, p. 19 – 93, 1995.
- RENK, Arlene. A colonização do oeste catarinense: as representações dos brasileiros. In: **Para uma História do Oeste Catarinense – 10 anos de CEON**. Chapecó: UNOESC, 1995.
- RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: A formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- RIGOTTO, Germano Antônio, In: MAESTRI, Mário org. **Nós os ítalo-gaúchos**. Porto Alegre: EDUFRS, 1996.
- SACCON, Roberta. **Etnicidade e Integração: Os descendentes de italianos no Vale do Itajaí**. Blumenau, no prelo.
- SACRISTAN, J. Gimeno. Escolarização e Cultura: a dupla determinação. In: SILVA, Luiz Heron da (org.). **Novos mapas culturais novas perspectivas educacionais**. Porto Alegre: Sulina, 1996, 34-57.
- SANTOS, Boaventura Sousa de. Para uma pedagogia do conflito. In: SILVA, Luiz Heron da (org.). **Novos mapas culturais novas perspectivas educacionais**. Porto Alegre: Sulina, 1996, 15-33.
- SANTOS, Rosely Correa dos. O país da cucanha: emigração italiana e imaginário. In: FLEURI, Reinaldo Matias (org.). **Intercultura e movimentos sociais**. Florianópolis: MOVER/NUNP/UFSC, 1998.
- SANTOS, Sílvio Coelho dos. Os Xokleng e os imigrantes. In: FLEURI, Reinaldo Matias (org.). **Intercultura e movimentos sociais**. Florianópolis: MOVER/NUNP/UFSC, 1998, 27 – 69.
- SEYFERTH, Giralda. Identidade Étnica, Assimilação e Cidadania. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. n. 26, out. de 1994. 103 – 122.
- SILVA José Waldomiro. **O Oeste Catarinense: memórias de um pioneiro**. Florianópolis: Edição do Artur, 1987
- SILVA, J. R. Resistência negra e educação: Limites e possibilidades. **Cadernos de Educação**. Pelotas: EDUFP, V. 3, n. especial, jun de 1994.

- SILVA, Tomaz Tadeu da. **Currículo, Cultura e Sociedade**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1995.
- _____. (org.) **Alienígenas na Sala de Aula: uma introdução aos estudos culturais em educação**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.
- _____. **Identidades terminais: as transformações na política da pedagogia e na pedagogia da política**. Rio de Janeiro: Vozes, 1996.
- SODRÉ, Muniz. **Claros e Escuros: identidade, povo e mídia no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1999.
- SODRÉ, Nelson W. **A Ideologia do Colonialismo**. Petrópolis: Vozes, 1984.
- SOUZA, Neusa Santos. O estrangeiro: nossa condição. In: KOLTAI, Catarina (org.). **O Estrangeiro**. São Paulo: EDFAESP, 1998.
- TAJFEL, Henri. **Grupos Humanos e Categorias Sociais: Estudos em Psicologia Social**. Lisboa: Livros Horizonte, 1982. v. 1
- THOMÉ, Nilson. **Sangue suor e lágrimas no chão do Contestado**. Caçador: EDUnC, 1992.
- TOLRA, Philippe Laburthe. **Etnologia – Antropologia**. Petrópolis: Vozes, 1997.
- TORRES, J.C. Oliveira de. **Interpretação da Realidade Brasileira: introdução à história das idéias políticas no Brasil**. 2. ed. Brasília: Livraria José Olympio Editora, 1973.
- TRAMONTE, Cristina. **O Samba Conquista Passagem: as estratégias e a ação educativas das escolas de samba de Florianópolis**. Florianópolis: NUP/UFSC, 1996.
- VALENTINI, Dalmir José. **Da cidade santa 1ª corte celeste: memórias de sertanejos e a guerra do contestado**. Caçador: EDUnC. 1998.
- VIGOTSKY, L. S. **A Formação Social da Mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1984.